

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



NESTE TERRENO, SÔBRE A AVENIDA GENERAL JUSTO ESTÁ-SE ERGUENDO A "CASA DA AGRICULTURA", SEDE DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

BANCO DO BRASIL S. A.

1 8 0 8 — 1 9 4 8

Sede: — Rua 1.º de Março, n.º 66 — Rio de Janeiro (DF)



TAXAS DE DEPÓSITOS

DEPÓSITOS SEM LIMITE	2 % a.a.
DEPÓSITOS POPULARES (limite Cr\$ 10.000,00)	4 ½ % "
DEPÓSITOS LIMITADOS:	
Limite Cr\$ 50.000,00	4 % "
Limite Cr\$ 100.000,00	3 % "
DEPÓSITOS A PRAZO FIXO:	
Por 6 meses	4 % "
Por 12 meses	5 % "
COM RETIRADA MENSAL DE JUROS:	
Por 6 meses	3 ½ % "
Por 12 meses	4 ½ % "
DEPÓSITOS DE AVISO PRÉVIO:	
30 dias	3 ½ % "
60 dias	4 % "
90 dias	4 ½ % "



LETRAS A PRÊMIO (sêlo proporcional).

Condições idênticas às de depósitos a prazo fixo.



O Banco faz todas as operações do seu ramo — descontos, empréstimos em conta corrente, cobranças, transferências, etc., e mantém filiais ou correspondentes nas principais cidades do país ou do exterior, possuindo no Distrito Federal, além da Agência Central, à Rua 1.º de Março n.º 66, mais as seguintes: BANDEIRA, Rua Mariz e Barros, n.º 44 — BOTAFOGO (em instalação), Rua Voluntários da Pátria, n.º 449 — CAMPO GRANDE, Rua campo Grande, n.º 100 — COPACABANA (em instalação), Avenida Nossa Senhora de Copacabana, n.º 1.292 — GLÓRIA, Rua do Catete, 238-A — MADUREIRA, Rua Carvalho de Souza, n.º 299 — MEIER, Avenida Amaro Cavalcanti, n.º 95 — RAMOS, Rua Leopoldina Rego, n.º 78 — SÃO CRISTOVÃO, Rua Figueira de Melo, n.º 360 (esquina da Rua S. Cristovão) — SAÚDE, Rua do Livramento, n.º 63 — TIJUCA (em instalação), Rua Desembargador Isidro, n.º 4 — TIRADENTES, Rua Visconde do Rio Branco, n.º 52 e VILA IZABEL, Avenida 28 de Setembro n.º 412-A.



O caprino no Nordeste. Abrigo Mixto, na Fazenda Esfomeado, propriedade do Sr. José Borges

S U M A R I O

As classes rurais	3
A questão agrária brasileira, Arthur Torres Filho	6
O que se lê e ouve na Bacia do S. Francisco, Antonio de Arruôa Camara	10
Inquérito sôbre driertrizes da política econômica brasileira	12
As novas tarifas aduaneiras	16
A verminose dos bovinos, Jorge Vaitsman	22
Ensino de Horticicultura, Geraldo Goulart da Silveira	23
Solubilidade de alguns fosfatos naturais, Jayme Benedito de Araujo e Cássio Mendonça Pinto	25
Princípios Rochadalianos, Educação e Plano de Orientação Cooperativa, Fabio Luz Filho	29
Os Concursos de postura e o Programa de Seleção de Aves, Henrique Francisco Raimo	32
Conservação de ovos, Amaury H. da Silveira	38
Mercados agrícolas, Attila de Mattos	40
Discurso, Felix Aires	45
Sociedade Nacional de Agricultura	48
Casa da Agricultura	50
Financiamento direto ao pequeno lavrador	52
Açucar — Algodão — Adubos, F. G. Steinemann	55
O Ovo de boa qualidade, Otávio Domingues	59
Cooperativas escolares, Geraldo Goulart da Silveira	60

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

Reconhecida de utilidade pública pela lei n.º 3.549, de 18 de Outubro de 1918

Presidente Perpétuo: Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida

Presidente Benemérito: Dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes

Presidente de Honra: Dr. Getúlio Dornelles Vargas



DIRETORIA GERAL

Presidente	— Arthur Torres Filho
1.º Vice-Presidente	— Luiz Simões Lopes
2.º " "	— Edgard Teixeira Leite
3.º " "	— A. de Arruda Camara
1.º Secretário	— F. Murtinho Braga
2.º " "	— Adamastor Lima
3.º " "	— Eurico Santos
4.º " "	— Cinéas de L. Guimarães
1.º Tesoureiro	— Kurt Repsold
2.º " "	— Otto Frensel

DIRETORIA TÉCNICA

Altino de Azevedo Sodré
Antonio Francisco Magarinos Torres
Franklin de Almeida
Enio Luiz Leitão
Geraldo Goulart da Silveira
Iris Meinberg
João Maurício de Medeiros
Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
Luiz de Oliveira Mendes
Pedro Fontes.



CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache, Alvaro Simões Lopes, Anapio Gomes, Antonio Barreto, Antonio José Alves de Souza, Apolonio Sales, Balbino de Souza Mascarenhas, Ben-Hur Ferreira Raposo, Benjamin do Monte, Carlos de Souza Duarte, Diogenes Caldas, Eduardo Duvivier, Euvaldo Lodi, Fabio Furtado Luz, Francisco Saturnino de Brito Filho, Guilherme Egberto Hermsdorff, Honório da Costa Monteiro Filho, Humberto Bruno, Ismael Cordovil, Israel Pinheiro da Silva, Itagiba Barçante, J. C. Belo

Lisbôa, Jeronymo Antonio Coimbra, João Gonçalves de Souza, João Tjader, José Sampaio Fernandes, José Solano Carneiro da Cunha, Landulpho Alves de Almeida, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Manoel Neto Campelo Junior, Mario de Oliveira, Napoleão de Alencastro Guimarães, Ormeu Junqueira Botelho, Oscar Daudt Filho, Paulo Parreiras Horta, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Ruy Carneiro, Sebastião Herculano de Mattos, Sebastião Sant'Ana e Silva.



A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; **Comissão Permanente de Exposições e Feiras** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — Agricultura — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — Pecuária — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul

David de Sanson; **Comissão de Organização Rural** (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Revisora do Acôrdo Tarifaria** (Ministério do Exterior) — Dr. Antonio de Arruda Camara.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LII

Setembro-Outubro de 1948

AS CLASSES RURAIS

Daqui, destas colunas, dirigiremos mais um apelo aos homens que no Brasil vivem da lavoura, da pecuária, e das demais atividades que tiram diretamente do solo os produtos e as matérias primas — que sustentam as populações citadinas, alimentam a indústria na sua tarefa de transformação e valorização das utilidades, fornecendo em seguida ao comércio o material de sua atividade, qual a de distribuidor daquelas riquezas.

Talvez não seja mesmo um apelo: será mais uma advertência.

Dos 47 milhões de habitantes em que as estimativas oficiais cifram a população brasileira, 75%, ou seja mais de 30 milhões de pessoas, vivem diretamente no trabalho rural.

Até hoje tem sido a Agricultura a gata borralheira do trabalho nacional — desprezada, esquecida, e, o que é mais, impiedosamente esmagada pelas outras atividades, organizadas em quadros perfeitamente entrosados, conseguindo, à margem do trabalho rural, lucros fabulosos. Desses enormes proventos, hoje, numa pequena parte — manda a verdade que se diga — se beneficiam diversas classes de trabalhadores urbanos, através as obrigações impostas ao comércio e á indústria pela nossa legislação social.

Um exemplo bastaria para afiançar a afirmação: perguntemos ao industrial dos tecidos por quanto êle vende ao comércio atacadista um quilo de algodão em pano e, por outro lado, quanto teria pago ao lavrador pela matéria prima; em seguida, inquirissemos do consumidor sôbre o quanto dispendeu com o varejista pelo mesmo algodão industrializado. E assim, teríamos o quadro que, via de regra, aplicado a tôda produção agrícola industrializável, nos dá uma idéia da proporção verdadeiramente irrisória que fica para o lavrador.

Entretanto, para que um fardo de algodão chegue à fábrica de tecidos, que de agruras, de incertezas, prejuizos sofre o produtor? As pragas, as intempéries, a falta de crédito, a nossa incrível política fiscal, o transporte caro e falho, a deficiência da mão de obra, e quantos outros percalços que dia a dia se avolumam, sufocando a atividade rural em todos as suas manifestações?

É que a classe não se organizou ainda. Não existe, no país, a representação coesa, unânime, da atividade rigorosamente produtora do país. É uma lacuna que se deve menos aos esforços dos seus líderes — e até dos governos — do que aos próprios interessados. Lavradores, criadores e profissionais das indústrias rurais, os quais não se tem empenhado a fundo pelo necessário evento, talvez por não terem alcançado ainda a sua grande urgência.

Cada município deveria ter a sua associação rural, viva e forte. Cada Estado, captando as aspirações da unidade federativa, a sua

Federação Rural, tôdas elas reunidas, em perfeita comunhão de ideias, na Confederação Rural Brasileira, agindo junto ao govêrno federal, com autoridade bastante para falar de igual para igual com a indústria e o comércio, sôbre as suas necessidades, seus problemas, e, mais do que tudo, para fazer valer os seus direitos como uma das fôrças vivas da Nação, afastando com sua presença os falsos líderes que em seu nome andam por aí a abusar da expressão classes produtoras.

Não nos move qualquer animosidade contra aquelas atividades, de resto tão necessárias e úteis à vida nacional quanto a Agricultura. Achamos, muito pelo contrário, que tôdas se completam, formam um todo, e uma depende da outra. O que não compreendemos, nem admitimos, é que uma prevaleça sôbre a outra. Os países, para serem economicamente fortes, precisam dispor de uma indústria e de um comércio também fortes. Mas estas duas atividades, por sua vez, estão condicionadas a uma Agricultura não menos forte, que possa fornecer ao povo e às fábricas, em quantidade e qualidade necessárias, os alimentos e as matérias primas de que precisam. Há um escalonamento, uma gradação nessas três atividades econômicas, entrosadas e interdependentes. A hipertrofia de uma, e o enfraquecimento de outra, gera desequilíbrios, e sofre a economia nacional; desorganiza-se a produção, daí derivando fenômenos que se traduzem em crises de sub e superprodução, desaparecendo a relatividade que deve existir entre os preços de uma e das outras atividades, fazendo eclodir graves consequências no campo social.

A fuga dos campos para as cidades, ultimamente acentuada, reflete essa anomalia, existente na nossa economia. A visão de maiores salários, de melhores condições de existência, de mais conforto, de assistência social, de maiores possibilidades para a prole, trouxeram, e estão trazendo, numa verdadeira corrida, milhares e milhares de brasileiros que, de pronto, passaram de produtores a consumidores forçados. Aí surgiram as favelas, a carência de habitação e de alimentos — criando novos problemas para os governos, assim desviados de sua precípua finalidade, os quais os atacam como podem mas nem sempre com os resultados previstos, porque as causas aí continuam a solicitar providências de base, remédios que afinal são simples, e conhecidos de todos.

Nenhum brasileiro se sente bem com a preponderância, sobretudo no momento que corre, do comércio e da indústria sôbre a agricultura. Urge tirá-la dessa situação inferior a que tem sido relegada, por causas várias, acumuladas de longos anos, deixando-a como caudatária de suas irmãs mais ricas. E o primeiro passo no sentido desse novo 13 de maio será o fortalecimento da classe, pela sua organização. Pela sua organização imediata, não importando no momento saber qual o sistema mais aconselhável. O que é preciso é que haja um corpo representativo da atividade rural no Brasil, com raízes profundas, penetrando os distritos, os municípios, as regiões, os Estados — e cobrindo todo o Brasil.

Nenhuma guerra terá possibilidade de êxito sem soldados, mas êstes só poderão aspirar a vitórias se enquadrados em corpos perfeitamente estruturados e dirigidos.

Organizemos, pois, êsse Exército. Salvador que está faltando no Brasil — a classe rural, para que ela, com a fôrça latente que tem dormido séculos, venha a ocupar o lugar que lhe cabe, e possa empenhar-se pela obtenção da igualdade a que tem direito no nosso cenário econômico.

Cada lavrador deverá procurar arregimentar-se, engrossar o corpo social da associação rural do seu município. Sem preocupações de

pequenas vantagens materiais, que estas, afinal, nunca poderão ser tantas e tão fartas que suplantem o que êle paga de mensalidade na Associação. Precisamos dizer ao lavrador e ao criador que a principal vantagem de uma Associação é representada pelos benefícios de ordem geral que ela possa conseguir para a coletividade. Tanto maiores serão essas vantagens quanto maior fôr o seu corpo social, isto é, maior número de lavradores de uma determinada zona abrigar em seu seio.

Cinco ou dez cruzeiros para um lavrador não é muito. Mas representam os grãos de uma escala da força rural local, capaz de modificar conceitos, opiniões, e evitar decisões contrárias ao interesse de todos e de cada um.

Daqui destas colunas advertimos aos homens do campo do Brasil: É preciso que cada um assuma a atitude de inscrever-se na sua Associação Rural Municipal; imbuir-se de espírito associativo, de classe, para fazer frente aos graves problemas que afligem a lavoura. Isoladamente, nenhum fazendeiro representa força capaz de contrariar interesses que lhe são prejudiciais; reunidos, porém, em uma associação forte e representativa, a sua voz será ouvida e respeitada.

Mas não basta inscrever-se; é necessário que assista às reuniões debata os assuntos, colabore na administração; que persista, que teime, tudo fazendo para que a Associação seja um órgão vivo, ativo, diligente e eficaz.

Se assim acontecesse, em pouco tempo o cenário econômico do Brasil se transmutaria, para benefício de todos e para o maior progresso e felicidade da Nação.



Mãos

que espalham

SALITRE DO CHILE

não ficam vazias...

E' MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, tratar e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça a produtividade do solo. Experimente-o!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Caixa Postal, 2873 - São Paulo

Agentes Comerciais:

ARTHUR VIANNA — Cia. Materiais Agrícolas

Rua Florêncio de Abreu, 270 - São Paulo. — Av. Graça Aranha, 226 - 3.º andar,
Rio de Janeiro — Av. Santos Dumont, 227 - Belo Horizonte.

A Questão Agrária Brasileira

PROF. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Sem nos filiarmos aos exageros da antiga teoria dos fisiocratas de que a terra constitui o único agente de formação da riqueza, somos levados, nos dias que correm, a considerar a posse e a distribuição da terra, ou melhor, o regime agrário acomodado às condições de cada povo, como condição essencial ao progresso agrícola e ao bem estar das nações.

“L’Empire romain tombe, disparaît. Les invasions barbares détruisent les ruines d’une longue et féconde civilisation fondée sur le respect du Droit et basée sur la recherche incessante de la solution des problèmes agricoles. Aussi peut-on dire de tout temps que la sécurité, la liberté et le progrès des peuples son fonction du développement du progrès agricole”. (Luiz Dop)

Teorias econômicas antigas reconheciam a existência de um direito de comunidade sobre a terra e é conhecida a apóstrofe de Proudhon. É conhecida também a teoria de Ricardo, de que foi o precursor, considerando a *renda do solo* como a renda por excelência, ganha sem trabalho e, por isso, ilegítima. Stuart Mill, considerava também a terra como “o patrimônio da humanidade inteira”.

O princípio de que a renda do solo é uma renda não ganha, um *unearned increment*, tem sido objeto de crítica entre socialistas, etc. Esse princípio foi esposado também por Henri Georges e, no seu célebre livro *Progress and Poverty*, reconhecia “o direito igual que todos os homens têm sobre a terra”.

Se deixarmos de lado essa e outras teorias relacionadas com a *renda da terra*, cuja concepção tem de ser modificada à luz dos ensinamentos agrônômicos e das condições da economia mundial, importará ter em conta a *posse da terra*, como base da segurança dos esforços e do bem-estar futuro do agricultor. Do que não se pode duvidar é da necessidade de radicar a população

agrícola ao solo, ou melhor, da adoção de uma *política rural* que seja capaz de permitir orientação segura no melhoramento e aperfeiçoamento da produção. Por esse mesmo motivo, mediante estudos exatos, em todo o ciclo de seu melhoramento, somos adeptos de uma orientação capaz de imprimir novos destinos à exploração da terra entre nós.

Correntes de opinião bem definidas ainda não se formaram em nosso meio, de modo a saber-se até onde deverá chegar a ação do Estado. Em qualquer caso está-se impondo nova legislação rural, atendendo às condições econômicas e sociais peculiares às várias regiões do Brasil, impedindo seu entorpecimento econômico, já agora se agravando de forma alarmante.

“A renda do solo provém do trabalho social e o Estado tem o direito de tomá-la para atender aos fins da coletividade”. (Juan B. Justo. “La cuestion agrária — Buenos Aires”).

Não propendemos pela situação econômica da agricultura brasileira, sem estudos sociológicos acurados, em cada região agrícola, segundo a escola georgista, a considerar o *impôsto único* sobre a terra, como a base de toda a reforma agrária, considerada essa renda como sujeita a apropriação pelo Estado. Uma legislação rural moderna, a nosso vêr, terá de considerar a ligação e a organização de todos os elementos da produção nas múltiplas regiões do país. Nessa diretriz é que teremos de traçar o programa de reforma rural para não agravarmos as condições agrícolas brasileiras, já de si precárias.

A organização da produção rural estará sempre subordinada à vinculação do trabalho à terra e ao aproveitamento e formação do capital. As diversas nações, de acôrdo com as condições que lhe são próprias, seguindo etapas diferentes, adotam normas próprias a seguir no ciclo de melhoramento de sua economia rural.

Caracteriza-se o *regime agrário*, na atualidade, por facilidades concedidas ao agricultor para tornar-se proprietário facilitando-se-lhe capital e equipamento técnico. Assim se explicam as diretrizes que caracterizam o grande movimento legislativo contemporâneo em matéria de socialismo agrário.

Mas, de que valerá subdividir a terra sem proporcionar elementos materiais e crédito para cultivá-la? Daí o fato de se impor antecipadamente a instituição de crédito especial a juros módicos e prazos longos a serviço da agricultura — como um dos meios, juntamente com o código rural, para que se estabeleçam em bases seguras as fontes de riqueza agrícola.

*
* *

Se o momento econômico e social se apresenta inçado de dificuldades e se nos são adversas, por muitos fatores, as condições brasileiras, dificultando orientação uniforme na legislação rural a adotarmos, precisaremos ir lançando, com segurança, os alicerces da obra meritória da transformação da vida social da população dos campos, congregando e organizando a grande classe rural, fundamento de qualquer reforma agrária.

Assunto de controvérsia mas, nem por isso, menos digno de consideração por parte dos estudiosos de economia rural, é o que se prende à *superfície* e à *natureza* das explorações agrícolas. Haverá um critério uniforme a adotar-se nesses casos? Poder-se-á admitir uma dada área como ótima? Que gênero de exploração a preferir-se: a feita diretamente pelo proprietário da terra ou a do arrendamento? São essas questões verdadeiramente clássicas, bastante discutidas e no Brasil difíceis de solução como têm sido exposto pelos conhecedores de nossa economia rural. Parece-nos ser solução preferível aquela que se harmonize com as condições econômicas e sociais de cada região, isto é, dentro dos princípios hoje estabelecidos pela sociologia rural, podendo coexistir a *pequena e a grande exploração* com cultura direta pela agricultura ou pelo processo do arrendamento. A *grande cultura*, mediante emprêgo em larga escala da mecanização, apresenta-se a

alguns economistas como forma sedutora na grande exploração rural em zonas de população pouco densa. Para proporcionar rendimento necessário, certas explorações exigem área suficiente e configuração adequada de solo.

O economista A. Young, por exemplo, é adepto da *grande cultura* imprimindo-se às empresas agrícolas caráter coletivo, como acontece nas sociedades anônimas com a indústria.

A superioridade das grandes explorações está longe de aparecer na agricultura com a mesma evidência que na indústria e no comércio. Assim, o debate tradicional, entre os partidários da grande cultura, da pequena e da média propriedade rural, ainda não está terminado.

Os últimos, sobrepondo o problema da *propriedade* do solo ao de sua *exploração*, raciocinam como si, na pequena cultura, o explorador fôsse sempre o proprietário da terra que cultiva, e invocam a favor de sua tese considerações de ordem social de que não nos ocuparemos.

Trata-se, assim, duma questão puramente econômica, a de se saber si a produção poderá ser alcançada *com menos despesas* numa grande exploração agrícola do que numa pequena, os exploradores sendo supostamente da mesma educação rural. Esta questão é somente uma parte do problema econômico da pequena e da grande exploração rural.

As grandes empresas industriais tiram a amplidão de suas dimensões vantagens, meios de produção a preço baixo, mas a grande cultura está longe de alcançar os mesmos resultados.

Verdadeira cruzada, entretanto, tem sido empreendida em quasi tôdas as nações em prol das áreas reduzidas nas explorações rurais, principalmente nos países de forte densidade de população, só se empregando excepcionalmente a mão de obra assalariada. Essa tese está filiada à concepção da *pequena e média propriedade* com a exploração direta da terra pelo proprietário e sua família. *Propriedade e exploração* seriam os dois termos do problema a se completarem e a serem estudadas em cada região.

Mas, são tão variadas as condições sociológicas e econômicas do meio rural em um país como o Brasil que se não pode adotar nenhum critério absolutista nessa diretriz. A aplicação a agricultura do regime das empresas industriais só em regiões muito especiais poderá ser aconselhada. Vemo-la seguida pelos países colonizadores ou em regiões novas e mal povoadas criando-se empresas de acentuado cunho industrial e comercial. Importa a orientação em perfeita racionalização, tal como sucede na indústria, dependendo muito da natureza das explorações e do estado social das populações agrícolas.

Isso quer dizer que regras absolutas não poderão ser estabelecidas para as dimensões das empresas agrícolas e, portanto, para a escolha entre a grande e a pequena propriedade.

É verdade que, no regime da pequena propriedade, torna-se possível recorrer ao cooperativismo, combatendo-se, afe certo ponto, a declarada inferioridade econômica da mesma.

Já é tempo de instituímos segura orientação em *política agrária*, criando o verdadeiro crédito agrícola e moderna legislação rural, único meio de colocarmos o Brasil a coberto de graves acontecimentos econômicos-financeiros que se acentuam cada vez mais, podendo repercutir gravemente na ordem social e política.

*
* * *

Sem a fixação do homem ao solo, não pode haver organização da riqueza.

Grande mal tem residido no fato de não havermos criado o interesse pelo trabalho da terra. Cumpre-nos deixar a política urbana, de simples fachada, (haja vista as terras entregues ao abandono em derredor dos maiores centros populosos do país) e enveredarmos por um programa construtor, de produção padronizada capaz de facilitar a defesa dos reais interesses dos que se dedicam à exploração da terra.

Os produtos naturais só podem adquirir valor depois de transformados e essa transformação exige técnica e, principalmente, recursos financeiros. Só mediante métodos modernos de produção, beneficiamento e padronização aplicados à agricultura, poderemos alcançar

o desenvolvimento das fontes de produção em bases estáveis e não em fases transitórias como até aqui.

A *colonização rural*, com todo seu ciclo de melhoramentos, representa, tanto para as nações novas, como para as velhas, a fórmula política mais grave e salvadora da atualidade. De que valerão terras em abundância sem saber explorá-las para o bem-estar e a defesa econômica do país? A vida da nação tem de gravitar em derredor do campo e não da cidade, como temos procurado fazer.

Nenhum país pode fugir às contingências do momento social que atravessamos. A organização rural no Brasil repousa em bases instáveis dando provas graves de decadência, exigindo normas para o próprio abastecimento do mercado interno e sem poder enfrentar a concorrência externa. Acentua-se dia a dia a fuga do interior com o abandono das terras cançadas. A diversidade dos fatores naturais, econômicos e financeiros exige o exame particularizado de cada zona ou região para os planos de reerguimento econômico.

Novos estudos de solo para restaurar sua fertilidade não os possuímos senão em escala limitadíssima para orientar os técnicos e sua ausência quase absoluta para os agricultores. Se assim é, como empreendermos o loteamento em bases rígidas em todo país?

Disse-o Fernando Costa, cujo nome sempre evoco com saudade, dirigindo-se aos agricultores paulistas que havia passado naquele prospero Estado (e é o de melhor aparelhamento técnico do Brasil) o ciclo das terras virgens, naturalmente ricas em humus, fosforo e calcio. Era chegado o momento da agricultura racional com a recuperação de *terras cançadas*, sem o que teria de retroceder nossa civilização.

Dentro desse mesmo pensamento, o ilustre Ministro Daniel de Carvalho, na abertura dos cursos deste ano da Universidade Rural, assim se expressava, com muita justeza diante da queda de rendimento por hectare de nossas culturas, sintoma de extrema gravidade para o futuro do país: "o processo histórico-econômico da prática da agricultura errante, descuidada e primitiva, já atingiu seu climax no Brasil, pois seus efei-

tos maléficis, em nosso país, se fazem sentir desde o descobrimento”.

Tudo está a indicar que o esforço proativo para ser constante exige a *planificação*, e que só o estudo cuidadoso das regiões submetidas à exploração do homem pode fornecer a necessária orientação.

A fragmentação da propriedade territorial dependerá do estudo das condições econômicas e sociais, não poderá obedecer a um mesmo critério em todo o país.

A admirável economia riograndense do sul, baseada na colonização, tornou aquele Estado um dos celeiros mais seguros do país; as transformações que se processam em S. Paulo, depois da crise em 1939, com a divisão dos latifúndios, fez elevar enormemente o número de propriedades criando a policultura, essas, além de outras, são demonstrações evidentes de que carecemos instituir a *política agrícola nacional*. As dificuldades a vencer não serão sempre as mesmas e nem as diretrizes a seguir poderão obedecer a um só critério. O aproveitamento da Baixada Fluminense exigirá métodos bem diversos dos a serem empregados no Nordeste ou no Norte.

Segundo o anuário estatístico de 1940 o Brasil possui 1.904.589 estabelecimentos rurais sendo 19,70% com a área de 1 a 5 hectares, 12,61% de 5 a 10 hectares, 16,57% de 10 a 20 hectares, 23,89% de 20 a 50 e 6,34% de 200 a 1.000 hectares. Em alguns Estados,

como S. Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, a subdivisão está se processando aceleradamente, ainda mesmo sem uma política colonizadora, baseada no critério agrícola. Nos termos da mensagem apresentada ao Congresso em 1947 pelo Exm^o Sr. Presidente da República, cogita o Governo de melhorar a situação das populações do interior mediante legislação que facilite o acesso à terra, sem se tratar da socialização do solo, e dentro dos preceitos constitucionais.

É de esperar, portanto, que tôdas as facilidades dos governos federal, estaduais e municipais sejam proporcionadas a quantos queiram se dedicar à vida rural, seguindo-se assim uma política econômica de aproveitamento da terra.

Esse será o verdadeiro caminho de salvação nacional.

Pode-se dizer que apenas, em diminutas faixas do território nacional, a exploração agrícola logrou assumir algum aspecto de estabilidade, por falta de organização técnica e econômica.

Não temos ainda, em contornos definidos, programa capaz de realizar os salutares preceitos contidos na Constituição de 1946.

Necessitamos, com tôda a evidência, levar o bem-estar às populações do campo, porque, sem o concurso delas, não lograremos firmar, em bases seguras, o enriquecimento e o bem-estar nacional.

THE ROYAL BANK OF CANADA'

CAPITAL E RESERVAS \$CDN 78.474.246,55

MATRIZ — MONTREAL, CANADÁ

Filiais no Brasil — RIO DE JANEIRO — SÃO PAULO — SANTOS — RECIFE

O Banco oferece não somente seus serviços bancários completos em todo o Continente, como também em todo o mundo

O Que Se Lê e Ouve na Bacia do São Francisco (*)

— *Imprensa* —

A população dos municípios banhados pelo Rio São Francisco, seus afluentes e sub-afluentes, apesar — da força de penetração da imprensa diária do Rio de Janeiro, de São Paulo, Recife e Salvador, já concorre para manter apreciável número de jornais, em Belo Horizonte, a encantadora capital mineira, e em outras cidades de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Sergipe, compreendidas na Bacia do Rio São Francisco.

Os jornais do Rio de Janeiro contam elevado número de assistentes na parte mineira da grande bacia e são lidos, também, nas cidades marginais compreendidas entre Pirapora e Joazeiro. Os paulistas alcançam as zonas do sul, notadamente os municípios do oeste mineiro. Os diários da cidade do Salvador circulam no longo trecho da bacia compreendido no território baiano e, alcançam, muitas vezes, em concorrência com os de Aracajú e Maceió, as zonas do litoral e mata no Baixo S. Francisco. E os de Recife têm larga circulação nas do agreste e sertão não sendo raro encontrá-los nas do Baixo e do Médio São Francisco.

Dos jornais da Bacia do Rio São Francisco têm larga influência fora das zonas franciscanas os diários de Belo Horizonte que circulam em todo o Estado de Minas Gerais. Os demais têm no geral, acentuada influência no próprio município e, alguns deles, também, nos municípios vizinhos.

E' apreciável o número de jornais, revistas e boletins, sobretudo na cidade de Belo-Horizonte. Mas, a verdade, é que muitos têm sido publicados nesta e em outras cidades do São Francisco, tendo, mesmo algumas com a de Joazeiro, por exemplo, que figurariam em destaque, se coubesse, nos acanhados limites desse trabalho, uma resenha histórica da imprensa na Bacia do Rio São Francisco.

Atualmente são editados na Bacia do Rio São Francisco os seguintes órgãos:

Jornais

Alagoas — Apóstolo e o Democrata, em Penêdo.

Antônio de Arruda Câmara

Vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Sergipe — O Éco, A Defesa e O Escolar, em Propriá.

Pernambuco — A Voz de Pesqueira e A Região, em Pesqueira; — O Amigo do Matuto, em Arcoverde; — A Voz do Sertão, em Triunfo; O Progresso, em Bom Conselho e o Faról em Petrolina.

Bahia — A Pena, em Caitité e O Arauto, em Joazeiro.

Minas Gerais — Adoremus, Diário da Tarde, Estado de Minas, Folha de Minas, Mensagem, Minas Gerais e Voz do Povo, em Belo Horizonte; — Abaeté-Jornal e A Reação, em Abaeté; — A Voz de Arcos, em Arcos; — O Éco, em Bambuí; — Senhor Bom Jesus, em Congonhas do Campo; Minas-Jornal, em Conselheiro Lafaiete; — A Estrela Polar, em Diamantina; Divinópolis-Jornal, em Divinópolis; — O Liberal, em Dôres do Indaiá; — Estado Novo, em Formiga; — Fôlha de Ibiá e Juventude, em Ibiá; — Correio d'Oeste e Gazeta Liberal, em Itapccerica; — A Jornada, em João Ribeiro; Gazeta do Norte e O Operário, em Montes Claros; Gazeta de Minas, em Oliveira; — Gazeta de Paraopeba, em Paraopeba; — Fôlha de Patos, em Patos; — Município de Pitangui, em Pitangui; — Alto São Francisco, em Piui, — Presidente Olegário, em Presidente Olegário; — O Tempo, em Santo Antônio do Monte e Alvorada, em Sete Lagoas.

Revistas

Pernambuco — ESCRINIO, em Petrolina.

Minas Gerais — Alterosa, Arquivos Mineiros de Leprologia, Belo Horizonte, Cérebro, Cultura, Consolação, Era uma vez..., Manual de Jurisprudência, Marília, Minas Farmacêutica, Minas Médica, Minas Tennis, Odontólogo, Optalmos, O Batista Mineiro, O Estudante Mineiro, O Grífo, Pequeno Missionário, Rádio Novidades, Revista Comercial de Minas Gerais, Revista da Identificação, Revista de Jurisprudência Nacional, Revista dos Construtores, Revista Mariana, Revista Médica de Minas, Revista Mineira de En-

(*) Inquerito realizado em 1943-44.

genharia, Revista Mineira de Tuberculose, Revista Social Trabalhista e Revista Tributária, em Belo Horizonte; — Grilo e Santuário São Geraldo, em Curvelo; — Santuário Santo Antônio, em Divinópolis; — O Evangelista, em Formiga; — A Seára, em Ibiá e Revista Farmacêutica de Ouro Preto, em Ouro Preto.

Boletins

Minas Gerais — Boletim Catequético, Boletim da Ordem dos Advogados de Minas Gerais, Boletim da Sociedade Mineira de Medicina Veterinária, Boletim do Museu D. Inocêncio, D.E.E., Fôlha Universitária, Ginásio Arnaldo, Informador Comercial, Lista de Assinantes de Belo Horizonte, Notícia Espírita, O Espírita Mineiro, Revista U.E.C., Síntese e Sino de São José, em Belo Horizonte.

— Rádio —

Estações radio-difusoras

O desenvolvimento cultural é facilitado, em todos os centros povoados da Bacia do Rio São Francisco, pela Rádio-difusão.

A Hora-do-Brasil é esperada, com interesse, por todos os que têm um rádio ao alcance. E' a maneira mais rápida e mais cômoda de ficarem ao par do que passa no país e do que faz o Governo.

Muita gente adquire ou refaz conhecimentos de geografia.

O noticiário esportivo atrai a mocidade... nos povoados e vilas mais afastadas os rapazes estão em dia e discutem, com entusiasmo, a vida desportiva do país.

As notícias de caráter local, — eventuais referências a recursos naturais, vida econômica e social, possibilidades de desenvolvimento de serviços públicos na zona do rádio ouvinte —, têm valor especial.

Ouvem, confoorme a situação da zona, as estações rádio-emissoras das capitais mais próximas. As das cidades de Recife e Salvador ao Norte e as de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro e de São Paulo no centro e sul da grande bacia. Há, entretanto, acentuada, preferência pelas estações das próprias capitais. Observa-se, porém, que os agricultores e criadores procuram as estações que mantêm programas de interesse rural e

isto concorre para que estações do Rio de Janeiro e Belo Horizonte penetrem até os sertões pernambucanos.

No território mineiro as estações de maior, influência são as de Belo-Horizonte — Rádio-Mineira, Rádio Guarani e Rádio-Confidência. Mas, além destas, servem aos municípios da Bacia do Rio São Francisco, a Rádio-Voz-de-Formiga e o Rádio-Clube-dePatos.

Os portos de Joazeiro e Penêdo comportariam, pelo nível de cultura dessas cidades ribeirinhas, estações rádio-emissoras e elas viriam, sem dúvida, contribuir para a expansão cultural no Médio e Baixo São Francisco.

Os jornais e revistas chegam atrasados... são "minas" a explorar com paciência e vagar.

— Propaganda —

A imprensa e as estações rádio-difusoras exercem notável influência cultural e educativa — fazem a propaganda na região E' preciso, porém, que se faça a propaganda da região, tornando conhecidas as suas possibilidades, os seus inúmeros atrativos, inclusive clima e paisagens, de maneira que se encaminhem para a Bacia do Rio São Francisco, iniciativas, capitais e correntes turísticas.

E outro intuito não nos animava ao reunir, nessas páginas, embora desordenadamente, os elementos informativos conseguidos.

Fontes consultadas

Bibliografia — publicações do Departamento de Imprensa e Propaganda — Rio de Janeiro.

Informantes — J. Dantas Mendes, Alagos; Elder Coelho, Sergipe; Osman Silveira, Pernambuco; J. Protásio Borgêa, Bahia e Orlando Aragão, Minas Gerais.

O TRIGO E A REFORMA AGRÁRIA

Do Sr., Deputado Lauro Montenegro, recebeu a Sociedade Nacional de Agricultura alguns exemplares do folheto sob o título acima, o qual insere os discursos pronunciados na Câmara pelo ilustre parlamentar sôbre o momentoso assunto

Daqui, os nossos melhores agradecimentos.

CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR

Inquérito

Sôbre Diretrizes da Política Econômica Brasileira

A Sociedade Nacional de Agricultura recebeu, e com o maior prazer divulga, o questionário abaixo transcrito, organizado pelo Conselho Federal do Comércio Exterior. Convém lembrar que a classe agrícola mantém, desde a sua fundação representação efetiva, por intermédio do Presidente da Sociedade, Dr Arthur Tôres Filho nesse Conselho.

A Sociedade receberá, com o maior apreço, as respostas que os seus associados ou não, e assinantes desta revista, queiram dar ao dito questionário. Essas respostas serão depois estudadas na Sociedade, que procurará consubstanciar numa resposta única o pensamento da classe agrícola.

Quem quer que procure estudar os problemas econômicos brasileiros, seja tendo em vista o metabolismo interno do país, seja em função do nosso intercâmbio com o exterior, não pode deixar de sentir certa apreensão. De fato, encarando-se a conjuntura nacional sem pessimismo e sim com o realismo que a época impõe, concluimos desde logo que não podemos procrastinar indefinidamente a solução de problemas fundamentais do país, cumprindo-nos fixar objetivos seguros e traçar os itinerários para atingir tais objetivos. Em resumo: precisamos sem perda de tempo fixar as diretrizes e os planos de uma esclarecida e corajosa política econômica interna que sirva de base a uma política econômica exterior firme e bem definida.

2. No campo econômico, o Brasil apresenta sintomas claros de estar na iminência de perder terreno, pois, enquanto outros países progridem, o nosso permanece estacionário em vários setores econômicos, ou mesmo regride em outros. E isso devemos reconhecer e proclamar a fim de que tenhamos maior firmeza no equacionamento e solução dos problemas nacionais, pois

o declínio do nosso prestígio político internacional acompanhará na mesma cadência o declínio da nossa economia. Nada nos adianta procurar atribuir a êste ou àquele órgão da Administração Pública, a esta ou àquela autoridade a culpa pela situação pouco satisfatória em que se encontram múltiplos setores econômicos nacionais, porque, com semelhante atitude, tentaremos apenas transferir para poucos a culpa de muitos. De fato: o que sentimos é que grande parte das elites brasileiras ainda não se deu bem conta da situação delicada em que nos encontramos e da situação mais delicada para que marchamos se não mobilizarmos as reservas morais e culturais do país, para o fim de mudarmos, pelo menos em parte, os rumos até agora seguidos. Há vozes autorizadas que vêm lançando verdadeiras advertências ao País, emitindo verdadeiros S.O.S. e apontando os meios de solucionar múltiplos problemas nacionais. É um dever de justiça proclamarmos que a indústria e o Comércio, através de seus congressos, seus memoriais, suas publicações, têm dirigido as mais incisivas e constantes advertências à Nação. Acontece, porém, que de alguns anos a esta parte essas duas grandes classes, em virtude de campanha cujas origens e intuítos não devemos focalizar aqui, têm visto suas advertências e sugestões recebidas não raro com desconfiança por uma parte ponderável da opinião pública e com reservas em alguns setores administrativos. São vozes que infelizmente ainda não encontraram adequada ressonância no ambiente nacional e que frequentemente equacionam problemas parciais, enquanto o de que necessitamos é de tomar, no campo econômico-financeiro, todos os nossos problemas fundamentais submetendo-os a uma análise profunda e estabelecendo para cada um deles a solução adequada e possível,

sem esquecermos a hora presente, mas pensando no Brasil dos nossos filhos e dos nossos netos. Para isso, *a primeira medida a tomar é procedermos a uma sondagem extensa e profunda na cultura especializada do País*. Daí o apêlo caloroso que ora dirigimos aos expoentes dessa cultura no sentido de que enviem ao Conselho Federal de Comércio Exterior, no mais breve prazo possível, seu indispensável depoimento sôbre os itens do questionário anexo, depoimento que será tanto mais útil quanto mais objetivo, claro, preciso. — A preocupação de escolas ou doutrinas econômicas.

3. As contribuições recebidas serão cuidadosamente estudadas no Conselho Federal de Comércio Exterior por várias comissões de abalizados economistas a fim de que, recolhidos os pontos de vista dominantes, seja traçada uma política econômica senão para todos, pelo menos para os setores fundamentais da produção brasileira, até onde seja isso possível na conjuntura atual, respeitadas os compromissos já assumidos pelo nosso País no plano internacional e ressalvadas as medidas já previstas no *Plano Salte*, ora sob a apreciação do Congresso Nacional.

4. No incluso sumário estão indicados os setores a respeito dos quais desejamos conhecer a opinião das entidades de classe, dos centros de cultura especializada, dos economistas e estudiosos dos nossos problemas econômico-financeiros. Deixamos de incluir alguns setores (transporte, mão-de-obra, estaleiros, pesca etc.) porque sôbre eles já existem no próprio Conselho Federal de Comércio Exterior e noutros órgãos da Administração Pública estudos que podemos considerar completos e atualizados. Dadas a vastidão e a complexidade do inquérito, é claro que cada entidade de classe ou pessoa solicitada a pronunciar-se terá inteira liberdade de fazê-lo apenas em relação aos setores de sua especialidade ou preferência. O que importa é que não se façam apreciações ou plano genéricos, isto é, que a opinião de cada um seja objetiva e tanto quanto possível justificada, equacionando os problemas e demonstrando-lhes a solução. Alguns exemplos

ilustrarão nosso pensamento a êsse respeito:

- 1.º — Se o balanço da situação mundial da borracha nos levar à conclusão de que o produto brasileiro não pode concorrer no mercado exterior com o similar do Oriente ou o produto sintético, deve ou não o Poder Público modificar a política de amparo financeiro que vem dispensando a êsse setor através do Banco da Borracha, garantindo, todavia, a sobrevivência da indústria nacional de artefatos de borracha e, conseqüentemente a produção de *latex* necessária a essa indústria e pasando, ao mesmo tempo, a adotar uma política de estímulo à cultura da juta, fonte de produção de grande futuro e capaz de modificar os aspectos sócio-econômicos da Amazônia, dada a segurança do mercado interno com a indústria de aniagem existente no País e grande possibilidade de exportação para mercados do Continente?
- 2.º — Admitindo-se a conveniência da exportação de minério de ferro, devem ser indicados:
 - a) a quantidade máxima a ser exportada por ano e durante que período;
 - b) o que devemos exigir como meio efetivo de pagamento (carvão, montagem em nosso País de certas indústrias fundamentais).
- 3.º — Admitindo-se que, dentro de 2 ou 3 anos, o mercado argentino estaria inteiramente perdido para os nossos tecidos e fios de algodão, ue providências deveríamos adotar desde já para evitarmos o grande e permanente desequilíbrio que tal perda traria à balança comercial do Brasil com a República platina?
- 4.º — Dadas as possibilidades de nos tornarmos dentro de um decênio auto-suficientes quanto a certos produtos que nos vêm quasi totalmente ou em grande parte do exterior (trigo, chá, certas frutas etc.), indicar os pontos onde devem ser feitas as respectivas culturas e meios de defesa da produção brasileira.

5. Voltando a referir-nos a certos sintomas de diatese nacional, devemos acentuar que, para aquêles que vêm o Brasil não apenas pelo asfalto da Avenida Rio Branco e pelos arranha-céus de Copacabana, mas costumam fazer o giro do horizonte e projetam suas preocupações para o futuro da nacionalidade, não há ilusões a respeito do destino que nos espera, se não dermos novos rumos à economia do País. A terra se esteriliza de maneira impressionante e o pauperismo aumenta; a sub-alimentação e moléstias várias estão causando a nosso ver a decadência biológica de grandes contingentes da população de diversas regiões brasileiras; ao lado de algumas centenas de milhares de brasileiros, razoavelmente tributáveis, vivem milhões de zeros econômicos; daí o baixo nível da renda nacional; daí uma produtividade *per capita* tão mesquinha e um padrão de vida tão baixo, que ficamos em posição pouco lisongeira quando nos compramos com outros países, mesmo do nosso Continente. Estamos diante do seguinte trilema: ou nos tornamos uma potência econômica, ou demonstramos que o Brasil é um país pobre, ou corremos o risco de parecer que somos um povo incapaz. Estamos presos à primeira ponta do trilema e por isso procuramos um denominador comum para solução dos grandes problemas brasileiros. A respeito da solução de alguns deles, as opiniões serão divergentes; em relação a de muitos outros, esperamos uma grande maioria de opiniões concordantes; aquelas serão cuidadosamente balanceadas e expostas com os prós e contras e estas apresentadas ao País de modo que em torno delas se cristalice uma consciência nacional, ressalvado, está claro o caráter confidencial de que alguma por ventura se revista.

6. Quando acentuamos a necessidade de se intensificar o mercado interno e de se criarem ou ampliarem certas fontes de produção, não estamos advogando para o nosso País uma política de autarquia ou de exagerado nacionalismo econômico; o que pretendemos é contribuir para que nos libertamos de certas sujeições econômicas perigosas, que pesam sobre nós, e elevar o padrão de vida do nosso povo, não esquecendo

a ameaça que paira sobre vários setores da produção brasileira, em face da intensa exploração que ora se verifica dos recursos do Continente Africano e do soerguimento econômico de alguns pases e colônias da Ásia, fenômenos que não podemos deixar de acompanhar com a mais viva atenção.

Gen. Anapio Gomes
Diretor Geral

QUESTIONÁRIO

A — *Agricultura*

- 1 — Quais os produtos agro-pecuários e extrativos, cuja produção devemos intensificar, tendo em vista o consumo interno e o externo? E que medidas facilitaríamos a consecução de tal objetivo?
- 2 — Qual a aparelhagem técnica (silos, câmaras de expurgo, câmaras frigoríficas, armazens etc.) e a assistência econômica necessárias, que permitam o escoamento normal da nossa produção agro-pecuária?
- 3 — Quais as zonas geo-econômicas que devem ser aparelhadas para tal fim e em relação a que produtos?
- 4 — Como aproveitar, racional e economicamente, as reservas florestais do País, tendo-se em vista as suas necessidades futuras e a restauração das áreas devastadas?
- 5 — Sabendo-se que é baixa a produtividade no ramo agro-pecuário e que o seu aumento poderia ser alcançado mediante mecanização intensiva, quais as medidas aconselháveis, que viriam aumentar e melhorar a produção de maquinária e instrumental agrícola do País?
- 6 — Quais as medidas práticas que sugere para a solução do problema da produção de fertilizantes, inseticidas e fungicidas?

B — *Indústria*

- 1 — Quais as indústrias que devem existir ou ser criadas no País, por seus fundamentos econômicos ou de segurança nacional?
- 2 — Quais as que deve o Poder Público amparar ou estimular, e por que meios?
- 3 — Que critério de prioridade deve ser observado na criação dessas indústrias?

- 4—Sabe-se que têm sido feitas propostas para a transferência de certas indústrias européias para o Brasil. Desde que se indentifiquem essas indústrias com as de que cogitam as perguntas 1 e 2, quais as medidas a serem tomadas sem perda de tempo, pelo Poder Público, para a sua transferência?
- 5—Em que condições de tempo e de espaço devemos montar uma rede de indústria do frio?

C — Comércio

- 1—Quais as modificações aconselháveis na legislação e na tributação para intensificar o comércio interno do Brasil?
- 2—Idem, idem, quanto à legislação sobre o comércio exterior, inclusive se devemos substituir o sistema de tarifas específicas pelo de tarifas *ad valorem*?
- 3—Analisando-se os mercados externos dos produtos brasileiros (extrativos, agro-pecuários, industriais) em face da concorrência de outros países, qual a perspectiva para cada um desses produtos? É possível manter e ampliar-lhes a exportação? Perderemos o mercado? Que devemos fazer em cada hipótese?
- 4—Quais as medidas aconselháveis para evitar qualquer descrédito aos produtos brasileiros no exterior (padronização, amostragem, penalidades aos exportadores inescrupulosos etc.)?
- 5—Numa conjuntura mundial como a que ora atravessamos, devemos ou não adotar, dentro de certos limites, uma política de acordos de compensação com os países de moedas inconvertíveis? Exemplos dos acordos vantajosos que podemos fazer nesse sentido, atualmente?

D — Minerais

- 1—Quais os minerais que podemos exportar livremente?
- 2—Quais os que não devemos exportar, a fim de constituírem reservas de segurança?
- 3—Quais os que só devemos exportar mediante condições rígidas (em

troca, por exemplo, de equipamentos essenciais)?

- 4—Sendo mais conveniente a exportação de produtos pelo menos semi-manufaturados, em relação a que minérios devemos seguir essa política?
- 5—Quais os que devem ser industrializados no País, ou porque a sua industrialização apresente bases econômicas, ou porque interesse a segurança nacional?

E — Diversos

- 1—Constituindo um dos problemas fundamentais da economia brasileira a ampliação do mercado interno, quais as medidas mais indicadas para, em curto prazo, atingirmos êsse objetivo?
- 2—Como devem ser organizados o crédito e o seguro agro-pecuário?
- 3—Quais as medidas a serem adotadas no sentido de amparar-mos a marinha mercante nacional quanto aos transportes internacionais?
- 4—Em face do crescente número de organismos internacionais de supervisão econômica e financeira, que devemos fazer para conciliar o intervencionismo estatal com o princípio da livre iniciativa?
- 5—Quais os dispositivos da "Carta de Havana" que julga vantajosos e quais os que julga prejudiciais ao Brasil?
- 6—Em que condições, e para que fins, devemos aceitar a colaboração do capital estrangeiro no soerguimento econômico do Brasil?
- 7—Existem órgãos da Alta Administração Pública que não estão devidamente aparelhados para intensificar a produção e o comércio interno e o intercâmbio com o exterior? Em caso afirmativo, que devemos fazer para torná-los eficientes?

NOTA — O fato de o questionário não se referir a outros problemas que possam influir na fixação das diretrizes da política econômica nacional, não impede sejam êles tratados pelas diferentes entidades e pessoas inquiridas.

As Novas Tarifas Aduaneiras

A Sociedade Nacional de Agricultura representada na comissão respectiva

Atendendo à solicitação contida em Aviso do Sr. Ministro da Fazenda, a Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura designou seu representante junto à Comissão de que trata o art. 3.º da lei n.º 313, de 30 de julho deste ano, o seu 3.º Vice-Presidente, Engenheiro Agrônomo Antonio de Arruda Câmara.

A lei em questão é a seguinte:

LEI N.º 313 — DE 30 DE JULHO DE 1948

Autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisoriamente, o Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio; reajusta a Tarifa das Alfândegas, e dá outras providências.

O Presidente da República — Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a aplicar, provisoriamente, o Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, cujo texto consta da Ata Final da Segunda Reunião da Comissão Preparatória da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Emprêgo, assinada pelo Brasil e outros países, em Genebra, a 30 de outubro de 1947.

§ 1.º A partir de 1 de agosto de 1948, são reajustados os direitos específicos de importação para consumo, constantes da atual Tarifa das Alfândegas, mediante as majorações abaixo enumeradas:

1) de 10% (dez por cento) sobre os direitos de importação correspondentes às mercadorias aqui expressamente indicadas:

CLASSE 3.^a

Peles e Couros

37. Preparados ou curtidos.
/12 — Envernizados, graneados ou não.

CLASSE 6.^a

Lã

Em bruto ou preparada.
Em bruto.

175. Tecidos (sobre tôdas as 21 alíneas deste artigo, com exclusão das de números 14 e 15, ou sejam "palmbeachs" — / 14 — Até 250 grs. por metro quadrado; /15 — Demais de 250 grs. idem).

CLASSE 8.^a

Frutas, Cereais, Legumes, etc.

Frutas.

225. Ameixas, cerejas, damascos, figos, maçãs, melões, pêssegos, morangos, peras, uvas e semelhantes, frescas ou verdes.

247. Malte:

/2 — De outros cereais.

CLASSE 15.^a

Linho, Juta, Cânhamo, Râmia

Em bruto ou preparados.

434. Em bruto, preparados, restelados, asedados, em estrigas ou beneficiados de qualquer modo, tintos ou não:

/1 — Juta

/2 — Linho, cânhamo ou râmia.

486. Em fio preparado em meadas, novelo, bobinas e carretéis de qualquer qualidade (sobre tôdas as 8 alíneas deste artigo).

Em obras

526. Tecidos (sobre tôdas as 33 alíneas deste artigo).

CLASSE 17.^a

Pedras, Terras, Minérios e outros produtos Minerais

569. Amianto ou asbesto

Sòmente sobre as seguintes alíneas deste artigo:

/1 — Em bruto

2/ — Em fibras

Em pó:

/3 Simples ou sem mistura de qualquer matéria

/4 — Com mistura de outra matéria

/5 — Em pasta ou massa

/ — Preparado para cadinhos

582. Cimentos (sòmente sobre a alínea 3 deste artigo ou seja, /3 — de Portland ou romano).

CLASSE 18.^a

Louça e Vidro

625. Quaisquer obras não classificadas (sòmente sobre as latrinas das alíneas 9 a 12 deste artigo, em louças de números 1 a 4).

CLASSE 19.^a

Alumínio, Chumbo, Estanho, Zinco e suas ligas Chumbo

Em obras:

665. Canos ou tubos, retos, curvos ou em espiral (sòmente sobre a alínea 1 deste artigo, ou seja, /1 — Simples).

2) de 20% (vinte por cento) sobre os direitos de importação correspondentes às mercadorias classificadas nos artigos da Tarifa das Alfândegas, a seguir enumerados ou que se refiram apenas aos produtos expressamente indicados:

CLASSE 6.^a

Lã

Em bruto ou preparada

133. Em bruto

/1 — Comum

134. Lavada ou desgordurada, simples ou carbonizada, "blousses" ou resíduos de cardagem ou penteagem:

/2 — Tinta

CLASSE 21.^a*Ferro e aço e suas ligas*

Em obras

343. Fios (arame)

(Sómente sôbre a alínea I d'êste arugo, ou seja, /1 — Farpado, galvanizado).

CLASSE 24.^a

Matérias primas e preparações diversas, para as indústrias de perfumaria, pintura, tinturaria, curtume e outros usos.

Sôbre tôdas as matérias primas desta classe, excluídas as mercadorias do art. 936, já livre pela Tarifa, e as do número 987, de taxaçoão *ad-valorem*, bem como as enumeradas nos arts. 971, 974, 982, 983 e 984.

CLASSE 30.^a

Aparelhos, instrumentos, máquinas, e objetos físicos, químicos, matemáticos e óticos (sôbre todos os artigos desta classe).

CLASSE 31.^a

Aparelhos, instrumentos e objetos de cirurgia, medicina, odontologia e veterinária — (sôbre os artigos desta classe).

CLASSE 33.^a

Veículos, seus acessórios e pertences.

Sómente os seguintes artigos desta classe:

1.778. Aeroplanos, aeronaves em geral, montados ou desmontados, acessórios e pertences.

1.779. Carros montados ou desmontados, próprios para passageiros ou carga, entrega de encomendas, socorros pessoais, serviço funerário e fins semelhantes, como: ambulância, caminhões, ônibus e outros, /6 Até 2.000 quilos.

1.780. Embarcações montadas ou desmontadas completas:

A vela, a óleo ou a vapor.

Para serviços de portos, etc.: /9 Idem ou aço ou ferro (casco).

CLASSE 34.^a

Máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios diversos (sôbre todos os artigos desta classe).

3) de 40% (quarenta por cento) sôbre os direitos de importação para consumo relativos às ordens mercadorias classificadas na Tarifa das Alfândegas atualmente em vigor, quer tenham sido ou não incluídas na Lista de Concessões Tarifárias III — Brasil, que faz parte integrante do Acôrdio Geral da Tarifas Aduaneiras e Comércio, assinado, em Genebra, a 30 de outubro de 1947, excetuadas as ferramentas agrícolas, previstas no art. 1.814 e o fumo em folhas, artigo 267/3, que continuarão sujeitos aos direitos em vigor.

§ 2.º Não serão reajustados os direitos de importação para consumo cobrado sôbre o pe-

trôleo e seus derivados, art. 599, e a lã em bruto ou preparada, arts. 133, alínea 2, 134, alínea 1, e 136, todos da Tarifa das Alfândegas mantido, porém, o reajustamento em relação às alíneas 4, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 do referido artigo 599.

Art. 2.º As concessões tarifárias feitas aos países signatários do respectivo Protocolo entrarão igualmente em vigor, a partir de 1 de agosto de 1948.

Art. 3.º Dentro de 30 (trinta) dias da vigência desta Lei, o Poder Executivo nomeará comissão composta de um representante, de cada um dos Ministérios das Relações Exteriores, Fazenda, Agricultura, Trabalho, Indústria e Comércio e de representantes do Conselho Federal de Comércio Exterior, da Confederação Nacional do Comércio, da Confederação Nacional da Indústria e da Sociedade Nacional de Agricultura, por eles designados.

§ 1.º A comissão de que trata êste artigo, compete examinar, mediante provocação dos interessados a situação de quaisquer produtos cujos direitos de importação tenham sido reduzidos, de modo que exijam a adoção das medidas previstas no Acôrdio Geral.

§ 2.º Decorridos 90 (noventa) dias de sua constituição, a comissão enviará relatório conclusivo ao Ministério das Relações Exteriores, que mediante prévia aprovação do Congresso Nacional, providenciará sôbre a aplicação do art. XIX do Acôrdio Geral referido no art. 1.º, denunciando-o na hipótese de não ser o Brasil atendido.

§ 3.º A comissão terá caráter permanente e reunir-se-á mediante convocação do Ministério das Relações Exteriores a pedido de qualquer interessado ou quando for julgado necessário. Cumpre-lhe, também, estudar os ajustes relativos ao desenvolvimento econômico (art. XVIII do Acôrdio), a fim de serem tomadas as providências que o interesse nacional indicar.

Art. 4.º Sem prejuízo de outras disposições estabelecidas em lei, com o mesmo objetivo, é o Poder Executivo autorizado a fazer reduções de emergência, dentro da margem do reajustamento, sôbre os direitos de importação para consumo relativo a artigos que, por motivos de escassez ou de sua preponderante influência no custo de vida, exijam, temporariamente, a adoção dessa providência.

Art. 5.º Esta Lei não prejudicará as isenções de direitos de importação para consumo, já concedidas a entidades oficiais ou privadas, em virtude de lei ou de contratos com o Governo Federal.

Art. 6.º Dentro do prazo de 30 (trinta) dias o Ministério da Fazenda promoverá a reimpressão da Tarifa das Alfândegas, depois de convenientemente reajustada e atualizada esta com as anotações que se tornarem necessárias à execução do Acôrdio.

Art. 7.º E' o Poder Executivo autorizado a providenciar quanto à aplicação disposto no art. 19 do Acôrdio Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio referente às concessões que pesam sôbre as seguintes mercadorias: Leite em pó (artigo 98/3), penicilina pura (artigo 1.530 ex), folhinhas ou almanaques (artigo 545-3).

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1948; 127.º da Independência e 60.ª da República.

*Eurico G. Dutra
Corrêa e Castro.
Raul Fernandes.
Carlos de Sousa Duarte.
Morvan Figueiredo.*

PROTOCOLO PARA APLICAÇÃO PROVISÓRIA DO ACÓRDO GERAL SÓBRE TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO

1. Os Governos da *Comunidade da Austrália*, do *Reino da Bélgica* (ao que diz respeito ao seu território metropolitano), do *Canadá*, da *República Francesa* (no que diz respeito ao seu território metropolitano); do *Grão-Ducado do Luxemburgo*, do *Reino dos Países-Baixos* (no que diz respeito ao seu território metropolitano), do *Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte* (no que diz respeito ao seu território metropolitano) e dos *Estados Unidos da América*, acordam entre si, desde que o presente Protocolo seja assinado em nome de todos os governos acima enumerados, no mais tardar até 15 de novembro de 1947, em aplicar, a título provisório e a partir de 1 de janeiro de 1948:

a) as partes I e III do Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio;

b) e parte II dêste acôrdio em tudo que fôr compatível com a legislação em vigor.

2. Os governos acima mencionados aplicação, a título provisório, o Acôrdio Geral nas condições enunciadas acima do que diz respeito a outros de seus territórios, além dos metropolitanos, a partir de 1 de janeiro de 1948 ou depois desta data, logo que expirado o prazo de trinta dias a contar da data em que o Secretário Geral das Nações Unidas tenha recebido notificação da decisão de aplicar o Acôrdio, a título provisório, em um ou vários desses territórios.

3. Para qualquer outro governo signatário do presente Protocolo, a aplicação Provisória do Acôrdio Geral nas condições acima mencionadas efetuar-se-á a partir de 1 de janeiro de 1948; ou depois desta data, expirado o prazo de trinta dias, a contar da data na qual o presente Protocolo fôr assinado em nome dêste governo.

4. O presente Protocolo permanecerá aberto na sede das Nações Unidas:

a) até 15 de novembro de 1947, para a assinatura dos governos signatários do Ato Final adotado no término da segunda sessão da Comissão preparatória da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Emprego, que não o tenham feito na data de hoje.

5. Será lícito a todo governo que tiver pôsto em aplicação o presente Protocolo, suspender, tornando-se efetiva essa denúncia depois de expirado o prazo de sessenta dias, a contar da data na qual o Secretário Geral das Nações Unidas tenha recebido, por escrito, a respectiva notificação.

6. O original do presente Protocolo ficará em poder do Secretário Geral das Nações Unidas, ao qual incumbe fornecer cópias autenticadas do referido documento a todos os governos interessados.

Em fé do que, os representantes infra assinados, depois da apresentação dos seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, assinaram o presente Protocolo.

Dado e passado em Genebra, em um único exemplar, nas linguas francesa e inglesa, fazendo fã ambos os textos, em trinta de outubro de mil novecentos e quarenta e sete.

As asociações rurais de todo o país, a propósito dessa nova representação, da S.N.A., foi enviado o seguinte officio:

“Tenho o prazer de comunicar que o nosso Vice-Presidente Antonio de Arruda Câmara foi designado para representante da Sociedade Nacional de Agricultura na Comissão a que se refere o Art. 3.º da Lei n. 313, de 30 de julho dêste ano, a qual autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisoriamente, o Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, cujo texto consta da Alta Final da Segunda Reunião da Comissão Preparatória da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Emprego, assinada pela Brasil e outros países em Genebra, em 30 de outubro de 1947.

A afim de que o nosso representante possa realmente expressar ali os interesses da classe, pedimos o envio de sugestões sobre quaisquer aspectos que, do ponto de vista dessa prezada congênere, possa ser de interesse para a lavoura e a pecuária brasileiras.

Nesta ocasião, apresento a V.S. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.”



O lema que encima estas linhas, fielmente cumprido, abriu aos Produtos Nestlé as perspectivas de um campo de imensa amplitude, qual seja o de contribuir para o aprimoramento da raça humana, desde o berço, através de alimentos preparados com base nos progressos alcançados pela Ciência no campo da dietética.

Na missão de prestar serviços à infância encontram os Produtos Nestlé a colaboração valiosa de anônimos defensores da saúde, dos médicos, dos técnicos nos mais variados assuntos e do produtor de leite.

A todos êles deverá ser grato saber que essa colaboração recebe o acatamento e a respeitosa consideração de um público incalculável que confia nos Produtos Nestlé.

Ao esforço incansável do produtor de leite, no labor cotidiano da coleta e entrega do leite natural — puro, saudável, próprio para a industrialização sob diversas formas — a Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares sempre rendeu os maiores tributos de reconhecimento. Com o trabalho que valoriza rebanhos, pastagens, instalações indispensáveis e, sobretudo o potencial humano das zonas rurais, os criadores contribuem com valiosa parcela para a extensão do serviço em pról da Criança.

**COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL
BRASILEIRA DE PRODUTOS ALIMENTARES**

CONCESSIONÁRIA EXCLUSIVA DOS PRODUTOS NESTLÉ NO BRASIL
FÁBRICAS DE LACTICÍNIOS EM ARARAS, ARARAQUARA E BARRA MANSA

JOAQUIM AUGUSTO TEIXEIRA

ESTUQUES

ESCULTURAS

ORNAMENTAÇÕES



Rua Evaristo da Veiga, 99

Telefone 22-8806

1.º ANDAR — RIO DE JANEIRO



HÁ COISAS QUE NÃO PODEM SER APRESSADAS...

A Natureza é sábia... mas não se apressa... Seus processos de desenvolvimento são lentos. Também a maturação da boa cerveja obedece às leis naturais... é coisa que não pode ser apressada... Por várias semanas, o Brahma Chopp "dorme" o sono da maturação, em gigantescas dornas, firmentando sob rigorosa e constante vigilância. É nesse período de lenta maturação que o Brahma Chopp assimila todos os princípios revigorantes do malte e as propriedades digestivas... o aroma... e o agradável sabor tônico-amargo do lúpulo. Eis o razão da super-qualidade do Brahma Chopp — a boa cerveja que o Sr. e todos apreciam.

**Brahma
Chopp**
EM GARRAFA OU EM BARRIL



Qua as transmissões esportivas da Rádio Nacional, todos os domingos, à tarde, em ondas curtas e médias. Aos sábados, à tarde ou à noite, pela Rádio Mauá.

Record 3071

PRODUTO DA CIA. CERVEJARIA BRAHMA S. A. P. - RIO DE JANEIRO - S. PAULO - CURITIBA - P. ALEGRE - P. FUNDO

Écos da Exposição Rural de Leopoldina

A Sociedade Nacional de Agricultura, dirigiu o Dr. Ormeo Junqueira Botelho, Presidente da Associação Rural de Leopoldina, o seguinte ofício:

“Vimos apradecer o valioso prêmio de uma taça, que essa Sociedade contribuiu para a Nossa XII Exposição, informamos que a mesma coube ao Sr. Ribeiro dos Reis, proprietário da fazenda Mato Dentro, situada em Abaiba, município de Leopoldina, que conquistou com a Campeã do coucurso leiteiro, em quantidade de leite — Vencedora vaca de nome *Miltonia-Conga*, raça Holandêsa P. B.

O Estimulo que podemos levar aos nossos expositores se devem em grande parte, aos prêmios que os amigos, ofereceram todos convictos quanto é necessário estimular a produção nacional muito cooperando com certame de caráter tão acentuadamente econômico como o que temos procurado realizar”.

No número passado, demos uma completa reportagem sobre o magnifico certame, ilustrado com a fotografia da vencedora do coucurso leiteiro, detentora do prêmio Sociedade Nacional de Agricultura.

A Verminose dos Bovinos

Jorge Vaitsman
Médico-Veterinário

Quando iniciamos nossa vida profissional, há pouco mais de um decênio, foi uma surpresa encontrar criadores que não acreditavam que os vermes eram capazes de arruinar a saúde e provocar a morte de seus animais. Era uma surpresa justificada, pois trazíamos da escola a impressão de que era este um conhecimento generalizado em nosso meio rural. Em zonas de pecuária orientada, ou onde a influência dos técnicos se fazia sentir de mais longa data, não havia essa descrença, é claro, e nós mesmos tivemos ocasião de visitar fazendas de zona leiteira, onde, além da rotação de pastagem como medida profilática para combater verminose dos bezerros, havia, também, a aplicação periódica e sistemática de vermífugos a todos os bovinos adultos. A profilaxia da verminose não constituía, contudo, rotina de nosso sistema de criação. Atualmente, embora muito tenham conseguido os técnicos no sentido de divulgar e impor os processos racionais para tratamento e prevenção das doenças do gado, não se pode dizer que os problemas de higiene e profilaxia veterinárias sejam diferentes. A evolução, mesmo lenta, é, contudo, satisfatória e isso podemos constatar, com facilidade, através a correspondência que, sobre os assuntos técnicos, nos tem sido enviada.

Ainda recentemente, recebemos de Carrancas, no oeste mineiro, interessante carta de pequeno criador, cuja divulgação de seus principais trechos julgamos oportuna, pois nela o missionista relata os resultados de suas observações pessoais, comprovando os prejuízos causados pela verminose em seus bovinos. As observações são concisas e simples mas suficientes para o diagnóstico e podem servir de ilustração a outros criadores que ainda não se perceberam dos perigos que os vermes representam à boa saúde dos rebanhos. A seguir, os trechos em que o criador trata do assunto:

“...e ao mesmo tempo, peço-lhe um conselho veterinário para doença que tem atacado meu gado. Tem causado grande prejuízo. Vou dar uma informação da doença: a rez atacada fica triste, arrepiada; o pêlo *engrossa*; emagrece; perde as forças e depois aparece uma disenteria amarelada e a rez deita e não tem forças para levantar-se. Acaba morrendo em menos de 30 dias. Tenho aberto diversas vezes e encontrado *no intestino um colosso de vermes mais ou menos de 4 centímetros de comprimento e finos*. Fui aconselhado a dar fenotiazina, mas...”

A verminose dos animais, principalmente dos bovinos, é uma das causas do pequeno rendimento econômico de muitos rebanhos. As vacas leiteiras infestadas produzem pouco leite; os bezerros custam a desenvolver-se, adoecem com frequência e são fáceis vítimas de infecções e afecções diversas. Quando a infestação é grande, como no caso acima, ocorrem mortes e os prejuízos do criador se agravam de modo alarmante.

Entretanto, a verminose pode ser facilmente debelada, bastando que o criador tome algumas medidas práticas, entre as quais a mais eficiente e barata é a administração periódica da fenotiazina a todo o rebanho. A aplicação do produto deve ser feita de acordo com as instruções dos fabricantes. Sempre que possível, contudo, será bom aconselhar-se com um veterinário para a orientação geral da profilaxia.

Pelo exemplo acima registrado, verificam nosso leitores que a verminose já é apontada pelos próprios criadores como causa de doenças e mortes de seus animais e este fato é bem um índice da compreensão com a qual nosso homem rural está recebendo os ensinamentos técnicos que lhes têm sido divulgados.

(Comunicado do Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura — julho de 1948).

Ensino de Hortalicicultura

A hortalicicultura é ministrada na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" em dois cursos: no de horticultor e no de hortelão. Em cada um desses cursos, a hortalicicultura é ministrada em dois anos. No primeiro ano, é feito o ensino da hortalicicultura geral, no segundo, o da hortalicicultura especial.

Para o ano de 1948 organizamos os seguintes programas, que foram aprovados pela congregação da Escola.

Programa de Hortalicicultura Geral

(ministrado no 1.º ano do curso de hortelão e no 2.º ano do curso de horticultor).

1 — A hortalicicultura e sua importância econômica — As hortas e o abastecimento das cidades — Aproveitamento de grandes e pequenas áreas — Monocultura e policultura de hortaliças.

2 — Estudos preliminares para a localização de uma horta — situação da localidade — Condições relativas à escolha do terreno e seu aproveitamento.

3 — Estudo das condições climáticas — Estudo dos meios de acesso e vias de transporte — Exigências dos mercados consumidores — O problema do operariado.

4 — Solo e sub-solo — Propriedades do solo — Classificação dos solos — Características e reconhecimento dos principais tipos de solos.

5 — O solo e o seu melhoramento para uma horta — Corretivos do solo — O problema da adubação — Leis da adubação.

6 — Adubação orgânica — Fontes de adubos orgânicos — Estudo dos principais adubos orgânicos — Estrumeiras.

7 — Adubação mineral — Classificação dos adubos minerais — Estudo dos principais adubos minerais.

8 — Cálculo de fórmulas de adubação — Incompatibilidade de adubos — Época, modo e material empregado na distribuição de adubos.

9 — A água e sua importância na hortalicicultura — Obtenção da água para régua — Características da água para a régua.

Geraldo Goulart da Silveira

Eng.º. Agrônomo, Prof. da Escola de Horticultura
"Wenceslão Bello"

10 — Sistemas de régas — Contrôles da água pela irrigação e drenagem — Métodos de irrigação e de drenagem.

11 — Máquinas, ferramentas e utensílios indispensáveis aos trabalhos hortícolas — Características das máquinas, ferramentas e utensílios.

12 — Manejo e emprêgo das máquinas, ferramentas, etc. — Conservação e reparação das máquinas, ferramentas etc. empregadas nos trabalhos hortícolas.

13 — Preparo do terreno para a instalação de uma horta — Trabalhos de desbravamento — Trabalho de mobilização dos solos.

14 — Divisão do terreno — Marcação e preparo dos canteiros — Orientação e dimensões dos canteiros.

15 — Medidas de proteção aos canteiros — Construção e importância dos ripados, estufas e estufins.

16 — As sementes e suas características — Seleção das sementes — Germinação das sementes — Cálculos do poder germinativo, pureza e energia germinativa das sementes — Valor cultural das sementes.

17 — Multiplicação por divisão, rebentos, estacas, etc. Casos em que são empregados — Escolha dos rebentos, estacas, etc.

18 — Preparo de sementeiras — Processos de sementeira — Época de sementeira — Preceitos que devem ser observados na sementeira.

19 — O problema da proteção das sementeiras — Tratos culturais nas sementeiras — Importância dos tratos culturais.

20 — Repicagem de mudas — Importância da repicagem — Canteiros de repicagem — Chapas de repicagem.

21 — Época e modo de realizar a repicagem — Arrancamento, seleção e plantio das mudas — Tratos culturais nos canteiros de repicagem.

22 — Transplantação das mudas para o local definitivo — Época e modo de

realizar a transplantação — Cuidados necessários.

23 — Alinhamento e distâncias entre as mudas — Proteção das mudas transplantadas — Cuidados posteriores à transplantação.

24 — Tratos culturais — Importância, época e métodos de capinas, escarificações, amontôas, desbastes, etc. — Estiolamento na cultura de algumas hortaliças.

25 — Rotação das culturas — Condições que devem ser encaradas nos problemas de rotação — O máximo aproveitamento do terreno.

26 — Consorciação das hortaliças — Condições que devem ser encaradas nos problemas de consorciação — Exemplo de consorciações.

27 — Colheita das hortaliças — Época e modo de realizar a colheita — Material empregado.

28 — Preparo de hortaliças para distribuição nos mercados — Condições que devem ser observadas — Limpeza, escolha e classificação dos produtos hortícolas.

29 — Embalagem das hortaliças — Condições que devem ser observadas — Métodos de embalagem.

30 — Conservação das hortaliças — Conservação ao natural — Desidratação — Preparo de conservas.

Programa de Hortalicicultura Especial

(Ministrado no 2.º ano do curso de hortelão e no 3.º ano do curso de horticultor).

1 — Classificação das hortaliças — Espécies e variedades hortícolas mais cultivadas no país.

2 — As hortaliças na alimentação — Composição das hortaliças utilizadas na alimentação.

3 — Hortaliças exploradas pelas suas raízes — Classificação e variedades hortícolas da batata-dôce, nabo, rabanete, beterraba, cenoura, aipim, etc.

4 a 9 — Culturas da batata-dôce, nabo, rabanete, beterraba, cenoura, aipim, etc. — Condições de clima e solo — Adubação — Plantio e tratos culturais — Consorciação — Colheita, embalagem e conservação.

10 — Hortaliças exploradas pelos seus caules — Classificação e variedades hortícolas do alho comum, alho-poró, aspargo, cebola, etc.

11 a 14 — Culturas do alho comum, alho poró, aspargo, cebola, etc. — Condições de clima e solo — Adubação — Plantio e tratos culturais — Consorciação — Colheita, embalagem e conservação.

15 — Hortaliças exploradas pelas suas folhas — Classificação e variedades hortícolas de alface, acelga, chicórea, couve, bertalha, espinafre, etc.

16 a 21 — Culturas da alface, acelga, chicórea, couve, bertalha, espinafre, etc. — Condições de clima e solo — Adubação — Plantio e tratos culturais — Consorciação — Colheita, embalagem e conservação.

22 a 28 — Hortaliças condimentares — Classificação e variedades hortícolas das principais hortaliças condimentares — Culturas das principais hortaliças condimentares.

29 a 38 — Culturas do melão, melancia, morango — Classificação e variedades — Condições de clima e solo — Adubação — Plantio e tratos culturais — Consorciação — Colheita, embalagem e conservação.

Agencia Pestana

DE

Transportes Ltda.

RUA PHAROUX N.º 3 — TELEFONE: 42-4196

RIO DE JANEIRO

Solubilidade de Alguns Fosfatos Naturais

As condições brasileiras têm sido pouco propícias ao desenvolvimento da indústria de adubos fosfatados. Dificuldades inerentes ao meio e à natureza dos nossos minérios, ao lado dos pesados encargos financeiros da parte comercial, provenientes da necessidade de armazenar a produção para vendê-la apenas em restritas épocas do ano, são entrave seríssimo à obtenção do fertilizante barato.

A nossa reserva de fosfatos é grande. Somente as duas maiores jazidas — Araxá, em Minas Gerais, e Serrote, próximo a Juquiá, no litoral sul paulista — encerram algumas centenas de milhões de toneladas do precioso minério, de acordo com recentes trabalhos de prospecção. Neste ponto, fizemos grande progresso nos últimos dez anos.

À utilização desses fosfatos, mediante a sua transformação em superfosfato, em fosfato-renania ou em fosfato desfluorizado, opõem-se algumas dificuldades técnicas e a nossa proverbial carência de ácido sulfúrico, álcalis e combustível. A questão não se resolve com facilidade, apelando para a eletricidade, porque, quando a temos à disposição, o custo das instalações ainda é barreira para o modesto capital com que sempre pretendemos enfrentar os problemas industriais de maior envergadura. A solução imediata mais acessível parece ser a do fosfato desfluorizado, desde que seja constatado, conforme supomos, que o seu elevado preço atual provém da parcimônia com que ainda está sendo produzido nos E.E. U.U., como indústria muito recente.

Solução ideal seria usar os nossos fosfatos in-natura, tendo em vista que o seu preço talvez compense a lentidão com que é absorvido pelo solo e o emprego inicial de grandes quantidades de fertilizante, de utilidade remota, sujeito aos encargos decorrentes do investimento de capital a longo prazo. Todas as iniciativas tendentes a esclarecer este problema são dignas dos maiores elogios, porque mesmo um sucesso relativo bastará para contrabalançar as di-

Jayme Benedito de Araújo

e

Cássic Mendonça Pinto

(do Laboratório da Produção Mineral, do M. A.)

ficultades da solubilização artificial dos fosfatos nacionais.

Todos sabem que não é nova essa modalidade de adubação. Nos E.E.U.U., onde o superfosfato sai das fábricas ao preço de 20 dolares a tonelada, a adubação in-natura tem aumentado progressivamente nos últimos anos, atingindo respectivamente 193.931, 256.736 e 411.543 toneladas em 1943, 44 e 45.

Em 1938, por determinação do Ministro Fernando Costa, a Divisão de Fomento da Produção Mineral distribuiu gratuitamente aos lavradores paulistas cerca de 5.000 toneladas de apatita de Ipanema. Como essa distribuição não foi acompanhada da necessária divulgação, advertindo os lavradores sobre a natureza do material, os resultados imediatos pouco animadores chegaram a constituir propaganda negativa para os primeiros superfosfatos fabricados com minério daquela jazida, embora fossem eles de boa qualidade. Dever ter concorrido para este resultado a falta de orientação técnica dos lavradores, pois as experiências não foram acompanhadas por agrônomos, e a moagem insuficiente do fosfato.

Notícias recentes sobre adubação in-natura nos foram transmitidas pelo engenheiro-industrial Romeu Facchina, sócio de uma firma de fabricantes e comerciantes de adubos de S. Paulo, que, em viagem pela Europa, manteve contacto com industriais franceses interessados em certo fosfato natural africano vendido sob a designação de "Hiperfosfato" e apresentando bons índices de solubilidade. Por seu intermédio, tivemos notícia do método Schleiniger, usado na Suíça para determinar a solubilidade dos fosfatos naturais, que consiste no seguinte:

Submeter 1 grama de fosfato a quatro ataques sucessivos, por 100 cc de

solução de ácido cítrico a 2%, com agitação pelo espaço de meia hora, determinando o P205 solúvel após cada ataque.

Infelizmente não conseguimos informações sobre como interpretar os resultados obtidos, de modo a fazer a sua correlação com a eficiência agrônômica do adubo. Todavia, julgamos interessante submeter os diversos fosfatos naturais brasileiros ao método Schleiniger e apresentar os resultados aos técnicos de agricultura, pois a eles cabe opinar, após experiências diretas ou mediante dados existentes na literatura especializada, que não conhecemos, sobre a significação desse controle analítico. É este o objetivo do presente trabalho.

A fixação de métodos de determinação da solubilidade dos fosfatos tem sofrido modificações, à medida que novos estudos são feitos sobre a eficiência dos adubos. Inicialmente, só era computado o P205 hidrosolúvel, passando-se em seguida a considerar como útil também o fósforo solúvel em solução de citrato de amônio e, agora, em ácido cítrico. A conclusão mais importante de recente visita dos fabricantes de adubos ingleses aos EE.UU., noticiada por "Fertilizer Review", é que devem ser adotados na Inglaterra os padrões americanos de solubilidade, mais amplos, para benefício dos fabricantes, pelo aumento de capacidade de suas instalações, e dos agricultores, que poderiam incrementar o uso dos fertilizantes, em virtude da baixa de preço. Oxalá os agrônomos patricios tirem conclusões semelhantes quanto aos índices de Schleiniger.

Além da tabela de resultados do método Schleiniger aplicado aos fosfatos brasileiros, apresentamos, para termos de comparação, dados colhidos por Romeu Facchina na Europa, mostrando a diferença de solubilidade natural entre os fosfatos africanos e os da Flórida, aplicando o mesmo método. Como a moagem é operação sempre ao nosso alcance para tornar mais eficientes os adubos naturais, pois no máximo os encarece um pouco, adotamos a granulação de 325 mesh para todas as amostras.

Os dados expostos indicam que os fosfatos da Flórida situam-se, sob o ponto de vista considerado, entre os

SOLUBILIDADE DE FOSFATOS NATURAIS ESTRANGEIROS PELO PROCESSO SCHLEINIGER

Procedência	Gafsa Hyper Reno	Gafsa moído	Geistlich (?) marroquino	Algeriano	Marroquino	Flórida
Granulação	300	150	200	300	300	?
P205 total	28,75	28,10	33,30	26,55	33,80	36,60
1.ª extração	(1) 13,01 (2) 45,2 (3) 45,2	(1) 10,72 (2) 38,1 (3) 38,1	(1) 9,44 (2) 28,3 (3) 28,3	(1) 9,09 (2) 34,2 (3) 34,2	(1) 10,78 (2) 31,9 (3) 31,9	(1) 6,25 (2) 17,1 (3) 17,1
2.ª extração	10,59 36,8 82,0	9,09 32,3 70,4	8,04 24,1 52,4	7,75 29,2 63,4	8,71 25,7 57,6	5,68 15,5 32,6
3.ª extração	5,14 17,8 99,8	5,74 20,4 90,8	6,63 19,9 72,3	5,17 19,5 82,9	6,38 18,9 76,5	5,49 15,0 47,6
4.ª extração	0,25 0,9 100,7	2,05 7,3 98,1	4,78 14,4 86,7	2,39 9,0 91,9	4,78 14,1 90,6	5,23 14,3 61,9
	28,99 100,7	27,60 98,1	28,89 86,7	24,40 91,9	30,65 90,6	22,65 61,9

(1) Teor de P205 solubilizado em cada extração
 (2) Índice de solubilidade: P205 solubilizado P205 total, %
 (3) Idem, valores acumulados

SOLUBILIDADE DE FOSFATOS NATURAIS BRASILEIROS PELO PROCESSO SCHLEINIGER

I) Jazidas do Estado de São Paulo

Procedência	Ipanema			Serrote-amorfo			Serrote-cristalizado			Jacupiranga		
Granulação	325			325			325			325		
P205 total	22,1			37,9			38,3			27,8		
1. ^a extração	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
2. ^a extração	3,6	16,3	16,3	7,8	20,6	20,6	8,3	21,7	21,7	4,9	17,6	17,6
3. ^a extração	3,6	16,3	32,6	7,0	18,4	39,0	8,1	21,1	42,8	4,1	14,7	32,3
4. ^a extração	3,3	14,9	47,5	6,7	17,7	56,7	7,4	19,3	62,1	3,6	12,9	45,2
	3,3	14,9	62,4	6,6	17,4	74,1	7,4	19,3	81,4	3,3	11,9	57,1
	13,8			28,1			31,2			15,9		
	62,4			74,1			81,4			57,1		

(1) Teor de P205 solubilizado em cada extração

(2) Índice de solubilidade: P205 solubilizado P205 total, %

(3) Idem, valores acumulados

SOLUBILIDADE DE FOSFATOS NATURAIS BRASILEIROS PELO PROCESSO SCHLEINIGER

II) Jazidas de diversos Estados

Procedência	Araxá-consistente			Araxá-terroso			Alagôa-Monteiro			Bauxita-Trauíra		
Granulação	325			325			325			325		
P205 total	30,6			19,3			38,1			17,1		
1. ^a extração	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
2. ^a extração	4,4	14,4	14,4	3,9	20,2	20,2	3,5	9,2	9,2	0,05	0,3	0,3
3. ^a extração	4,4	14,4	28,8	3,3	17,1	37,3	3,3	8,7	17,9	traços	—	0,3
4. ^a extração	3,6	11,8	40,6	2,3	11,9	49,2	3,1	8,1	26,0	traços	—	0,3
	3,9	12,7	53,3	1,6	8,3	57,5	2,9	7,6	33,6	nihil	—	0,3
	16,3			11,1			12,8			0,05		
	53,3			57,5			33,6			0,3		

(1) Teor de P205 solubilizado em cada extração

(2) Índice de solubilidade: P205 solubilizado P205 total, %

(3) Idem, valores acumulados

nossos de Araxá e de Serrote, apresentando solubilidade comparável aos de Ipanema e de Jacupiranga. Por isso, não devemos perder de vista que, máu grado o baixo preço de seu superfosfato, os americanos empregaram em 1945 mais de 400 mil toneladas de fosfato

in-natura, constituindo êste número um incentivo para um programa de estudos deste processo de adubação, tendo em vista que três culturas de ciclo longo — café, cana de açúcar e pastagens — são elementos decisivos da economia nacional.

O fosfato maranhense da ilha da Trauíra, constituído de bauxita fosforosa, mostrou-se praticamente insolúvel em ácido cítrico a 2%. A apatita de Alagôa do Monteiro, que ocorre em belos cristais, apresentou índices de solubilidade muito baixos. Todavia, representa ela, pela sua pureza, ótima matéria prima para a indústria de superfosfato, que já está sendo organizada em Recife. Os fosfatos de Serrote, se bem que algo mais solúveis que os seus congêneres nacionais, ainda estão muito aquém dos fosfatos africanos. Os minérios de Araxá (consistente), Jacupiranga e Ipanema, sob este ponto de vista, são sensivelmente equivalentes. O material terroso de Araxá apresenta índice de solubilidade comparável ao de Serrote, na primeira extração, mas não acompanha o ritmo nas extrações seguintes.

Apresentamos aos agrônomos os dados catalogados, pois a eles compete averiguar a utilidade prática do método de Schleiniger.

Belo Horizonte, Julho de 1948.

Jayme Benedicto de Araujo
Cássio Mendonça Pinto

////////////////////
**A 1.^a SEMANA DO HORTELÃO NA
ESCOLA DE HORTICULTURA
WENCESLÃO BELO**

O Sr. Dr. Antonio de Arruda Câmara, 3.^o Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, e diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, recebeu do Sr. Dr. Daniel de Carvalho, Ministro da Agricultura, a seguinte carta:

“Tenho a satisfação de acusar o recebimento de vosso ofício n.^o 112.923, de 13 do corrente, que acompanhou o relatório da 1.^a Semana do Hortelão realizada na Escola de Horticultura “Wenceslão Bello”, sob os auspícios dessa Sociedade e da Fundação “Getulio Vargas”.

A leitura do relatório dos trabalhos realizados e da organização dada á Semana causam impressão favorável quanto aos efeitos que ela deve ter produzido ou quanto aos seus objetivos.

Formulo votos pela repetição dessa iniciativa que é uma colaboração ao trabalho educativo de que muito necessitam nossas populações rurais. Cordiais saudações”.

A LAVOURA

(ÓRGAM DA SOCIEDADE NACIONAL
DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.^o Agrônomo Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade



Eng.^o Agrônomo Antonio de Arruda
Camara
Diretor



Eng.^o Agrônomo Kurt Repsold
Redator Técnico



Eng.^o Agrônomo Geraldo Goulart da
Silveira
Consultor-Técnico



Luiz Marques Poliano
Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:
AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115, 6.^o
Telefone: 42-2981
Caixa Postal 1245 — Rio de Janeiro



Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Princípios Rochdalianos, Educação e Plano de Orientação Cooperativa

FABIO LUZ FILHO.

Em livros sucessivos tenho frisado que o cooperativismo possui grandes virtudes de disciplina, de coesão, de mútuo-entendimento, uma filosofia moral criadora de um clima novo nas relações humanas.

Mesmo antes da atual fase de experiência socialista, a Inglaterra libérrima, berço dos "Rochdalianos" famosos que lançaram ao mundo a idéia cooperativa moderna, que venceu cem anos de experiências sem desfalecimentos que valem por uma consagração, tinha o pensamento de seus líderes políticos e cooperativistas para o aperfeiçoamento do seu sistema educativo no sentido da fecunda ação cooperativa.

Acaba ela mesmo de, recentemente, elevando-o ao baronato, dar assento, na Câmara dos Lordes, a *M. Palmer*, o ilustrado presidente da Aliança Cooperativa Internacional, com sede em Londres, como elemento avançado a quebrar, com líderes trabalhistas, o conservantismo dessa Câmara, que já não possui o direito de veto em determinados casos.

Fabra Ribas, o ilustrado economista e sociólogo espanhol que me honra com a sua amizade e me distingue com seu aprêço, acaba de me enviar brilhante trabalho que apresentou à "2.^a Conferência de 1.^a União Cooperativa Boliviana", realizada em Caracas em 1945.

Percutê ele, com o costumado brilho e a solida cultura de que é dotado, a tecla da necessidade da formação de técnicos e da educação cooperativa.

Cita a *Edward Filene* ("Successful Living in This Machine Age") e a *Gerald Wendt*, aludindo ao trabalho gigantesco dos 2.400 laboratórios norte-americanos, nos quais mourem 70.000 técnicos, com despesas que vão a 300 milhões de dólares. Núcleos que possibilitarão, ampliados pela formidável capacidade desse grande povo, a posse de campos científicos semelhantes a esse que levou ao assombro da desintegração do átomo, sonho secular dos sábios. O homem pacífico do laboratório subvertendo, com o poder do cérebro, com a potência do estudo acrisolado, com as armas da cultura científica, o panorama político do mundo, quiçá, radicalmente, seu aspecto econômico e social em futuro próximo.

Nascido o cooperativismo, como já foi acentuado, de imperativos históricos: o desequilíbrio entre o processo da produção e as exigências do consumo, constitui ele, precisamente por isso, um dos capítulos mais vastos e empolgantes da economia social moderna, cujos postulados cimentam uma nova concepção da criação e distribuição das riquezas, feitas para a satisfação de necessidades e não para o lucro, princípio ético-social de alcance enorme: a riqueza consumida pelo seu justo preço; o lucro pertencendo ao que legitimamente o criou; o esforço criador como base fecunda da recompensa; o elemento pessoal como fator de dinamismo; o capital servindo ao trabalho; a humanização dos meios de produzir.

Carlos Howarth, ovenista, pobre operário de uma fábrica de algodão, foi, como já vimos, o inspirador do princípio-chave que *Gide* classificou de "golpe de gênio": a norma revolucionária do retorno, da distribuição das sobras do exercício social na proporção do consumo que não do capital. A esse princípio, entre outros, filia-se todo o poder de sua expansão no mundo.

Sintetizo o que a Aliança Cooperativa Internacional, com sede em Londres, órgão coordenador do movimento cooperativo mundial e impertérrito mantenedor da pureza de seus princípios, deu recentemente como características basilares rochdalianas. Ei-las:

1 — "*Livre acesso e adesão livre*" — Este princípio estabelece que o ingresso em uma sociedade cooperativa deve ser livre para todos sem distinção de cor, raça, sexo, nacionalidade, ou crença religiosa. Cada cidadão deve achar-se em condições de permanecer fora do movimento ou pertencer ao mesmo de acordo com os ditames de sua própria vontade.

2 — "*Contrôle democrático*" — Este princípio estimula a completa autonomia das cooperativas. O elemento básico do governo democrático: "Um homem, um voto", é o fundamento da constituição cooperativa e é exercitado sem discriminação de sexos. É fator de capacidade eletiva e seletiva, de disciplina mental e moral, de sensibilidade social.

3 — "*Distribuição de excedentes ou sobras*" — É feita a distribuição na proporção das compras. É o método pelo qual o lucro, único móvel propulsor do comércio e da indústria, é eliminado. É o "reino do juro preço" (*Gide*).

4 — "*Limitação do juro ao capital*" — É um princípio que, sem desconhecer o direito à compensação pelo uso do capital, nega toda pretensão ao proveito puramente capitalista e fecha a porta à usura em todas as suas formas.

5 — "*Neutralidade política e religiosa*" — Aplicável a todos os associados e em todas as operações e discussões das sociedades cooperativas. Este princípio ressalva a independência dos associados e a unidade das sociedades cooperativas. Permite ao movimento cooperativo apelar para a boa vontade de todos e concentrar todas as suas forças na realização de suas idéias econômicas e sociais.

6 — "*Pagamento a dinheiro de contado*" — É um fator essencial não somente da estabilização do comércio e da indústria em geral. Lixa a comunidade dos consumidores da servidão da dívida e conduz a hábitos de economia.

7 — "*Estímulo à educação*" — Considerada a regra de ouro. Assegura o desenvolvimento moral e intelectual dos cooperadores para funções de responsabilidade e para uma vida ampla em uma comunidade que marcha progressivamente para um plano mais alto de civi-

lização, para a construtora de um mundo mais compreensivo e harmônico.

Maurice Colombain, acentua, com muita justiça, que a primeira tarefa da educação cooperativa é dar aos homens livres fé e consciência, fundar e fortalecer-lhes o sentimento da liberdade e da igualdade por meio do conhecimento viril de suas responsabilidades. Obra necessária, mas ainda insuficiente. *Walter Scott* conta que, um dia, utilizando-se êle dos serviços de um barqueiro, percebeu que num dos remos do barco estava inscrita a palavra "Fé" e no outro a palavra "Trabalho". Perguntando ao barqueiro o motivo daquilo, êste em resposta, manobrou com vigor o remo a que chamava "Fé", e o barco começou a rodar sobre si mesmo, sem rumo. Manobrando o remo "Trabalho, disse a *Walter Scott* o barqueiro que o bote então caminhava direito porque empregava "Trabalho" juntamente com "Fé".

Assim sucede com o barco cooperativo. Não há possibilidade de se navegar se não fôr impulsionado pela fé, e, tampouco, poderá navegar com segurança e bem orientado se não fôr movido, também, e ao mesmo tempo, pelo trabalho, isto é, pela colaboração de todos os que lhe confiaram seus interesses e suas esperanças. Necessitamos, pois, de aprender a trabalhar juntos, a pensar e sentir juntos. Temos que aprender a solidariedade. Devemos educar-nos.

Já houve quem dissesse que o cooperativismo é um movimento de natureza econômica que se vale, com inteligência e propriedade, da educação, ou um processo educativo quem tem por instrumento a ação econômica.

Tão necessária é essa educação que, na Suécia, Índia, Rússia, Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, etc., continuam a criar-se cátedras nas escolas superiores, inclusive de agricultura, para o ensino e a prática do sistema cooperativo, que em muitas constitui uma disciplina autônoma, como veremos.

Na Inglaterra, por exemplo, o "Cooperative College", em Manchester, teve a seguinte frequência em seus cursos em 1940: jovens, 1.200, com 35.000 alunos; adultos: 335 cursos, com 7.000 alunos; cursos para dependentes e empregados de cooperativas: 1.338 com 23.871 alunos.

Esse estabelecimento de ensino terá brevemente a sua alta escola de cooperativismo, com trabalhos de laboratório e investigação.

Os "comitês" de educação cooperativa são reconhecidos pelo governo inglês e têm representação no "National Education Council".

O novo governo provisório austríaco é presidido pelo dr. Karl Benner, o qual dirige, ao mesmo tempo, a pasta das Relações Exteriores. Conhecido nos meios cooperativistas mundiais, pertence êle ao Comitê Central da Aliança Cooperativa Internacional, órgão centralizador e coordenador do movimento cooperativista internacional com sede em Londres. E' ainda presidente da União Central de Consumo das Cooperativas de Consumo da Austria.

O sr. *Andreas Korp* é um dos diretores gerais da Cooperativa Central de Abastecimento. O sr. *Duchinger*, ministro da Agricultura, é o líder de maior destaque da União das Cooperativas Agrícolas da Austria.

Vários países da América do Sul (Argentina, Colômbia, Venezuela, Perú, etc.) possuem Cen-

tros e Institutos de Estudos Cooperativos. Agora mesmo no Perú acaba de reiniciar atividades a "Escola de Cooperativismo", com pessoal idôneo e especializado, e o Congresso de Estudantes aprovou uma moção sugerindo a criação de uma cátedra de cooperativismo na Faculdade de Direito e Ciências Políticas e Sociais.

A Universidade Operária da Colômbia, em Bogotá, acaba também de incluir em seu currículo um curso de cooperativismo. Acaba de acentuar em meu último livro — "*Teoria e prática das sociedades cooperativas*" — como o Bureau International du Travail traçou o quadro do ensino cooperativo em vários países, entre êles a Índia, onde pelo menos dez universidades dão cursos de extensão sobre a história e a teoria cooperativa. No plano que apresentei e vi aprovado pelo plenário da *Reunião de Secretários da Agricultura* realizada o ano passado no Rio de Janeiro, acentuei a relevância do setor educativo. Eis o plano:

1.º — *Crédito especializado*, através da C.C.C. seja diretamente, seja através de órgãos estaduais específicos, naturalmente majorado o fundo financeiro de que dispõe. Coadjuvará a C.C.C., através de técnicos capazes, não só a propaganda como a educação do associado (seja como prestatário, seja como cooperador), estendendo o crédito às várias modalidades de cooperativas, entre elas as de consumo, dentro de normas flexíveis.

2.º — Destinarem os D.A.C. estaduais os 50.000 — cruzeiros anuais que recebem, devidamente comprovados e com a possível ingerência do S.E.R., a uma intensa obra de propaganda escrita e falada, de assistência e de aparelhamento técnico, sob a supervisão dêsse mesmo Serviço de Economia Rural, que deverá para isso ter fundamentalmente alterados seus quadros, com verbas mais amplas se é realmente desejo do Governo que se faça verdadeiro cooperativismo no Brasil em realizações duradouras.

3.º — Que o S.E.R. peça ao Sr. Ministro da Agricultura leve ao conhecimento do Sr. Presidente da República a atividade dos fiscos em face das isenções legais de impostos, mediante discriminação clara e incisiva.

4.º — Ao lado da propaganda comum, escrita, falada, através dos instrumentos modernos naturalmente indicados (imprensa, palestras, rádio, etc.), uma assistência legal, doutrinária, jurídica, contábil e prática, quer pela divulgação escrita da jurisprudência e princípios firmados pelo S.E.R., quer através de *instrutores ou inspetores itinerantes e censores agro-pecuários* (exame das regiões geoeconômicas e suas possibilidades), o que seria enormemente facilitado com a coadjuvação da S.P.E.S. dêsse Serviço, das Agências estaduais, por si ou em colaboração com os D.A.C., ou departamentos outros de agricultura, educação e saúde.

5.º — *Propaganda, organização, Ensino, Educação, Assistência, Fiscalização*, eis pontos neurálgicos.

6.º — Formação da carreira de *técnicos em cooperativismo*, com facilidades de locomoção, vencimentos compatíveis e elementos de trabalho suficientes, e ampliação de quadros, do seio dos quais sairão, ou não, os elementos do item 4.º.

7.º — Obrigatoriedade dos D.A.C. que recebem auxílio de contratar os técnicos necessários mediante estágio aqui no S.E.R. e dar aplicação específica a esse auxílio ou, se possível, federalização dos D.A.C. que se tenham revelado inoperantes, pela denúncia dos atuais acordos.

8.º — Direitos preferenciais de transportes e minoração de fretes para os produtos das e para as cooperativas.

9.º — Organização de cooperativas-modelos municipais, intermunicipais ou regionais para culturas típicas, ou não, de funções múltiplas, mixtas ou cíclicas, com assistência oficial permanente, se possível.

10.º — Concentração do movimento cooperativo nacional onde necessário e possível.

11.º — Formação de cooperativas de hortalicultores, de policultura, de laticínios (leite de granja) e avícolas em torno das grandes cidades, quer em núcleos coloniais, quer isoladas, dando-se-lhes um sentido federativo.

12.º — Continuação da campanha das cooperativas de crédito específicas, quando possíveis, e das de consumo e articulação das federações destas com as federações agro-pecuárias ou com as grandes cooperativas agrícolas isoladas, mediante convênios e financiamento adequados.

13.º — Cooperativas de colonização ou de trabalho agrícola, com trabalho coletivo ou não, onde forem possíveis.

14.º — Incentivo à formação de cooperativas para gêneros de alimentação, ou exigência de reserva de hectares necessários a essa produção, quando possível, em cooperativas de outros tipos, notadamente nas de laticínios e de culturas típicas.

15.º — Auxílio em transportes.

16.º — Ao se fundarem ou projetarem cooperativas ter em vista:

a) — o exame prévio de suas estruturas econômicas e existência e possibilidade de administradores e gerentes capazes, ou elementos oficiais com qualidades para orientá-las em última instância;

b) — averiguações em torno da potencialidade da produção a ser cooperativada em volume e qualidade, transportes e possibilidades e preferências de mercados;

c) — exame das necessidades reais quanto ao crédito;

d) — exame das razões financeiras, econômicas, morais, psicológicas e culturais que possam retardá-las, ou levá-las ao fracasso;

e) — as indústrias agro-pecuárias correlatas possíveis de desenvolver;

f) — apoio e interesse das Prefeituras, mesmo que seja depositando seus fundos nas cooperativas, e atenuação de exigências fiscais; facilidades em e para caminhões, mercados e barreiras.

17.º — As cooperativas de consumo deverão visar, na medida do possível entre outras coisas já amplamente especificadas em estatutos-modelos oficiais, etc., a:

a) — educação cooperativa sistemática, aproveitados os sobejos elementos de doutrina e de ordem prática existentes;

b) — aquisição nas fontes de produção, sempre que possível.

18.º — As agrícolas incluirão também em seus programas de ação:

Colocar, entre as suas atividades, os caminhos vicinais, os armazéns, silos e frigoríficos, as frotas de caminhões, carretas, carros, carroças, muares, instrumental agrícola, reprodutores, mudas, sementes, plantéis selecionados, bichos de seda, sub-produtos, etc.; preeminência ao aspecto técnico, com especialistas contratados sempre que possível; amparo do crédito oficial, ou não; o ensino e a educação sanitária como setores obrigatórios, na impossibilidade de cooperativas sanitárias específicas, etc.

19.º — Incentivo às cooperativas escolares.

20.º — Cooperativas pastoris específicas, com programa de inseminação artificial.

O plano acima poderá ser instruído com o seguinte questionário:

1 — Quais os tropeços encontrados para fundação e posterior funcionamento das cooperativas nos Estados?

2 — Quais as dificuldades encontradas em matéria de contabilidade?

3 — Têm tido as cooperativas amparo de crédito particular ou oficial? E' premente essa necessidade? Como atender a esse setor dentro das peculiaridades locais?

Quantas cooperativas de crédito no momento existem e volume global dos empréstimos feitos para fins agrícolas?

4 — Têm sido encontrados administradores capazes?

5 — Tem o órgão específico de organização e fiscalização de cooperativas meios para assistir às mesmas e fiscalizá-las? Caso contrário, quais as razões disso?

6 — Tem havido apoio do governo estadual às iniciativas desse órgão?

7 — Quais os gravames fiscais que pesam sobre as cooperativas no Estado e no município? Há tendência para minorá-los?

8 — Preenchem os Conselhos de Administração e Fiscal das cooperativas regularmente a suas funções? Têm concorrência as assembleias gerais?

9 — Há ingerência das autoridades federais, estaduais ou municipais na economia interna das cooperativas?

10 — Há satisfação da parte dos associados em relação aos serviços prestados pelas cooperativas? Quais as suas falhas? Há fidelidade dos associados às suas cooperativas?

11 — Tema a ação cooperativa de alguma forma contribuído para o melhoramento do nível da economia rural do Estado, ou ainda permanece em estágio de experiência? Neste último caso, promete resultados? Há trabalho de educação cooperativa?

12 — Quais os setores de economia do Estado que se acham organizados cooperativamente, o número de cooperativas existentes e sua situação patrimonial, volume de sua produção e sua situação em relação aos mercados internos e externos?

Os Concursos da Postura e o Programa de Seleção das Aves

INTRODUÇÃO

A indústria avícola será a indústria do futuro, no Brasil. No momento, suas possibilidades, embora remotas, apresentam um volume comercial vultoso, de modo a não permitir dúvidas quanto ao seu promissor futuro.

No entanto, para que a indústria avícola se torne de fato uma indústria lucrativa, quer produzindo ovos, quer carne ou reprodutores, um programa de seleção das aves se faz mister, representando a base da produção econômica dos produtos fornecidos pela avicultura.

Sabendo-se que a alimentação representa cerca de 45% do custo total da produção de ovos, a conclusão de que quanto mais ovos puder uma galinha tanto menor será o custo da produção por dúzia, está ao alcance de qualquer leigo.

Desde que a postura elevada das galinhas condiciona uma produção econômica, proporcionando maiores benefícios ao avicultor, a seleção para a produção de ovos é o caminho mais acertado para aqueles que desejam explorar essa característica biológica das aves. Porém, nem sempre empregam os avicultores os métodos mais indicados para a seleção de suas aves. Alguns, rotineiros, mantêm plantéis de aves e as selecionam tão somente pelos tipos padrões das raças. Outros as selecionam pelos caracteres morfológicos correlacionados com a produção de ovos.

Tais métodos, empíricos, não correspondem às finalidades impostas pelo desenvolvimento da avicultura. Os que dêles se têm utilizado, pouco ou nada avançam no desenvolvimento de linhagens ou famílias produtivas. Aqueles que têm realizado pesquisas sobre o problema, procurando encontrar correlações entre os caracteres morfológicos e a produção de ovos das aves, são unânimes ao afirmarem a falta de segurança desses métodos de seleção para a produção de ovos.

Reportando-nos aos estudos das relações entre a forma do corpo e a postura das aves, citaremos Jull, Quim e Godfrey (1933), da Beltsville Research Center. Os autores citados estudaram um lote de 237 galinhas da raça Leghorn Branca. Após completar um ano de postura (365 dias), esse lote de galinhas foi dividido em 3 grupos, a saber:

- a) grupo de galinhas de alta postura (245 ovos);
- b) grupo de galinhas de média postura (200 ovos);
- c) grupo de galinhas de baixa postura (156 ovos);

As medições do corpo compreenderam:

- 1) medida do comprimento da cavidade abdominal;
- 2) medida da largura da cavidade abdominal;
- 3) medida do comprimento do esterno (quilha).

As três medidas foram procedidas em aves vivas e em carcaças de aves do mesmo lote,

HENRIQUE FRANCISCO RAIMO
(Do Departamento da Produção Animal de S. Paulo)

que apresentaram, no caso, diferenças insignificantes.

Os resultados obtidos mostraram que as diferenças entre o comprimento e largura da cavidade abdominal e o comprimento do esterno (quilha), entre as galinhas de alta postura e as de baixa postura, foram insignificantes, o que vem demonstrar a impraticabilidade de tais medidas nos métodos de seleção avícola para a produção de ovos.

A cabeça das aves igualmente tem sido estudada, procurando os pesquisadores correlacionar algumas medidas da cabeça com a capacidade de produção das aves.

Dentre os diversos pesquisadores que estudaram o problema, citaremos Miller e Carver (1933). Os citados autores, estudando 9 medidas da cabeça de 319 galinhas da raça Leghorn Branca e de 113 galinhas da raça Rhode Island Red, concluíram que as medidas da cabeça não constituíam por si um índice da capacidade de produção de ovos das galinhas.

Tais estudos praticamente esgotaram o assunto, pelo volume de dados interpretados, acuidade técnica empregada, bem como pelo auxílio da Biometria, reveladora matemática nas possíveis relações entre caracteres correlativos.

Com a redescoberta das leis de Mendel, a Genética Animal expandiu-se e os estudos se encaminharam para a identificação dos verdadeiros princípios que devem reger o melhoramento dos animais domésticos. Dentre esses, as aves, especialmente as poedeiras, vêm merecendo especial atenção dos técnicos responsáveis pela seleção das aves dos estabelecimentos oficiais.

Como resultado desses estudos, sabemos que existem vários fatores fisio-genéticos que condicionam a produção elevada de ovos das galinhas, destacando-se a maturidade sexual, intensidade da postura, ausência de choco e persistência da postura. Desde que esses fatores genéticos são os que, em grande parte, condicionam a postura elevada das aves, outra seleção que não seja a genotípica deve ser afastada.

O controle da produção das aves originais e da sua progênie é o ponto básico de todo programa de seleção avícola. Uma galinha vale por sua produção de ovos e capacidade biológica de transmissão dos caracteres que condicionam a postura elevada.

O controle da produção das filhas dos acasalamentos de um galo com determinada galinha, constituindo uma família, representa uma das mais importantes fases do controle da progênie. É a fase-recorde de família.

Esse controle é tão mais importante quando se conhecem os seguintes fatos:

- 1) um galo acasalado com galinhas diferentes pode apresentar resultados diferentes;

2) uma galinha acasalada com galos diferentes pode, igualmente, apresentar resultados diferentes.

Diante de tais fatos incontestáveis podemos admitir que, mediante o controle da produção das galinhas originais e de sua progênie, poderá o avicultor progredir na elevação da média de postura de seu rebanho — base econômica de toda a avicultura racionalizada.

A identificação das aves pela anilagem ou outra qualquer marca, bem como a identificação dos ovos pelo controle do ninho-alcadão, fornecem os elementos básicos para todo um programa de seleção.

A inscrição desses elementos em fichas de controle, em divisão liberal, postura e incubação, constitui por si o marco para o desenvolvimento de um programa de seleção genética.

No entanto, tais fatos não foram identificados, confirmados e difundidos sem um comprovante público que pudesse testemunhar diante dos avicultores especializados na produção de aves "tipo exposição", ou daqueles aferrados aos métodos empíricos de seleção fenotípica, o verdadeiro caminho a ser trilhado, na árdua tarefa selecionista para a produção de ovos. Para tanto surgiram os concursos de postura.

Finalidade dos Concursos de Postura

A função primordial dos concursos de postura, no início, foi a de comprovar publicamente os métodos seletivos empregados pelos avicultores de determinada região ou de todo um país.

Depois que se alargaram os conhecimentos da Genética Animal, é que várias formas de herança se achavam intimamente associadas à produção de ovos, e que o controle pelo ninho-alcapão, após a identificação das aves, fornecia preciosos elementos biológicos, caracterizando as melhores poedeiras, uma nova era abriu-se aos concursos de postura. Rápidamente eles grangearam popularidade e se multiplicaram largamente nos países de avicultura progressista e racionalizada. Assim é que, somente nos Estados Unidos, contam-se para mais de 40 concursos de postura.

Além desses concursos, promovidos por entidades oficiais, foram muitos aqueles organizados por sociedades avícolas regionais, principalmente nos Estados Unidos, valendo no entanto para efeitos de récores os resultados obtidos pelas aves nos concursos oficiais.

Resumo Histórico dos Concursos de Postura

As primeiras notícias de controle de postura em conjunto, representando várias raças e criadores diferentes, datam de 1897, na Inglaterra. Esses controles não eram procedidos por órgãos técnicos oficiais e tinham curta duração.

O primeiro concurso oficial de postura, abrangendo um período de 12 meses de controle, foi inaugurado em 1902, no Hawkesbury Agricultural College, na Nova Gales do Sul, Austrália.

Na Europa, o primeiro concurso de postura em caráter oficial foi inaugurado em 1912, no Harper's Adams Agricultural College, Westport, Inglaterra, que controlava a postura das aves concorrentes durante 365 dias.

Nas Américas, o primeiro concurso de postura realizado em caráter oficial foi o da Colúmbia Britânica, no Domínio do Canadá, em outubro de 1911. No mesmo ano, quase ao mesmo tempo, eram inaugurados o Concurso de Postura da Storrs Agricultural Experiment Station (Storrs Agricultural College), Storrs, Connecticut e o de Mountain Grove, no Missouri, ambos nos Estados Unidos da América do Norte. Estes concursos tiveram início a 1 de novembro de 1911.

Na América do Sul, segundo nossos dados, o primeiro concurso de postura foi realizado no Chile, no período de 1927-1928, seguindo-se o da República Argentina, realizado no período de 1929-1930, na cidade de Rosário.

No Brasil, o primeiro concurso de postura promovido por entidade oficial, no caso representada pelo Dep. da Produção Animal, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, foi realizado no Parque Central de Avicultura, São Paulo, em 1938-1939.

Antes, no período de 1937-1938, fora realizado no Rio de Janeiro um concurso de postura, promovido pela Sociedade Brasileira de Avicultura, porém em caráter oficioso.

Condições Gerais de Controle dos Concursos de Postura

Os concursos de postura destinavam-se tão somente ao controle da postura anual, sem atentar para outros fatores biológicos de capital importância para o progresso seletivo das raças mais indicadas para a exploração industrial de ovos. Dessa maneira, as aves eram classificadas na ordem decrescente do total da postura anual e os lotes na base da média das 10 melhores poedeiras do lote.

Porém, desde que as classificações comerciais tomaram por base o peso dos ovos tornou-se necessária uma alteração no julgamento final das aves concorrentes. O peso dos ovos postos, refletindo um caráter biológico de grande valor comercial, exigia da direção técnica dos concursos sua equivalência junto ao número de ovos postos.

No entanto, essa alteração somente se processou após a realização de sucessivos concursos. Valemo-nos dos dados divulgados pela New Jersey Agricultural Experiment Station, New Brunswick, N. J., que pelo Departamento de Avicultura superintende os três concursos de postura do Estado: Vineland, Passaic County e Hunterdon.

O Concurso de Postura de Vineland foi instalado em 1916 e os ovos colhidos e anotados nas fichas das galinhas não eram pesados, recebendo somente uma marca X, aposta na ficha de registro individual de postura, correspondente à data da postura do ovo. Esta rotina foi mantida até 1927. Em 1928-1929, os ovos colhidos foram pesados, não influenciando porém na classificação geral das aves. No entanto, foi estudado o critério a ser empregado, valendo-se do peso obtido para a confecção de tabelas de pontos, correspondendo a cada ovo um determinado número de pontos ou fração, de acordo com o peso dos ovos, aferido pelas balanças fabricadas especialmente para esse fim, conforme a tabela confeccionada. Isto é, um ovo é classificado pelo peso em onças alcançando por uma dúzia de ovos, a partir de 18 onças por dúzia.

TABELA

Ovos pesando	18	ondas	por	dúzia	recebem	0,70	pontos	por	ovo
"	"	19	"	"	"	0,75	"	"	"
"	"	20	"	"	"	0,80	"	"	"
"	"	21	"	"	"	0,85	"	"	"
"	"	22	"	"	"	0,90	"	"	"
"	"	23	"	"	"	0,95	"	"	"
"	"	24	"	"	"	1,00	"	"	"
"	"	25	"	"	"	1,05	"	"	"
"	"	26	ou	mais	onças	por	dz.	1,10	"

Esse sistema de pontos reportando-se ao peso dos ovos postos pelas aves somente foi empregado nos Concursos de Postura do Estado de New Jersey, a partir de 1930. Tal critério de classificação generalizou-se, sendo adotado em todos os demais concursos de postura.

Métodos de Contrôlo dos Concursos de Postura

A maioria dos concursos de postura baseia-se no controle da postura de frangas, com relação ao número de ovos e seu respectivo peso. As aves entram para o recinto dos concursos antes de haver iniciado a postura e permanecem em controle durante 365 dias, contados a partir da data da postura do primeiro ovo, inclusive. Este é o critério-base para o desenvolvimento da maioria dos concursos de postura.

Uma condição essencial é exigida das frangas concorrentes aos concursos de postura norte-americanos. Estas devem iniciar a postura até o dia 1 de novembro, inclusive, a fim de que o término do período de controle seja uniforme bem como a coleta de elementos técnicos e organização dos trabalhos de expediente.

Outra modalidade de controle, aliás bem sugestiva é apresentada pelo Congresso de Postura de Vineland, New Jersey. Em 1916 foi aberto o Concurso de Postura que operava nas seguintes bases:

- 1 — cada lote consistia de 10 frangas;
 - 2 — as frangas eram controladas em ninho-alcapão durante 2 anos;
 - 3 — durante o segundo ano de postura as aves concorrentes entravam em reprodução. Cada avicultor fornecia o galo-reprodutor para seu lote;
 - 4 — durante o terceiro ano as filhas das galinhas concorrentes eram controladas.
- Esse método de controle vigorou até 1924-1925, passando depois ao controle da postura de frangas somente. Em 1934-1935, o concurso de Vineland passou novamente ao controle de galinhas na seguinte base:

- 1 — lotes de galinhas que terminaram seu primeiro ano de postura sob a fiscalização oficial das granjas;
- 2 — as galinhas concorrentes são controladas até a morte;
- 3 — os resultados da postura são anotados anualmente, somando-se o total de ovos postos até a data de sua morte.

Em 1937-1938, o Concurso de postura de Pennsylvania padronizou uma classe para receber galinhas controladas nas mesmas bases que regem o Concurso de Postura de Vineland.

Outra reforma de importância, introduzida nos regulamentos dos concursos de postura, foi aquela que modificou o critério de classificação dos lotes concorrentes. Os regulamentos

previam a classificação dos lotes pela soma do número de ovos e de pontos obtidos pelas 10 melhores poedeiras do lote, dentre aquelas que terminavam o ano de controle. Porém, desde 1938, quase todos os concursos de postura uniformizaram seus regulamentos, baseados no seguinte:

1 — os lotes inscritos deverão constar de 13 frangas;

2 — a classificação dos lotes será feita pela soma total dos ovos postos e seus respectivos pontos, de todas as aves que completaram o ano de controle;

3 — os avicultores somente poderão substituir as aves que morrerem dentro das suas primeiras semanas após o início do concurso.

O CONCURSO DE POSTURA DO DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL

SÃO PAULO

O decreto que estabeleceu o Concurso de Postura do Estado de São Paulo foi expedido pelo Secretário dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, em 17 de janeiro de 1938, estabelecendo as Instruções para a realização dos concursos de postura, a cargo do Departamento da Produção Animal. Essas Instruções foram modificadas a 30 de janeiro de 1939 e novamente a 20 de outubro de 1942.

Reza o ato de 20 de outubro de 1942: "O Senhor Doutor Paulo de Lima Corrêa, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, considerando que a realização de concursos permanentes de postura é um dos meios mais eficientes para o fomento da avicultura industrial.

Considerando que as instruções que acompanharam o ato de 30 de janeiro de 1939 precisam ser modificadas, resolve aprovar as seguintes instruções para a realização dos mencionados concursos do Departamento da Produção Animal".

Dessas instruções mencionaremos os artigos básicos:

"Artigo 7.º — Os concursos serão anuais e terão o limite máximo de inscrição total determinado pelo Departamento da Produção Animal e o limite mínimo de 10 lotes com 130 aves.

Parágrafo 1.º — Cada concorrente poderá inscrever, no mínimo, um lote e, no máximo, dois, de 13 cabeças de uma só raça e variedade, computando-se para o controle coletivo a postura de 10 melhores de cada lote, ficando as três restantes de reserva, como "substitutas" para a substituição alternada.

Artigo 9.º — Parágrafo 3.º — As frangas que não iniciarem a postura até o dia 1 de maio, inclusive, ficam automaticamente eliminadas do Concurso.

Artigo 15.^o — Somente concorrem aos Concursos aves procedentes de criadores cujas granjas possuam atestado de sanidade passado pelo Departamento de Defesa Sanitária da Agricultura. O atestado refere-se a: 1 — Purolose, 2 — Tifo aviário, 3 — Cólera aviária, 4 — Neurolinfomatose e 5 — Condições gerais de sanidade da Granja.

Parágrafo 3.^o — Após serem examinadas nas Granjas, as aves serão marcadas com anéis invioláveis do C.P.P. os quais serão apostos pelos técnicos do D.P.A. ou D.D.A.

Artigo 18.^o — O registro de postura será feito mediante o controle pelo ninho-alcapão. Os ovos postos fora do ninho serão computados no controle coletivo.

Artigo 19.^o — A classificação será feita tendo em vista o número de pontos e o número de ovos.

Artigo 20.^o — Para a classificação por pontos se adotará o método dos quocientes de acôrdo com a fórmula:

$$a) \frac{\text{Pêso do ovo}}{55} = \dots\dots$$

O pêso da unidade para os 15 primeiros ovos que ponham as frangas será de 45 gramas, quando será adotada a fórmula:

$$b) \frac{\text{Pêso do ovo}}{45} = \dots\dots$$

Artigo 21.^o — Para a classificação coletiva, quer seja por pontos, quer pelo número de ovos, será somado o número de pontos, ou a postura das dez melhores aves dos lotes.

Artigo 23.^o — A ração usada será uniforme para todos os lotes da mesma raça e balanceada a critério do Departamento da Produção Animal, correndo as despesas de alimentação por conta do mesmo Departamento.

CONCURSO DE POSTURA E PROGRAMA DE SELEÇÃO DAS AVES

Os concursos de postura representam nos países pioneiros da realização de tais certames, o marco inicial dos programas de seleção das aves, pela soma de novos conhecimentos trazidos à luz da zootecnia, oriundos de tais controles da postura das aves e ampliados pelas modernas concepções das várias formas de herança dos fatores que condicionam a produção de ovos.

Antes de tudo, os concursos de postura, instalados nos numerosos centros avícolas dos países que desejam colocar a avicultura no devido lugar entre as fontes de maior produção e rendimento, têm como precípua finalidade e de arguir tecnicamente o potencial biológico das aves inscritas, mediante o emprêgo do ninho-alcapão.

O registro da postura, salvaguardado pela rúbrica oficial, fornecerá elementos preciosos para o estudo dos fatores fisiogenéticos que condicionam a produção anual de ovos das galinhas.

Número de ovos

A divulgação entre os avicultores concorrentes dos elementos fornecidos pelo controle, em primeiro lugar da produção de ovos, pelo emprêgo de ninhos-alcapão, fez com que se difundisse êsse processo destinado à identificação dos ovos postos pelas aves, tornando possí-



vel a seleção das galinhas, tendo em vista a capacidade de produção das mesmas.

Data desse período a limitação e mesmo o abandono por parte dos avicultores da criação de aves tendo como finalidade o aspecto exterior, os "tipos de exposição".

Pêso dos ovos

Depois que se modificaram os regulamentos dos concursos de postura, que passaram a considerar o pêso dos ovos na classificação das aves, novo passo de grande alcance prático foi dado, tendo em vista que as classificações comerciais tomaram por base o pêso dos ovos.

Com essa medida preenchia-se uma grande lacuna apresentada pelos concursos de postura, evitando a competição visando somente o número de ovos, em detrimento de seu pêso. O avicultor concorrente para figurar com êxito no resultado final dos concursos de postura deve igualmente selecionar seus lotes, tendo em vista êsses dois fatores de grande importância na produção de ovos: número e pêso.

Os certificados fornecidos aos avicultores, depois de concluído o período de controle, espelham os melhores resultados obtidos pelas aves do lote, isto é, recebem o certificado as aves que usaram 200 ovos ou mais e com o pêso médio de 56,7 gramas.

Viabilidade das Aves

Os conceitos modernos da herança da viabilidade das aves, que permite a formação de famílias e linhagens resistentes a várias moléstias e maior vitalidade, encontram nos concursos de postura uma confirmação, obrigando os avicultores concorrentes a dispensar o máximo de atenção a êstes pontos básicos no programa de seleção de suas aves.

Desde que a classificação dos concursos de postura é realizada, computando-se os resultados obtidos por todas as aves dos lotes, naturalmente serão beneficiados aqueles que tiverem seu lote completo ao finalizar o concurso. Cada ave morta implicará na perda de um número valioso de ovos e pontos na classificação final.

É o prêmio-estímulo para aqueles que encaram a seleção genotípica de suas aves como o melhor processo para elevar a média de postura de seu rebanho.

Supervisão Oficial da Seleção e da Produção das Aves

Os concursos de postura, pelas suas características de ordem técnica, fornecem os elementos necessários para controle e fiscalização oficial da produção das aves em criação nas granjas-selecionistas e ponto de partida para a abertura dos registros de seleção e da produção das aves.

O emprêgo continuado do ninho-alcapão, nas granjas de origem, a confirmação da produção nos concursos de postura, a divulgação dos resultados obtidos, focalizando os elementos essenciais para o melhor desenvolvimento dos programas de seleção, são os pontos capitais para o estabelecimento da supervisão oficial no controle da produção das aves nas granjas-selecionistas.

Estudo dos Fatores Físio-Genéticos da Postura

Os concursos de postura, além de trazerem dados inestimáveis para o proprietário, cujas aves são concorrentes, oferecem meios para a instituição competente investigar os resultados a fim de que possa mais seguramente resolver os problemas avícolas, em benefício dos programas de seleção das aves.

Assim, entre nós, o Concurso de Postura de São Paulo tem sido a fonte de elementos técnicos para a elucidação de vários pontos de seleção avícola em nosso meio.

Veiga e Raimo (1940, 1941, 1942 e 1943), estudando os resultados do 1.º Concurso de São Paulo, apresentam em uma série de trabalhos conclusões importantes para os avicultores patrióticos.

Os trabalhos em questão se referem a:

- 1 — Estudo geral sobre o peso dos ovos por lotes e por raça;
- 2 — Estudo sobre a maturidade sexual por lote e por raça;
- 3 — Estudo sobre a produção de ovos por lotes e por raça;
- 4 — Estudo sobre a influência do meio sobre a produção de ovos (temperatura, estado higrométrico, chuvas, etc.);
- 5 — Estudo geral sobre as diferentes formas de controle da postura com seus graus de segurança;
- 6 — Estudo sobre as moléstias incidentes no concurso;
- 7 — Intensidade e persistência da postura.

A divulgação desses estudos da postura, tores tem prestado os maiores benefícios, quer pela soma de novos conhecimentos de seleção avícola, quer pelas normas racionais de mentação e manuseio.

Os estudos prosseguem e a coleta de novos elementos técnicos dos concursos superiores está se processando, tendo em vista conclusões de ordem prática, de molde a permitir aos avicultores novos elementos para melhoramento de seus plantéis.

Tais estudos são tanto mais importantes quanto se sabe que nosso meio avícola apresenta condições diversas de outros centros mais progressistas, cuja avicultura técnica tem permitido desde há muito o estudo de problemas de capital importância para o melho-

ramento da média de postura dos rebanhos de aves.

A pobreza da literatura indígena sobre zootecnia avícola nos obriga a chamar a atenção dos técnicos para esses estudos, os primeiros passos, tomados no sentido de arguir o potencial biológico de nossas aves e, através dessa arguição, obter os elementos necessários que nos permitirão a orientação segura dos programas de seleção das aves em nosso meio.

A realização dos concursos de postura, em São Paulo, permitiu uma coleta oficial de elementos técnicos, representando somente por esse fato, valiosa contribuição para o progresso de nossa avicultura.

Conclusões

1.º — Os concursos de postura representam antes de tudo o marco inicial do incentivo da seleção para a produção de ovos — base econômica da avicultura.

2.º — A realização de concursos de postura nos centros de avicultura intensiva, no Brasil, será uma medida zootécnica de grande alcance, permitindo o melhoramento dos programas de seleção das aves.

3.º — Os concursos de postura fornecem os elementos para demonstrar publicamente os métodos de seleção empregados pelos avicultores-selecionistas.

4.º — Os concursos de postura, pelo emprêgo de rações equilibradas e construções avícolas apropriadas, difundem entre os avicultores as normas racionais de alimentação e abrigo das aves.

5.º — Os concursos de postura permitem a comparação da capacidade biológica das aves dos lotes de diferentes avicultores, sob as mesmas condições de trato e alojamento, estimulando o desejo de competição, essencial ao progresso de qualquer iniciativa coletiva.

6.º — Os concursos de postura, pela interpretação dos elementos técnicos coletados, chamam a atenção dos avicultores para a segurança e as falhas dos vários métodos de seleção e demonstram claramente que a média da produção de ovos pode ser elevada mediante determinados métodos de seleção e alimentação adequada.

7.º — Os concursos de postura estimulam entre os pequenos criadores e produtores de ovos para consumo o emprêgo do ninho-alcapão, como o melhor processo para a identificação das aves com as melhores características biológicas e ponto de partida para os programas de seleção.

8.º — Os concursos de postura permitem, pelo controle da intensidade da postura das aves, uma melhor apreciação prática-científica do valor da alimentação a ser proporcionada às aves.

9.º — Os concursos de postura permitem a formação de núcleos de aves com características biológicas controladas oficialmente, ponto de partida para a formação de famílias e linhagens produtivas.

10.º — Os concursos de postura, no Brasil, podem ser o ponto de partida para o controle e fiscalização oficial da postura das aves das granjas-selecionistas e abertura dos livros de registro da seleção e produção de nossas aves.

Banco Cruzeiro do Sul de São Paulo S. A.

MATRIZ — SÃO PAULO — RUA DA QUITANDA, 144 — Endereço Teleférico: "BANCURUZE" — CAPITAL: Cr\$ 30.000.000,00
Capital Realizado: Cr\$ 20.000.000,00 — Aumento de Capital: Cr\$ 10.000.000,00 — Reservas: Cr\$ 16.854.306,30 — Operações iniciadas em
1 de Outubro de 1943 — Carta Patente n.º 3.043 de 15-9-1943. — MATRIZ: Rua da Quitanda, 144 — S. PAULO — Endereço Telegrá-
fico: "BANCURUZE" — FILIAL DO RIO DE JANEIRO: Rua da Candelária, 4

BALANCETE REALIZADO EM 30 DE SETEMBRO DE 1948 — Compreendendo as operações da Matriz, da Filial do Rio de Janeiro e das agências de:
Avaré, Central (São Paulo), Cerqueira Cesar, Conchas, Fartura, Franca, Gália; Garça, Herculândia, Ipauçú, Ipiranga, (São Paulo), Leme, Miguelópolis; Mogi das
Cruzes, Patrocínio do Sapucaí, Penha (São Paulo), Pirajuí, Pompéia, Presidente Bernardes, Quintana; Rancharia, Santo Amaro (São Paulo) e Santos:

A T I V O

DISPONIVEL		
CAIXA		
Em moeda corrente	34.469.047,10	
Em dep. no Banco do Brasil S/A	89.462.928,70	
Em dep. à ordem da Sup. da Moeda e do Crédito	7.543.984,00	
Em outras espécies	102.399,10	131.578.358,90
REALIZAVEL		
Letras do Tesouro Nacional	149.175,00	
Empréstimos em C/Correntes	190.813.571,00	
Títulos Descontados	284.040.856,10	
Agências no País	68.186.912,30	
Corresp. no País	30.318.109,50	
Capital a Realizar	4.840.400,00	
Outros Créditos	3.932.780,60	582.132.629,50
Imóveis	2.379.914,40	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:		
Obrigações de Guerra depositado no Banco do Brasil		
S/A, no valor nominal de Cr\$ 7.543.900,00, à		
ordem da Sup. da Moeda e do Crédito	5.577.348,20	590.239.067,10
IMOBILIZADO		
Edifícios de uso do Banco	1.329.524,30	
Móveis e Utensílios	5.228.727,70	
Material de Expediente	1.693.455,60	
Instalações	2.573.691,60	10.825.399,20
RESULTADOS PENDENTES		
Juros e Descontos	3.136.293,30	
Impostos	245.918,70	
Despesas Gerais e Outras Contas	4.407.328,60	7.789.540,60
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Valores em Garantia	72.002.009,90	
Valores em Custódia	16.454.709,00	
Títulos a Receber de C/Alheia	237.514.227,30	325.970.946,20
TOTAL		1.066.403.312,00

Dr. Ricardo Jafet — Presidente,
 Gladston Jafet — Vice-Presidente,
 C. D'Agostino — Superintendente.

SÃO PAULO, 4 DE OUTUBRO DE 1948.

Antonio Alfredo D'Agostino — Gerente,
 Jordão Mendes da Silveira Junior — Contador.

P A S S I V O

NÃO EXIGIVEL		
Capital	20.000.000,00	
Aumento de Capital	10.000.000,00	30.000.000,00
Fundo de Reserva Legal	1.091.000,00	
Fundo de Provisão	4.689.880,00	
Outras Reservas	11.073.426,30	46.854.306,30
EXIGIVEL		
Depósitos:		
A vista e a curto prazo:		
De Poderes Públicos	789.211,70	
Em C/C sem Limite	351.352.269,40	
Em C/C Limitadas	51.745.770,80	
Em C/C Populares	4.218.064,30	
Em C/C sem Juros	13.801.016,80	
Em C/C de Aviso	29.991.337,50	
Outros Depósitos	1.867.246,20	453.764.916,70
A prazo:		
A Prazo Fixo	107.720.654,30	
Sub-Soma	561.485.571,00	
OUTRAS RESPONSABILIDADES:		
Agências no País	64.217.471,10	
Corresp. no País	50.163.039,60	
Ordens de Pagamentos e Outros		
Créditos	391.921,90	
Dividendos a Pagar	175.311,90	114.947.744,50
RESULTADOS PENDENTES		
Contas de Resultados e Outras Contas		17.144.744,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Depositantes de Valores em Garantia e em Custódia	88.456.718,90	
Depositantes de Títulos em Cobrança no País	237.514.227,30	325.970.946,20
TOTAL		1.066.403.312,00

Conservação de Ovos

Amaury H. da Silveira
Eng. -Agrônomo

1 — *Que é a conservação de ovos?*

É o processo de guardá-los perfeitos por período de 6 a 12 meses.

2 — *Para que o avicultor deve conservá-los?*

Para duplo fim: obter ovos em abundância na época de escassez ou para vendê-los pelo dôbro do preço nos meses em que êles são relativamente raros.

3 — *Em que época deve ser feita a conservação?*

Na ocasião em que os ovos são abundantes, isto é, de agosto a novembro, para a época de escassez, de fevereiro a maio.

4 — *Por que os ovos apodrecem?*

Porque constituem ótimo meio para o crescimento e desenvolvimento de micróbios, especialmente de determinadas bactérias.

5 — *De onde provém estas bactérias?*

De diversas fontes, a saber:

- a) da própria galinha — antes de formar a casca, o ovo pode receber bactérias (1 a 2% dos casos);
- b) do ninho — a fonte mais comum de contaminação de ovos;
- c) da caixa de conservação — onde um ovo pôdre que se quebra serve para espalhar os micróbios;

6 — *Como evitar a putrefação?*

Tomando-se certos cuidados, tais como:

- a) colher os ovos pelo menos duas vezes por dia, em cestas de arame ou taquara, para resfriá-los rapidamente;

- b) desinfetar os ninhos, mudar a palha, usar drogas germicidas, etc;
- c) separar os ovos quebrados, pôdres, sujados, etc;
- d) colocar os ovos em local arejado, fresco e sêco;
- e) evitar o contato da galinha com o ovo, o que vale dizer, evitar o contato das fezes no ovo, usando ninhos escamoteadores.

7 — *Em que princípio se baseia a conservação de ovos?*

Na obstrução dos poros da casca para evitar a evaporação da umidade do ovo e com o fim de impedir que o ar e com êle os micro-organismos, penetrem pelos poros da casca e decomponham o produto.

8 — *Qualquer ovo pode ser conservado?*

Não. Os ovos devem ser frescos, de preferência inférteis, pesando mais de 56 gramas, de casca resistente e limpos.

9 — *Quantos são os processos de conservação de ovos?*

O número de processos conhecidos atinge a mais de uma centena.

10 — *Qual o melhor processo?*

É difícil assegurar-se que êste ou aquêle seja o melhor. No entanto, teòricamente, o processo melhor é aquêle que fôr mais seguro, mais prático e mais econômico.

11 — *Como se classificam?*

Para aproveitamento do ovo inteiro há dois processos gerais: frigidificação e uso de substância conservadora.

12 — *Em que consiste a frigidificação?*

Consiste em manter os ovos devidamente embalados, em salas frigorifica-

das onde a temperatura é de 0° a 2° C. Este é um dos melhores, senão o melhor processo, porém, é caro e só convém a grandes estabelecimentos comerciais. Tempo de conservação: 12 meses. Os ovos frigorificados devem ser consumidos logo que saem do frigorífico.

13 — *Que tipos de substâncias conservadoras são usadas?*

Três: a substância inerte, o "verniz" isolante e o líquido para imersão.

14 — *Qual é a melhor substância inerte?*

Entre as muitas apontadas (algodão em rama, cascas de arroz, serragem de madeira, areia, cal em pó, talco, carvão, cinza, farelos, etc.), aconselhamos o uso do algodão em rama por ser barato limpo e não dar gosto ruim ao ovo.

15 — *Como proceder usando o algodão em rama?*

Basta envolver cada ovo em papel de seda branco, colocar os ovos com a ponta mais fina para baixo e acondicioná-los em algodão em rama numa caixa de madeira em local fresco, sêco e isento de insetos. Ao fim de 6 meses o ovo tem sua câmara de ar aumentada, porém, ao ser quebrado, tem-se a impressão de tratar-se de ovo fresco.

16 — *Qual é o melhor "verniz"?*

Dos muitos empregados para tal fim (silicato de sódio, óleo de linhaça, vaselina pura, cera, sêbo, resinas, parafina, lacre, gelatina, cola, produtos patenteados etc) o silicato de sódio é tido como dos melhores.

17 — *Como empregar um "verniz"?*

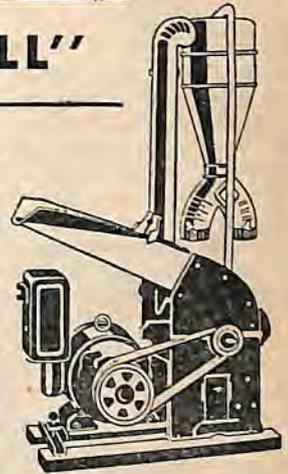
O processo consiste em pincelar 1 a 2 vezes o ovo com o "verniz" escolhido, deixar secar e acondicionar em uma substância inerte. O "verniz" veda os poros da casca. Tempo de conservação: 6 meses. Para o comércio a aparência do ovo é geralmente desagradável porque o "verniz" adere à substância inerte usada.

MOINHO A MARTELOS

"BELL"

Para moagem econômica de milho, outros cereais e forragens.

Força necessária — 2 a 10 H.P. apenas, conforme o tamanho do moinho.



INDISPENSÁVEL A TODO CRIADOR

COMPANHIA AUXILIAR DE VIAÇÃO E OBRAS

Rua Santa Luzia, 685 - 10.º - Rio de Janeiro

Rua 24 de Maio, 239 - São Paulo

18 — *E que líquidos são usados?*

Óleo de algodão, água de cal, solução de silicato de potássio a 3%, etc., são tôdas substâncias próprias para imersão de ovos que se quer conservar. O importante é não transmitir gosto ao ovo.

19 — *Qual o melhor líquido aconselhado?*

Obtivemos ótimo resultado com o emprego da água de cal.

20 — *Como se usa a água de cal?*

Basta fazer uma solução de 125 gramas de cal em 2 litros de água num vidro de boca larga, pote de barro, louça ou pequeno barril de madeira e mergulhar os ovos, deixando-os em repouso durante 6 meses. O ovo assim conservado apresenta-se no fim deste tempo como se fôsse ovo do dia.

Mercados Agrícolas

ATTILA DE MATTOS
(Da Secretaria da Agricultura do
do Estado do Rio de Janeiro)

Comentário: E' o mercado agrícola o meio mais prático e de inestimável ajuda para conseguirmos uma educação agrícola objetiva e, especialmente, de fundo utilitário. Sabemos como é penoso todo trabalho educativo no meio rural, necessitando grande soma de sacrifícios, dispêndio de energias para se conseguir, quase sempre, pouco resultado e os seus efeitos são, evidentemente, demorados embora seja uma semente promissora de frutos tardios mas de grande sabôr para a economia nacional, através os tempos. Para resolver tão relevante problema mais rápido e intensamente, necessário se torna que juntemos ao trabalho educacional um cunho de interesse, pois sabemos, como pode atuar o lado econômico no grão de atenção sôbre qualquer atividade humana. Educando adolescentes e adultos, preparando o futuro sem desprezar o presente, intensificando o ensino agrícola modernizado e defendendo a produção imediata, dá-nos o mercado agrícola uma solução sob o aspéto educacional, econômico, social e sobretudo *administrativo* à questão da aprendizagem e do abastecimento, isto é, da alimentação e do ensino com um caráter sumamente substancial.

— E não deixamos de reconhecer de sua afinidade, no campo agrícola, com todos os estabelecimentos de natureza agrária, constituindo o seu estudo, de imprescindível importância, tanto mais se levarmos em consideração o momento presente que nada se faz em contingente capaz de amparar ou defender integralmente a produção nacional.

A) — Definição

— Entende-se geralmente por *mercado* o lugar onde se vende e se compra mercadorias. Compreende-se por *mercadorias* não só legumes e frutas, como os demais produtos: carnes, cereais, madeiras, minerais, produtos manufaturados, bens imóveis, trabalho, câmbio, títulos, juros, etc.

B) — Divisão

— Os mercados dividem-se em mercados locais de produtos da própria região como mercados gerais de produtos de toda natureza. Mercados municipais, estaduais, nacionais e até internacionais — conforme fôr sua direção e custeio do governo respectivo — temos ainda os mercados cujas transações se operam à vista do comprador ou do vendedor, como os mercados de produtos ou objetos em trânsito ou localizados fora do âmbito de suas vendas e cuja transação se opera diante dos seus representantes, significando essa demarcação, em tórno do que se adquire ou se vende, uma operação de mercado, daí se esclarecendo estar o *mercado* de determinada especialidade em *alta*, *baixa*, *estável*, conforme o movimento operado.

C) — Finalidade

— A apresentação dos produtos em determinado local faz convergir os interessados na sua compra ou venda, estabelecendo-se então, o grande elo entre o comércio, a indústria e a agricultura, figurando, de um lado, a fonte de produção, no caso representado pelo estoque e de outro o consumidor, caracterizado pelo abastecimento.

D) — Importância econômica

— No cenário nacional os mercados mal administrados são os causadores de todos os desequilíbrios econômicos e não há nada, até hoje, impedindo as altas ou baixas, a escassez e a superabundância regional. O poder público assiste atônito a esse fenômeno e o povo estarecido, diante da ineficiência governamental, sofre suas graves consequências e tudo caminha sem solução, empobrecendo-se a economia nacional, restringindo-se a soberania e enfraquecendo-se a raça-de-povo faminto e desnutrido — embora a terra seja ubérrima, fértil e extensa. E' um tesouro mal guardado ou aproveitado.

— Os mercados cuidam da colocação dos produtos, estimulam a produção, circulam a riqueza, atraem o capital, concorrem para o progresso geral, ativa e anima comercialmente o trabalho, o salário, o bem estar, melhorando o padrão de vida de um povo.

E) — Influência no Fomento da Produção

— O fomento à produção se não fôr devidamente estudada a questão dos mercados para colocação dos produtos, será uma iniciativa previamente fadada ao insucesso e é o que vemos entre nós. Não basta estimular a produção através de seus serviços de distribuição de material e técnica de plantio, necessário se torna a orientação referente à parte comercial que acompanha e mantém "os chamados preços de ordem", evitando ilusões perigosas, "descobrimo a argúcia comercial" os competidores e os mercados, permitindo a empresa realizar as grandes previsões. Não se efetiva nenhum trabalho de educação contábil e no entanto "a contabilidade é o olho de qualquer empresa": é ela que diz a qualquer momento e com a máxima exatidão "*onde se está e para onde se vai*". Acompanha um produto através das múltiplas operações a que possa estar sujeito, para dizer do seu exato *custo de produção*, oferecendo elementos valiosos que orientarão os técnicos e as operações comerciais".

— Bem poderíamos lembrar, que na direção desse serviço de tão grande responsabilidade, uma cuidadosa previsão viesse harmonisar o seu equilíbrio com os mercados próximos e então diríamos que a previsão agindo administrativamente procura "ver o futuro redu-

zido ao mínimo os imprevistos que possam atuar sobre a empresa".

— Nosso trabalho é, porém, de levar a ação do mercado agrícola até as fontes de produção, não nos interessando estudar em detalhes, as organizações de fomento.

E) — Administração

a) Boa ou má administração; b) Expediente; c) Secretaria; d) Estatística; e) Almoxarifado; f) Armazéns-frigoríficos e depósitos; g) Escrituração; h) Aprendizado; i) Clubes agrícolas; j) Cooperativas; k) Conferências, prêmios e semanas ruralistas; l) Aprendizagem; m) Assistência Técnica.

a) Boa ou má administração

— "Administrar é prevêr, organizar, mandar, coordenar e controlar". Não há definição mais acertada para dizer do que seja a administração de um mercado agrícola, em menor ou maior amplitude, de que ora é descrita. Não se trata de um caso de economia dirigida porque, nesse caso, deixaria de ser um mercado público nem tão pouco, um entreposto sob a responsabilidade cooperativista. Não há um só comprador ou adquirente, o comércio é livre e no nosso mercado pode figurar o vendedor-lavrador como o negociante-intermediário. Há apenas uma administração, bem orientada, inteligentemente cônica de suas responsabilidades, agindo com o cérebro e conhecedora, bem dosada, da experiência da lei da oferta e da procura. Energia e sobretudo sabendo dirigir o pessoal, estudará a formação de seu quadro de empregados, dando-lhes as funções próprias, onde possam trabalhar, obtendo maior rendimento. E se seu raio de ação estender-se da administração interna do mercado até a fonte de produção então, sim, teremos um mercado que possa evitar:

Escassês — que pode ser a falta natural do produto ou o desaparecimento proposital provocado por qualquer exploração sem proveito, geralmente, sobre o agricultor que quase sempre não é lembrado pelos resultados dessas manobras, aliás, é preferível eximir-se de tão despuadorado procedimento. A escassês só se justifica quando o produto está em fim de safra ou fora mesmo do período da safra. Se a nossa indústria agrícola estivesse bem desenvolvida poderíamos suprir com os produtos enlatados como ocorre presentemente com os produtos americanos, no mercado carioca.

— O ideal seria que os produtos não sofressem a alteração de preço tanto na fatura como na falta, não teríamos o desequilíbrio nem do lavrador nem do consumidor. E' erro pensarmos somente no lavrador como apenas no consumidor — assim pensam as Comissões de Preços. Ambos se completam e não vivem isolados, qualquer providência extrema fere de frente os interesses do outro e nunca teremos o meio termo.

Fatura — Nos mercados urbanos a fatura é demasia de estoque, é praça abarrotada, nível superior de consumo e com isso uma queda de preço pronunciada. Vem então a falência do lavrador especialmente o monocultor — outro mal irreparável nosso — o agricultor que só planta e colhe um produto. E a educação agrícola chega ao absurdo de só replantar o que está na moda, o que está dando dinheiro,

se é café, tomate, batata, trigo, feijão, etc. só aquilo é que se planta, provocando fatalmente, uma queda e daí as lamúrias e os créditos agrícolas em crise e desastrosamente mal empregados até hoje.

Elevação de preço no mercado — Essa elevação é quase sempre provocada por manobras ilegais, fazendo faltar a mercadoria o que se opera com a sonegação de estoque e, às vezes, é a própria falta de mercadoria — a causa principal.

— Uma organização de mercado com seus empregados com atribuições definidas e numa desagem perfeita de seus encargos, estendendo-se até as fontes de produção, pode evitar esse tão decantado *câmbio negro* que nada mais é que a imperícia dos dirigentes.

Tratamento dos produtos — Um assunto deveras importante é o mal acondicionamento ou embalagem de nossos produtos. Não temos também transportes adequados e também o zelo e cuidado dos empregados. Não há consciência de serviço ou educação profissional. Todos os operários agrícolas deviam passar por cursos práticos onde se ventilhassem esses problemas de tão palpitante importância.

Difusão do ofício no trabalho — O operário seja qual for o trabalho ou raio de ação, na indústria, agricultura ou comércio sempre por uma questão de finalidade utilitária, deve transmitir os seus conhecimentos àqueles que mais de perto lidam ou têm contato. Não me refiro aos aprendizes ou ajudantes porque a estes obrigatória se faz a transmissão de conhecimentos. No caso em foco, trata-se das pessoas de mais próximo contato, mesmo de finalidade diferente às do companheiro próximo. Na falta inesperada de um oficial de serviço não se interrompe. Restringir seu pessoal nos trabalhos, com gosto e entusiasmo, dará mais rendimento, sabendo mandar. Nada se tem feito nesse sentido e por aí vemos como cresce diariamente o preço de todos os produtos, quando o caso não é de falta, senão de ausência de patriotismo. Devemos educar os nossos lavradores, precisamos educá-los, dando a cada um a sua atribuição dentro de uma fazenda. Essa denominação — *mercado* entre nós, tem uma tradição pouco lisongeira e uma significação a que o povo interpreta como um agrupamento de exploradores e, de fato, outra não tem sido a sua missão pois, artigos em média são vendidos com base de lucro de 100 a 200%, notando-se que, essa margem, exageradamente cobrada, não vem beneficiar os lavradores das terras e campos.

Deve o Mercado possuir um corpo administrativo capaz, com funções definidas e de modo a atender toda a sua estruturação. A organização dos mercados agrícolas não deve se restringir à sua finalidade atual de comprar e vender os produtos agrícolas sem nenhum outro interesse relativo a origem, qualidade e sobretudo o estímulo à produção. A administração interferindo ativamente na ordem interna do mercado, cuidará da limpeza, distribuição, fiscalização sobre os preços e correlação de produtos. Há uma responsabilidade grande na direção geral da administração. Deve haver bastante equilíbrio entre o estoque, a produção e a distribuição de atribuições pelos encarregados de qualquer função por mais insignificante, podendo causar prejuízos ou danos quando péssimamente realizado, certo ser-

viço. O corpo de funcionários devidamente ajustado constitui permanente preocupação da direção geral que manterá em dia a ficha de produção ou rendimento de trabalho de cada um, revendo mensalmente, a fim de evitar a permanência na função de um elemento que, por motivos vários, decresce o seu coeficiente de produção, isto além do resultado da providência decorrente do índice de rendimento diminuindo, evita desastre maior vivendo dos resultados negativos acusados noutros setores e pela sua negligência e tanto maior é o prejuízo quanto maior fôr o seu plano de ação. Sendo o mercado agrícola de influência até no campo de cultura, pode a negligência funcional prejudicar o plantio, a colheita, embalagem, acondicionamento, transporte e mesmo o escoamento e consequentemente, a situação econômica de toda a organização. E' atribuição primacial da administração fazer o quadro de atribuições funcionais, estabelecendo obrigações e deveres a todo trabalho definido em harmonia com seus encargos.

b) Expediente

E' a parte burocrática da administração. Não levando em conta o conceito atual sobre o entrave que a apte burocrática pode acarretar ao funcionamento da empresa sob um ritmo natural e regular, reconhecemos que a burocracia bem orientada trás ao serviço de expediente um grande contingente de eficiência. Para isso deve ser delineado um plano de trabalho, na própria rotina de modo que se encaminhem não só as ocorrências normais como os casos eventuais numa marcha sem que haja a menor parcela de retardamento além do que, pela sua natureza, cada caso exigir. Inúmeros fatos demandam um intervalo indispensável para coligir os informes e o preparo do processo sujeito a um despacho ou a execução de uma providência. Queremos todos de suas obrigações ou deveres. O regime de fichários para o serviço interno da própria administração como do próprio mercado, e bem assim, de todos os fornecedores, lavradores, proprietários de terras, viaturas, transportes, áreas das terras, produção, endereços e toda correspondência, completamente em dia, por menor que seja a sua extensão ou profundidade. Vai nisso um grande êxito na organização do mercado, pois a constante correspondência com os lavradores é a parte mais importante de todo trabalho realizado a fim de ambientar o roceiro com o meio urbano.

Pelo expediente transitarão todos os informes referentes à lavoura, por êle colocamos em contato o lavrador distante com o meio onde o seu produto vai ser visto, examinado, apreciado e vendido. E é interessante que êle saiba a fim de estimulá-lo à perfeição e ao desenvolvimento de sua lavoura. Na parte interna do mercado o expediente deve estar atento em suas obrigações, não demorando em prestar qualquer esclarecimento pedido. Em agricultura não há protelações, uma informação prestada fora do momento preciso pode ocasionar sérios prejuízos, principalmente quando se tratar do produto já exposto à venda, correndo o risco da depreciação e, consequentemente, a prejuízos totais.

c) Secretaria

Sua estruturação não tem a extensão nem a complexidade de deveres que o expediente mas

é o órgão colocado entre este e o administrador. Redige e prepara toda correspondência oficial-resultados de relatórios, planejamentos e instruções a serem assinados pelo chefe ou diretor geral e daí tomar o cunho de providência a ser cumprida, é o que faz a Secretaria. A parte de rotina do Gabinete está sob o controle direto, mesmo porque, frequentemente, não estará presente ao serviço o diretor e os casos comuns, de solução imediata, cuja solução é dada pela praxe pode ser despachada pelo secretário sem que se paralise o serviço, tendo em vista a ausência da autoridade responsável. Constituído de dois a cinco funcionários devem os mesmos entenderem de tudo um pouco e contato com o expediente é quase total visto serem ininterruptos os pedidos de informes, esclarecimentos e orientação.

d) Estatística

Sua finalidade é de capital importância e o seu raio de ação estende-se desde o controle e organização diária das entradas e venda de todas as mercadorias como parte que acompanha o produto desde sua origem até o mercado agrícola. Levantamentos mensais de toda produção e escoamento, preços de aquisição e colocação dos produtos, valor da safra, cálculos econômicos de cada artigo na ante-safra, faltas e interesse de pedidos. No meio agrícola durante a safra e no fim da safra, abundância, deverá organizar todos os cálculos sobre os terrenos, valores, créditos, culturas, colocação e aceitação da produção, rendimento e aproveitamento do solo. Os funcionários não poderão permanecer somente na sede do mercado, deverão percorrer toda área cuja convergência da produção se processa para o mercado a que está subordinado. Uma estatística perfeita sobre o número de trabalhadores agrícolas, terras cultivadas, possibilidades de plantio, dados sobre as possibilidades econômicas e, também a compilação de informes sobre agricultura com o caráter de propaganda, vem ocasionar a estabilidade do mercado, as garantias e segurança para todas as transações comerciais. Pela estatística pode-se calcular as necessidades referentes às ferramentas indispensáveis a cada um.

e) Almoxarifado

E' a repartição controladora de todo material. Esse material pode ser dividido em material de uso no próprio mercado, na sua parte de conservação e de expediente como o estoque de ferramenta, tratores, caminhões, sementes, arame farpado, formicida e todos os objetos de uso indispensável à lavoura, não só aquelas para venda por preço especial como os destinados à aprendizagem e empréstimos, visto o nosso idealizado mercado possuidor sob o seu controle a incumbência de prestar todo auxílio que lhe fôr pedido pelas cooperativas, clubes agrícolas e lavradores individualmente. Lubrificantes, ferragens, querosene para socorrer os lavradores onde não haja luz elétrica e sal para o gado. Toda aquisição de material que possa facilitar e por em contato direto o agricultor cujos produtos são escoados para o mercado deve ser lembrado e adquirido. O mercado nessa grande e especial atribuição vai concorrer extraordinariamente para o fomento da produção. Inclue-se também o serviço de distribuição gratuita de boletins, instruções, informações agrícolas com uma re-

messa regular e normal por todos os recantos, constituindo um dos melhores ensinamentos dos novos processos de cultura, cabendo-lhe, pela orientação que lhe der a estatística, a disseminação de informes por cada zona de cultura própria e regional.

f) Escrituração

E' a parte contábil de toda organização des- de os recolhimentos para os necessários pagamentos como o reembolso de despesas eventuais. Dirigida por um contador e um número de funcionários que deve variar conforme o Serviço, manterá toda contabilidade, incluindo a compra e venda de ferramentas, registro de despesa com a distribuição gratuita, locomoção de veículos, núcleos agrícolas, viagens, enfim toda série de movimentação econômica da instituição.

g) Armazéns — Frigoríficos e depósitos

Não se pode compreender a instalação de um mercado agrícola se não pensarmos imediatamente nos armazéns frigoríficos e de depósitos. Os produtos agrícolas pela sua natureza delicada e o mal acondicionamento comumente verificado entre nós impõe a instalação próxima de um grande depósito refrigerado para repouso, conservação e durabilidade dos legumes e frutas, evitando-se desse modo, grandes prejuízos materiais e financeiros, pois além da mercadoria que se estraga, a pressa em se vender por qualquer preço os seus produtos, mesmo com sacrifício de seu valor na fonte de produção. Se o interesse é o grande incentivo para que se trabalhe e produza a segurança inspirando confiança, proporciona a tranquilidade e o estímulo para o indivíduo que produz descansado, por saber que o resultado de seus esforços, está garantido e assegurado na fonte de consumo por preço compensador. Na direção dos armazéns-depósitos como refrigeradores há uma técnica toda especial, bem assim uma orientação que daí partirá referente ao acondicionamento, seleção e carinho especial com os produtos, encaixotamento, engradamento e todas as demais práticas que possam influir na melhor apresentação, sendo sua ação também de âmbito em toda a zona de convergência para o seu mercado.

h) Aprendizado

O Aprendizado é o grande animador da agricultura. O mercado agrícola fomentará a criação de aprendizados agrícolas ou um na sede sob seu controle e encargos ou diversos, de acordo a densidade demográfica, dos centros de produção que convergirem para seu intercâmbio, também, sob sua responsabilidade, terá estreita relação com os aprendizados criados no seu raio de ação a fim de estimular o aproveitamento dos filhos de lavradores com vocação e, também, dos seus próprios funcionários que deverão adquirir conhecimentos, especialmente pelos motivos posteriormente justificados.

i) Clubes Agrícolas

E' uma modalidade de intensificação do ensino agrícola que concorre grandemente para espalhar o interesse e animação por todos os assuntos concernentes à agricultura. Esses clubes serão disseminados por todos os aglomerados, preferencialmente, nos lugares mais dis-

tantes, onde toda espécie de dificuldade de combinações seja de tal forma que o Clube Agrícola constituirá o único meio de contato com o mercado agrícola. Por intermédio deles daremos aos lavradores todas as notícias. Se para organizá-los for necessário a permanência de um funcionário por uma semana, um mês, no local para sua organização — não vacilemos em isso providenciar. E' até interessante organizarmos um corpo de empregados, adrede preparados, para visitá-los periodicamente, animando-os e intensificando-os. Dar instruções aos adultos, ensino aos adolescentes, congregando a família agrícola, prendendo-a junto à terra.

j) Cooperativas

Pelo interesse que deve orientar a administração no sentido de a todo o custo manter o fogo sagrado de estímulo à lavoura está, também, em seu programa não a direção de cooperativas, mas concorrer para criação de novas cooperativas e prestigiar todas elas, não só colocando os seus produtos como, também, mantendo o mais estreito intercâmbio de relações comerciais. Dar preferência nas locações dentro do mercado, como auxiliar no serviço de transporte, informações agrícolas, notícias, assistência técnica e toda sorte de benefícios com que possa incrementar o cooperativismo. Esa colaboração é o maior incentivo e sua ausência tem sido o maior desestímulo a o movimento cooperativista.

k) Conferências, prêmios e semanas ruralistas

Através de seus clubes agrícolas, das cooperativas e de seus postos de recepção, como meios de entrosamentos, pode o mercado agrícola incentivar a realização de conferências, estabelecer prêmios e promover periodicamente, semanas dos lavradores, fazendo convergir para o local escolhido todos os lavradores, compreendidos num plano de ação. Trazem essas iniciativas a educação agrícola, o gosto, a animação e bem assim a disseminação de novos processos e métodos. Tem a vantagem de trazer o intercâmbio social entre lavradores de sítios afastados que se tornam conhecidos e que vão manter correspondência, logo após esses contatos.

l) Aprendizagem

E' umamodalidade nova que o mercado agrícola vai estabelecer. Como um corpo mais ou menos de empregados possuidores de técnicos especializados levará o mercado agrícola todos os conhecimentos aos lavradores. E' bastante pedir que logo se locomovera um técnico a fim de lhe dar todo o auxílio na orientação solicitada. Essa aprendizagem ficará a cargo de seus próprios funcionários. Essa iniciativa, diretamente controlada pela administração, vai obedecer o seguinte critério:

O nosso mercado agrícola, autônomo ou não e com vida própria ou custeado pelo Ministério da Agricultura ou pelos Estados, manterá o seu quadro de funcionários todos sob o regime de *contratos anuais*. Essa modalidade que visa destruir o grande impedimento ao administrador diante dos funcionários públicos, libertando-o igualmente de dificuldades para conseguir organizar seus quadros, porque 1.º — manterá um ordenado compensador de acordo com o padrão de vida; 2.º — aos seus

próprios empregados que se especializarem, dará a oportunidade de se desdobrarem, permitindo levar o concurso de sua assistência aos lavradores, em nome do mercado agrícola e de cuja taxa mínima de reembolso de despesas, terá o empregado participação integral. Com essa modalidade, um empregado que ganhar, por exemplo, Cr\$ 1.000,00 mensais, pode alcançar até Cr\$ 4.000,00 mensais.

Não importa seus lucros nem isso vem prejudicar os interesses do mercado porque a renovação periódica de seus empregados mantida a aprendizagem permanente, concorre para obter novas energias e os que saem vão sempre levados por um interesse dentro da própria agricultura — ou vão dedicar-se exclusivamente à lavoura e assim fizemos novos técnicos ou vão dedicar-se à agricultura em algum sítio ou fazenda. Obedece esse critério a instruções rígidas, constantes de regulamentos e que serão respeitados sem o menor trabalho, dado o interesse econômico que é o estimulador da auto-disciplina.

m) Assistência Técnica

Em sua estruturação funcional terá o mercado agrícola um corpo de técnicos que poderá reunir-se sob a direção do administrador e será constituído, no mínimo, de um agrônomo e de um veterinário que controlarão toda parte de assistência técnica. Sua ação será no sentido de formar os grupos técnicos, supervisionando todo ensino, não só no aprendizado como na aprendizagem, informações e esclarecimentos e bem assim o exame dos produtos, análises, apreciações, classificações. Nas aquisições de material, ferramentas, produtos é sempre exigido o parecer do técnico, previamente, a fim de que toda e qualquer apreciação que resulte em benefício da cultura, preparo da terra etc. seja de real proveito a sua opinião. Visitas de inspeção periódicas e a fiscalização diária do mercado é de finalidade precípua e inadiável.

Postos de Recepção

O mercado agrícola na sua estrutura e para completo êxito e eficiência e de acordo com sua finalidade, manterá na sua zona de escoamento ou de convergência, postos de recepção que significam justamente o seu prolongamento ou presença entre os lavradores. Serão distribuídos por diversos pontos em locais de acesso a vários sítios, nos entroncamentos de estradas ou de caminhos, onde haja um aglomerado ou de povoado, a fim de transportar as mercadorias e também levar todos os artigos próprios à lavoura bem como de consumo, atendendo a todas as suas necessidades. É de incomparável importância e utilidade, não me estendendo em considerações sobre sua aplicação, o que farei em valor no terreno social, econômico e educacional.

Conclusão

Pelo exposto verifica-se que o mercado agrícola, como o maior centro de interesse no meio rural, tem uma relevante importância no terreno agrícola que podemos classificá-lo como

Um telhado ideal!
PARA QUALQUER CONSTRUÇÃO
INDUSTRIAL - AGRÍCOLA - MILITAR

COBERIT ONDULADO

IMPERMEÁVEL
DURÁVEL
BARATO
LEVE

INDÚSTRIA DE IMPERMEABILISANTES PAULSEN LTDA.

TELEF. 43.3683 Rio de Janeiro CAIXA P. 595
RUA JOÃO CAETANO Nº 189

a maior fonte de progresso e sucesso na grande reforma agrária que nos leva a concluir que:

1.º — O mercado agrícola é o maior centro de interesse dos lavradores sendo por êsse motivo a alavanca com que há de se erguer a agricultura brasileira, e, conseqüentemente, o melhor objetivo para os seus princípios educacionais.

2.º — Sendo o lavrador rural, como qualquer outro indivíduo socialmente falando, por excelência interesseiro, isto é, desperta-lhe a atenção tudo que se relacione com sua economia, está o mercado agrícola fadado a satisfazer os seus desejos, intensificando a produção em moldes modernos e produtivos.

3.º — É o mercado agrícola a maior garantia na colocação dos produtos agrícolas e tranquilizador de todo trabalhador que produz e não sabe onde colocar seus produtos.

4.º — O mercado agrícola é o veículo ou a forma pela qual poderá ser positivamente orientado o lavrador no sentido de organizar a sua produção, isto é, induzi-lo a produzir de acordo com as observações do mercado ou comerciais, a se dedicar a esta ou aquela cultura nas épocas convenientes — o que evitará os excessos da superprodução.

5.º — A organização do mercado agrícola resolve todo problema agrário porque reúne em sua estruturação, todas as repartições ou iniciativas em benefício da lavoura.

6.º — E, finalmente, o mercado agrícola soluciona o problema da escassez, da falta, valorização e disseminação dos produtos agrícolas entre as populações que muito necessitam e terão por preço ao alcance de todos.

DISCURSO

Do alto desta tribuna, porque seja o mais digno, não o caso; porque o mais humilde, a verdade. A gentileza de meus colegas quis eleger para seu porta-voz, seu representante, neste momento, o menor de todos! numa demonstração insofismável da camaradagem mais íntegra! num desapréço às pompas exteriores dos arautos espalhafatosos!

Em nossa turma há companheiros que vêem, há 4 anos, sustentando galhardamente a coluna dos primeiros lugares; há os que antes de se formar já são doutores; os consultores disciplinares nas bancas de estudo e os verdadeiros amigos nos momentos difíceis! E por que me eleger a mim como seu intérprete, no instante máximo do prazer acadêmico! E' uma confiança sem precedente! E seja tudo pela Boa-Vontade, a gloriosa santa que alicerça a virtude e protege os mundos!

A Pátria precisa de filhos ilustres, e nesse movimento associativo de atividades culturais, encontramos em ponto elevado a Casa de Américo Braga, o domicílio da Medicina Veterinária do Estado, o arrimo tão nosso que chega a ser de todos, o lar do trabalho imune à formalidade e à ostentação, o aduno de mérito científico de tantos feitos, o primeiro a instituir, dentre nós, os cursos práticos rurais, a casa modesta que tanto orgulho nos causa, na segurança e na capacidade de seus 11 anos de vida!

Aqui, o nosso estudo, a nossa atividade não se patenteia em relatórios, pareceres e demais papelada, mas em fatos insofismáveis, vantagem patente, realidade proveitosa!

Honra-nos, sobretudo, a escôlha do Exmo. Sr. Dr. Edgard Teixeira Leite, Secretário da Agricultura, para representar Sua Excelência, o Exmo. Sr. Cel. Edmundo Macedo Soares e Silva, o primeiro Governador constitucional do Estado, que vem demonstrando constante interesse pela nossa classe e pela nossa Escola, a ponto de firmar, em discurso recente, "que está convencido da necessidade da medicina veterinária, e que considera o técnico veterinário em primeiro plano dos técnicos do nosso país". Sua Excelência, um perfeito conhecedor de nossas condições, inclui no seu programa administrativo a prosperidade do ensino superior, num exemplo claro de democracia e, numa causa excelsa de fraternidade!

Na época em que se procura criar mais estabelecimentos de ensino, não se compreende que justamente no governo de um grande amigo do povo, fechasse as portas um estabelecimento cujo patrimônio cultural e moral é inegável, um templo cuja fôlha de serviços prestados, a Pátria já não pode esquecer! Porisso é que os Doutorandos de 1947 confiam que Sua Excelência ampare nossa conceituada Escola, na consequência lógica de seus gestos de estadista, que são dos mais nobres, e dos seus méritos de homem público, que são dos mais exemplares!

Senhor Representante do Exmo. Sr. Governador do Estado, aqui, só o pessimismo está no chão, pois o entusiasmo moço altana-se, eleva-se e a esperança do nosso progresso pai-

FELIX AYRES

Orador da Turma de 1947, da Escola Fluminense de Medicina Veterinária, em 12-12-1947, no salão nobre da Academia Fluminense de Letras.

ra ainda mais acima! Não somos nós, nem a Congregação da Escola, nem o Estado, nem o Brasil quem pede a continuação dêste tradicional templo de ensino, trata-se de uma justificativa do progresso, um apêlo da Civilização! E como a inteligência de Sua Excelência vive para a felicidade do Estado, que este marco de ciência continue para a grandeza da cultura nacional! Que seja transmitido a Sua Excelência que o reconhecimento e a admiração dos Doutorandos de hoje, ficam em posição de sentido, esperando as suas diretivas!

Vale-nos ainda, e muito, o esforço dos nossos homens públicos, de ciência e de letras, de labor e honradês; o apêgo que têm pelo que nos é necessário, o interesse que empenham, o braço que movimentam para o curso do trabalho e o cérebro que desdobram para a inteligência da vida! Ei-los, pelo nosso cuidado, pela nossa história, pelo nosso futuro!

Excelentíssimo Sr. Dr. Edgard Teixeira Leite, M.D. Secretário da Agricultura do Estado, da Turma dos Doutorandos de 1947, da Escola Fluminense de Medicina Veterinária, fostes escolhido o Paraninfo, porque sois um cidadão prestante e laborioso, um equilíbrio a serviço da coletividade, um exemplo que serve de espelho aos moços, uma honra que arvorece o júbilo dos velhos, um motivo de consideração para o público. Titular que pertence a tradicional família fluminense do Barão de Vasouras, amigo do maior interesse da nossa vida profissional, protetor do ensino, amparador de escolas; Engenheiro-Agrônomo; Prefeito Municipal, Secretário da Fazenda e Secretário da Agricultura no Estado de Pernambuco; Deputado Federal à Constituinte de 1945; Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura; Presidente da Sociedade dos Amigos d' Alberto Torres; Vice-Presidente do Conselho Inter-Americano de Comércio e Produção; Membro do Conselho da Federação do Comércio e, atualmente, Secretário da Agricultura do seu Estado onde vem cumprindo e fazendo cumprir um programa de administração elevado e digno, ressaltando seu proveitoso labor em prol da Agricultura e da Pecuária da terra de Alberto Torres e Nilo Peçanha, José do Patrocínio e Euclides da Cunha! E tanto, que é notado pelas autoridades, pelo Governo, pelo povo! Vossa Excelência não é um elemento estranho ao nosso meio, aprendemos Economia Política, Legislação e argumentação sobre os problemas rurais com Vossa Excelência, através das colunas das publicações especializadas, pois professor é Vossa Excelência dos de maior conceito e jornalista militante dos de maior realce e proveito a serviço da coletividade! Homem de ciência, homem de política, homem-exemplo, que não enche os pulmões com o ar

da jactância nem abre solução de continuidade ao vírus da ostentação! A Vossa Excelência, portanto, a nossa melhor bôa-vontade, a admiração e o reconhecimento, o aplauso e o êxito, a firmeza e a sinceridade!

Outras turmas aqui passaram, mais felizes, de braço dado com a Esperança; nós, menos contemplados, ora transpomos o limiar do pórtico com a Saudade! Os nossos corações se purificam e as nossas almas se irmanam, neste instante, unidas aos pensamentos claros de sentimento, para lembrar o Mestre que se chamou em vida — Américo de Souza Braga — e em ausência, símbolo científico da Medicina Veterinária no Brasil! O professor, o mestre das sugestões oportunas, útil aos seus próprios adversários, discutia para o nosso alcance, a evolução científica do mundo hodierno! Por isso é que nós o sentimos com satisfação e o recordamos com a pureza que nos é possível!

Nossa homenagem ao Professor! o guia da vida proveitosa e profissional, o amigo imprescindível, mais impertérrito e mais responsável vai chegar! Toma lugar na sua cátedra, saúda-nos com o seu aceno; dirige-se ao quadro negro para os esboços e demonstrações; ao laboratório, para as experiências; à clínica, à inspeção, à cirurgia, à legislação rural, ao direito veterinário, às questões zootécnicas, e tudo para o nosso conceito, para o nosso progresso! E' uma descortezia deixar de ouvir-lhe as aulas, a discorrência de saber, a explanação da ciência! As demonstrações práticas que esclarecem e os conhecimentos científicos que edificam!

Minhas senhoras e meus senhores, só a presença dos mestres, neste local e nesta noite, que é o dia de nossa vida, neste momento que é a sublimação dos nossos ideais, basta para perenizar o nosso orgulho! Tivemos a honra de homenageá-los a todos e eles aqui vieram, aqui estão e aqui nos acompanham, homenageando mais a nós do que nós a eles! Seus princípios, suas ações, seus méritos nos dignificam! A personalidade humana não lhes sobrepõe a louçania espiritual. Distintos, corretos, irmãos! Não fraquejam, não trepidam, não cedem, pois tem a responsabilidade do exemplo! Não se atizam, não se escondem, não se ostentam, porque possuem a pureza da modéstia; por isso que sua grandeza de espírito ficará sempre, como um fanal em nossa vida! As palmas que aqui florescem, neste momento, no jardim de vossa espontaneidade, são para eles, os nossos queridos Mestres! E nós os homenageamos a todos, sem restrições, sem reserva, com o que temos de mais dinâmico — o coração; com o que possuímos de mais puro — o espírito!

Aqui homenageamos o Mestre Vital Brasil, a força máxima do nosso incentivo, cérebro humano que se ergue como um lábaro nos mastarões da ciência, sópro de vida que movimenta o corpo do nosso trabalho, grande protetor da Escola e glória da ciência nacional!

Para atualizar e realizar, floresce a mentalidade nova, que pensa, que estuda, que se expressa pela verdade! O homem tem que se adaptar às condições presentes, de após-guerra, de alto padrão de vida e de recursos parcos e poder aquisitivo complexo e de concorrência absolutamente dinâmica! Não é simples o aspecto da tarefa sem limites de ajus-

tar-se, pois a facilidade das cousas positivas vem por intermédio da instrução tecno-profissional. A iniciativa, aliás, não deve se restringir à pecuária e à agricultura; deve, sim, ter finalidade mais ampla, que é preparar, dando-lhe verdadeira orientação técnica, o braço do trabalhador, trazendo, de modo geral, à lavoura, à criação, à indústria (como já se está fazendo), normas modernas e abolindo os sistemas rotineiros da faina, tão estafantes, quão infecundos! (Como já se está edificando!)

Preparar orientadores que arregacem a manga e "ensinem a trabalhar trabalhando", soerguendo o plano de organização que ressalta a veterinária moderna, a veterinária que se ergue para a prosperidade e se socializa para o bem geral!

O trabalho, pela sua amplitude, não pode ficar dependendo das locuções dos cientistas, claro que estes são imprescindíveis, para imprimir-lhe orientação, mas os diversos ramos de atividade, a expansão das riquezas naturais, pede o braço técnico-prático, que a falta de incentivo e de apoio ainda reeia!

A Escola de Alberto Torres cria adeptos. A visão do vidente se concretiza. Ele estudou profundamente as condições educacionais do povo brasileiro, traçou-lhe as diretrizes, no plano de organização que legou à posteridade.

E Vossa Excelência, Sr. Dr. Edgard Teixeira Leite, é um seguidor do Mestre, filho da mesma terra e pugnador do mesmo ideal! Vossa Excelência foi Presidente da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, dirigindo-a com a superioridade que caracteriza a sua proficiência; e vem, como Engenheiro-Agrônomo e como administrador, imprimindo nas suas ordenadas técnicas as medidas especiais da sua competência! E a Escola de Alberto Torres é a que de mais necessário se nos afigura na difusão do ensino da agricultura e da pecuária, tão útil e tão oportuno, sempre, em toda ampliação de disciplina e em toda renovação de economia!

A Veterinária é assunto de relevância no momento, e na concepção moral das nossas possibilidades, queremos uma democracia de vontades fortes, uma democracia de eleição e civismo, tão clara que se ombreie à equidade, tão pura que se eleve à justiça!

Acompanhemos o veterinário no exercício das suas atribuições nas cidades, nos municípios, nas regiões longínquas, e aí o encontramos como um perfeito técnico-economista, zelando pela saúde, pela higiene, pela seleção e pelo aproveitamento dos rebanhos. A prosperidade dos municípios tem o seu grande curso de reserva e riqueza na pecuária, no intercâmbio das transações rurais, no entrelaçamento das atividades campesinas, no repositório da vida agrícola!

E o nosso técnico da assistência aos campos e às baixadas, aos planos e aos altanados, às ribeiras e aos socavões abandonados dos sertões ermos, dos centros de cria, recria e das invernadas, já tem dado os testemunhos mais claros e mais irrefutáveis da sua proficiência, fazendo o incentivo do fomento pecuário, a inspeção, a polícia, a profilaxia, a defesa, a salvaguarda do patrimônio animal; ensinando, auxiliando, prevenindo, como um verdadeiro fiscal da economia rural brasileira! Nas cidades, assistindo a conservação dos produ-

tos alimentares, a carne, o leite, os derivados, a conservaria, a chacinaria, a fabricação, os transportes, as indústrias carneas, os frigoríficos, os currais sanitários, os matadouros, mercados, entrepostos, para que a entrosagem dos trabalhos não retrogradem! Pelas granjas e pelas fazendas, feiras e peixarias, pelo que auxilia e pelo que previne, não deixemos deslembrado o seu grande desempenho, na disposição e no cuidado, no controle e na vigilância!

A questão da raiva, principalmente nos meios adiantados, a luta se trava sem medidas que alcancem a sua extensão! As providências impostas pela necessidade são realmente dignas de mérito. Hoje, a maioria das pessoas em tratamento dessa virose de curso cíclico, já na prevenção, na profilaxia, atesta a orientação veterinária, pelo zelo preservativo, o cuidado indispensável, a eficiência num ramo de atividade que bem lhe diz respeito! Porque tem importância magna a vacinação antirábica no Brasil, iniciativa da veterinária nacional! Aqui, nossa homenagem, uma vez mais, ao mestre especialista deste ramo científico: — Américo Braga!

Em 1921, é o veterinário brasileiro que, em São Paulo, combate a peste-bovina, no seu principal fóco, irradiado em diversos municípios, salvando a América do Sul dessa catástrofe, que importaria em prejuízos sem conta, causados pela terrível zoonose infecto-contagiosa, considerada o flagelo do gado bovino! Esse feito honra a ciência do país e sábios internacionais a ele se referiram com o seu aplauso. E se o ilustre pesquisador Moacir Alves de Sousa teve oportunidade, nessa época, de luzir o braço do seu saber, o Dr. Taylor Ribeiro de Melo, também professor desta Escola e também nosso amigo, expandiu a força da sua técnica e o valor do seu critério científico, colocando-se em plano alto da veterinária no país!

Hoje, a peste-suína enturva a abastança dos nossos campos, prejudicando a suinocultura, o comércio, a indústria, a vida, enfim, dos pecuaristas das regiões do sul! crescendo assustadoramente e disimando rebanhos! E o veterinário para lá se dirige, sem deter-se, embora que se trate mais da alçada da administração com os seus recursos, do que mesmo e tão somente do cientista, do técnico com a sua proficiência. Uma não pode se movimentar sem a outra. Se aquela é o braço, esta é a força. Se uma o recurso, a outra, o emprego. Causa e efeito; alfa e ômega! Não nos enganemos, nem procuremos resolver, adiando, o caso tão sério que se nos apresenta! Torna-se necessário, a bem da sanidade animal, da saúde dos rebanhos, da produção, da economia, a profilaxia intensa dessa septicemia mortal! Se não arregimentarmos recursos neste sentido, se não providenciarmos a tempo o combate à epizootia que fere nossas reservas tão de frente e tão de pronto, dentro em pouco, não teremos mais a carne, o toucinho, a banha! E tanto isto já se evidencia, e tanto já se precipita, que o Brasil começa a importar banha do estrangeiro!

E' o índice denunciador dos rebanhos que a Peste-porcina nos ceifa, e ao mesmo tempo o panorama demonstrativo da protelação comprometedora! Os prejuízos econômicos, consideráveis. Os estragos nos Estados do Paraná,

São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Estado do Rio, sem conta! Esperar já é uma connivência; adiar, já é um crime! E para essa luta só há um combate: o técnico; um entendido — o que se prepara para as questões rurais; um titular — o veterinário! Nesse campo é que devemos encontrá-lo, pois só a ele cabe fazer a profilaxia intensa da peste, a doença infecciosa! Este é o problema mais premente! Já divisamos nos arcanos do 5.º ano, o mais responsável, o mais difícil, essa grande responsabilidade! E para lá seguimos! Para ministrar os conhecimentos da veterinária, nas regiões criadoras, despertando o interesse da vida rural, em processos de trabalhos proveitosos que resolvem problemas, indicam soluções e dirigem ensinamentos nos centros pecuaristas com o empenho, verificado em benefício da classe, nos planos construtivos da experiência, compreendendo o fomento da produção dos seus plantéis e conseqüente soerguimento da sua economia zootécnica!

Assim, ficam os incientes bem conduzidos nas suas justas proporções e os interessados, na garantia dos seus haveres!

A vós, caros colegas que ainda ficam, e que há pouco, nos homenagearam com as festas da vossa espontaneidade e as demonstrações do vosso apreço, a vós primeiranistas, segundanistas e terceiranistas mais obsequiosos do que os veteranos, a vós que chegais por último e sois mais fidalgos do que os que já se despedem, a vós que nos trouxestes a efusão do vosso entusiasmo por intermédio do vosso órgão central de cidadania, que é o Centro Acadêmico Vital Brasil Filho, o reduto de vossa dignidade, o nosso muito obrigado! Destes gestos assim não há quem possa chegar a altura, a estes preitos insignes ninguém pode igualar ao certo!

Aqui trazemos a nossa solidariedade e apertamo-vos a mão com os votos sinceros de que vos anime sempre, a alma pugnaz dos vossos antepassados e dos vossos contemporâneos!

Lá fora, no exercício da profissão, se encontrarmos igual trato, teremos ganha a sorte, porque vós é que nos destes lições de camaradagem, como os nossos mestres no-las deram de cavalheirismo!

Vitoriosos rapazes, nós é que vos homenageamos com a estima e a admiração! Prezados amigos, nós, os homenageados, é que vos agradecemos!

Seleto auditório, vossa presença é a preciosa dádiva de Natal deste fim de ano, que ora recebemos; não só nos conforta, também nos enriquece! Não encontramos intérprete a altura dos nossos agradecimentos, nem palavras que expressem a nossa grande alegria, porque há um 12 de dezembro cintilando em nossa vida!

Inscreva-se sócio da

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Peça Estatutos e impresso para proposta à Secretaria:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115, 6.º
C. P. 1245 — Rio de Janeiro

Tel. 42-2981

Sociedade Nacional de Agricultura

MOVIMENTO DA SECRETARIA NOS MESES DE JULHO-AGOSTO 1948

Correspondência Recebida:

Telegramas	17
Ofícios	32
Cartas	34
Diversos	25
Total	108

Correspondência Expedita:

Telegramas	35
Ofícios	39
Cartas	37
Circulares	48
Total	159

Foram propostos e aceitos os seguintes sócios: — Sr. Paulo Gomes Soares, D.F. — Sr. Estevão Herreros, S. Paulo — Ctão. Corv. Eduardo Bezerril Fontenelle, D.F. — Sr. Francisco Ferreira, Minas — Sr. Benedito Simões dos Santos, S. Paulo — Sr. Manoel Augusto Carneiro das Neves, Est. do Rio — Sr. Celso Silverios dos Reis, D.F. — Sr. Arthur Antunes Quintanilha, Est. do Rio — Bernardino Antunes Filho, Est. do Rio.

OFERTAS DE LIVROS A BIBLIOTÉCA DA SOC. NAC. AGR.

Secr. Agr. Ind. Com. de Pernambuco: — "Processos Contrôles das Doenças das Plantas" de A. Cheves Batista — Rev. Dep. Ass. Coop. — Bol. Vol. XII, n.º 4 ano 945 — Vol. XII, n.º 2 ano 946 — Vol. XII, n.º 2 ano 946 — Vol. XIV n.º 4 ano 947 — Vol. XIV, n.º 3 ano 947 — Vol. XIV, n.º 2 ano 947.

Secr. Agr. Ind. Com. Rio Grande do Sul: — Boletins — N.º 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, Circulares: — n.º 59, 60.

Sociedade Paulista de Agronomia: — Anais do 1.º Congresso Bras. Agr. Vol. n.º 1, Vol. 2 — Bol. n.º 1 "O Aperfeiçoamento dos Métodos da Cultura do Eucalipto no Serv. Florestal da Cia. Paulista de Estr. Ferro".

Cornell University Agr. Exp. Station: — Bull. n.º 842 nov. 947 — Memoir n.º 275 nov. 944 — 276 nov. 947 — 277 nov. 947 e 279 abril 948.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Bol. Estatístico I.B.G.E. ano VI abr-jun 948 n.º 22 — Man n.º 87 jun. 948.

Bol. de Informaciones — Madrid — ano 1 n.º 1 948.

Rev. Gazeta das Aldeias — Portugal — n.º 2 138 ano 948 1 jul.

Bol. Soc. Coop. Ind. Pec. Pará Ltda. — ano XVI jun. 948 n.º 69.

Anuário Estatístico do Brasil ano VII 947 I.B.G.E.

Rev. de la Bolsa Com. — Uruguai — ano L jul 948 n.º 7 — Estatística.

Bol. Informaciones Agro pecuárias — Chile — n.º 71 maio 947.

Rev. Ass. Rural del Uruguay — ano LXXV n.º 5-6 maio-junho 948.

Farm Science — Iowa — vol. 2 n.º 10 abril 948.

Research Bull. U.S.A. — n.º 356.

Bol. Meteorologia — Montevideo — ano 6 n.º 7 maio 948.

Rev. Orientacion Meteorológica — Montevideo — n.º 2 maio 948.

Rev. Chacaras e Quintais — ano 39 vol. 78 n.º 1.

Rev. Cafetera de Colombia — vol. VIII n.º 116 jan. 948.

Conjuntura Econômica — D.F. — ano 11 jul. 948 n.º 7 e n.º 8.

Montly Report — jun. 948 vol. XXIII n.º 2.

Bol. Informativo — Rep. Dominicana — ano VI n.º 17 abril 948.

Bul. L'Unesco — Paris — vol. II n.º 6 jun. 948.

Rev. Liga Com. R. Janeiro — D.F. — ano XII n.º 175 maio 948.

Bol. Est. Exp. Agr. de Tucuman — ano 948.

Rev. Soc. Rural Brasileira — S. Paulo — ano XXVIII — maio 948 n.º 332 e 333 jun. 948.

New Orleans Port Record — jun 948.

O Campo — maio-jun. 948 ano 19 n.º 221-222.

Bol. Americano — ano XII 603, 604, 605.

Agros — ano XXXI n.º 3 maio-jun. 948.

Lloydia-Ohio — vol. 10 dez. 947 n.º 4.

Rev. Bras. de Panificação — ano XIII jul. 948 n.º 155.

Bol. Serv. Er. Rural — ano IV e V n.º 6 e 7.

Bol. Informativo — D.F. — Ano IV n.º 4.

Bol. Econômico — Uruguay — ano 948 — jun. n.º 6.

Cooperativismo — D.F. — ano III jul. 948 — n.º 25 — 25, 24, 23.

Bol. Informativo. C. 1.º Com. Prod. — n.º 42 jul. 948.

Bol. Ass. R. Vale. R. Gr. — S. Paulo — jul. 948 n.º 38B.

Veterinária — D.F. — ano II jan. 948 n.º 1.

Rev. Medic. Veterinária — Buenos Aires — vol. 29 out-dez. 947.

Bol. do Leite — D.F. — n.º 13 jul. 948 ano II Epoca 4.º n.º 12.

Britain To-Day — n.º 147 jul. 948.

A Granja — R. Gr. Sul — ano III n.º 33 jun. 948.

British Science News — vol. 1 n.º 8 948.

Anales Soc. Científica Argentina — tomo CXLV abril 948.

Lavoura Arrozreira — R. Gr. Sul — ano II jun. 948 n.º 18, 17, 16.

Iowa Farm Science — Ames — vol. 2 n.º 11 maio 948 n.º 12 jun. 948.

O Cultivador — ano 1 jul. 948 n.º 8. Bol. Bibliográfico Agrícola — Madrid — 1-2-948.

Rev. Meteorológica — Uruguay — ano VII n.º 25 e n.º 26 ano 948.

Agriculture Abroad — U.S.A. — n.º 4 vol. 3 abril 948.

Connecticut Products — vol. 1 n.º 4. Rev. de Agricultura — S. Paulo — vol. XXIII n.º 5-6 maio-jun. 948.

Informaciones Argentinas. abril-maio jun. 948 jul.-ag.-set. 947.

Bol. Câmara de Reajustamento Econômico — D.F. — ano IX n.º 75 jan.-março 948.

Bol. Cons. Fed. Com. Ext. — ano XI n.º 2 fev. 948.

Carta Quinzenal — Chile — n.º 64, 65, 66 e 67 de 948.

Bol. Ass. Com. Amazonas — Ano VII n.º 80 março 948 — 81 abril 948.

F.A.R.E.S.P. — ano 948 n.º 42, 43, 44 e 45.

Bol. Secr. Ind. Com Pernambuco -- Vol. XV n.º 1 de 948.

Neighbors — vol. 4 n.º 4 U.S.A.

Seleções Agrícolas

Diretor: Eurico Santos

Gerente: O. Assumpção

Superintendente: M. Nunes

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

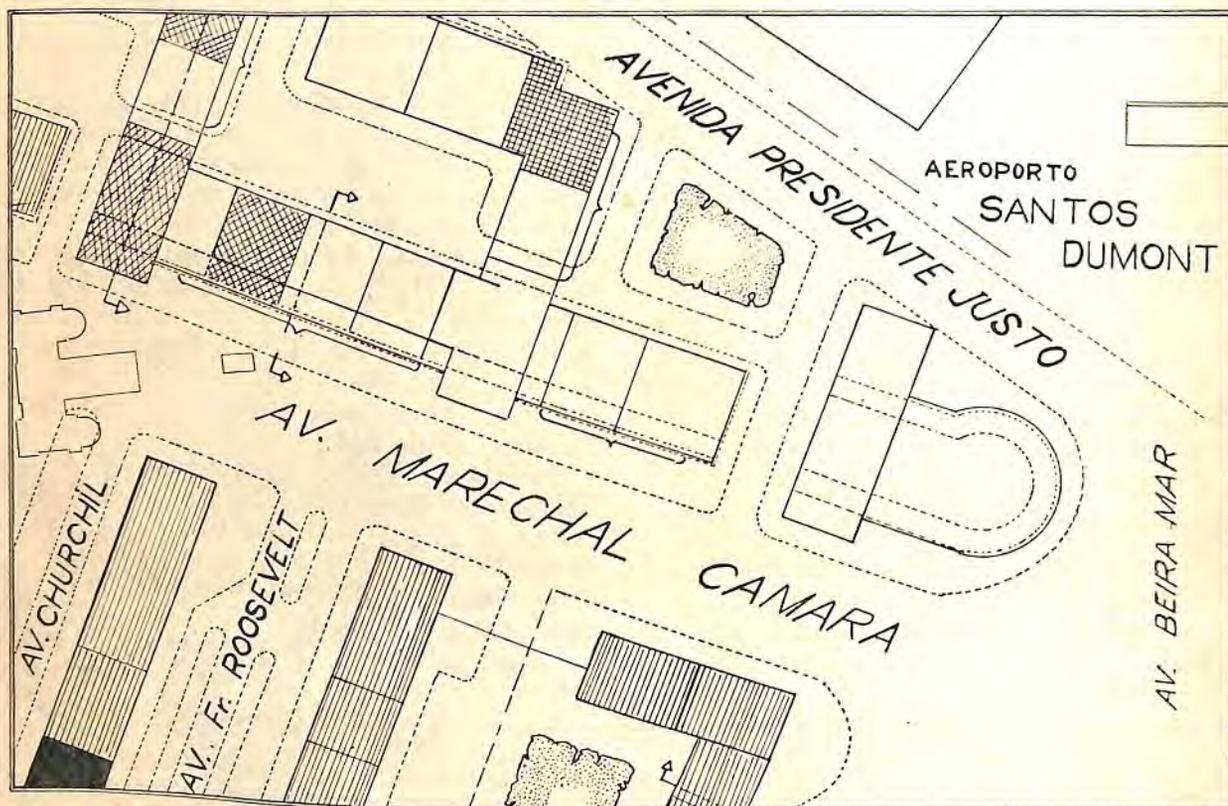
ASSINATURAS

Brasil — Ano	Cr\$ 36,00
Exterior — Ano	Cr\$ 70,00
Número do mês	Cr\$ 3,00
Atrazado	Cr\$ 5,00

Redação e Administração: Avenida Nilo Peçanha, 26, 12.º
Tel. 32-6163 — Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

CASA DA AGRICULTURA



- Edifício onde a Sociedade tem sede atualmente.
- ▤ Terreno onde se erguerá a "Casa da Agricultura".
- ▨ Quadras já construídas.
- ▧ Edifícios em construção.

Prosseguem os trabalhos preliminares da construção da "Casa da Agricultura", sede da Sociedade Nacional de Agricultura.

Estão a ultimar-se os trabalhos de sondagem do terreno, indispensável à perfeita segurança do magestoso edifício, cujos furos atingiram a mais de 20 metros de profundidade.

Ao engenheiro J. B. Bidart, foi entregue, pela Comissão de Obras, composta dos Srs. Arthur Tôrres Filho, Luís Simões Lopes e Kurt Repold, tendo como secretário ao Sr. Luís Marques Poliano a tarefa dos cálculos do cimento armado.

Uma vez terminados os *tests* da sondagem, será feita a coleta de preços para as fundações, estrutura em cimento armado e tubulações embutidas.



Um ângulo do terreno, vendo-se a placa e, ao lado, a sonda. A esquerda, a cúpula do Edifício do Ministério da Agricultura

Os clichés reproduzem o primeiro, um trecho da planta urbana do local, a que se pode chamar a “porta aérea da cidade”, na qual está assinalada a exata posição em que se erguerá a “Casa da Agricultura”. O segundo, uma fotografia lateral do terreno, com a placa

de Construção bem visível. Ao lado, o tripé da sonda e, à esquerda, a cúpula do Ministério da Agricultura.

Daqui, destas colunas, iremos dando aos Socios e amigos da Sociedade notícia pormenorizada ao andamento das obras da “Casa da Agricultura”.

LAVRADOR! CRIADOR!

Fortalece a tua classe inscrevendo-te na “Associação Rural” do teu Município. Se esta não existir ainda, funda uma, dentro dos moldes do decreto-lei 8.127, de 24 de Outubro de 1945.

A Secretaria da S.N.A. te prestará todos os esclarecimentos a respeito.

Financiamento diréto ao pequeno Lavrador

Aceito o ponto de vista da Sociedade Nacional de Agricultura

Pela primeira vez, no Brasil, o Banco do Brasil vai conceder financiamento direto aos pequenos lavradores, ao mesmo tempo que será estimulado no Congresso o andamento dos projetos de lei referentes à garantia de preços mínimos dos cereais e gêneros de primeira necessidade e a reforma bancária de acôrdo com a qual será criado o Banco especificamente da Lavoura.

Estas medidas de maior importância para a recuperação econômica do país ficaram decididas na reunião convocada pelo presidente da República, no Catete, à qual compareceram os ministros Correia e Castro e Daniel de Carvalho, respectivamente da Fazenda e da Agricultura, o general Anápio Gomes, diretor geral do Conselho Federal de Comércio Exterior, os Srs. Guilherme da Silveira e Marino Machado, respectivamente, presidente do Banco do Brasil e diretor da Carteira de Crédito Agrícola, e o Sr. Artur Tôrres Filho, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

Segundo foi noticiado, a questão do financiamento feito diretamente aos pequenos lavradores foi defendida na aludida reunião pelo presidente da S. N. A. sendo o seu esquema aprovado para imediata aplicação. A questão dos preços mínimos e da reforma bancária dependem, entretanto, da aprovação do Congresso, onde existem projetos, a respeito, em andamento.

O governo visa, em suma, incentivar o crédito, objetivamente, em primeiro plano, beneficiar as culturas rurais na presente safra, de modo a que a crise que se verifica na produção de gêneros de primeira necessidade seja vencida sem demora, possibilitando um melhor abastecimento do mercado interno, bem como o excedente para a exportação, sem o que se torna difícil o equilíbrio da balança comercial.

A propósito dessa polpitante matéria, após a reunião, foi distribuída pelo Catete uma nota a imprensa, constando dos seus termos as mais ani-

madoras esperanças no seio da classe agrícola.

Um vespertino, ouvindo a respeito o Sr. Ministro da Fazenda, teve de S. Exa. a confirmação de que o objetivo principal do Governo, apoiando antiga aspiração das classes rurais, através de seus órgãos representativos, é de disseminar o crédito por tôdas as zonas de produção, já na presente entressafra. Além do financiamento normal, beneficiando grandes empresas, o Banco do Brasil sugeriu e foi autorizado a iniciar imediatamente o financiamento aos pequenos produtores, desde o proprietário e o arrendatário, até ao meeiro e o colono. O dono de uma propriedade no valor de 100 mil cruzeiros terá crédito até o limite de 20 mil cruzeiros.

O crédito ao pequeno produtor será local e direto, à base da honestidade e da capacidade profissional do mesmo, seguindo exemplo do que já ocorre em vários Estados. O Banco Mineiro da Produção, por exemplo, concedeu no ano passado 8 mil cruzeiros e já reembolsou todo o numerário distribuído, não perdendo um só vintem. Em Pernambuco, foram realizados 28 mil empréstimos, beneficiando igual número de agricultores, pois a média de cada empréstimo foi de mil cruzeiros. Êsses exemplos mostram a viabilidade do crédito disseminado em proveito do mais modesto agricultor. Enquanto isso, o Banco do Brasil, em 47, fez pouco mais de 6 mil empréstimos dessa natureza.

As cooperativas de crédito e as associações rurais ao lado dos bancos particulares, desempenharão relevante papel na nova política de financiamento agrícola oficial no Brasil, principalmente no abono da firma do pequeno produtor.

O Brasil possui quase dois milhões de propriedades agrícolas representando vasto campo para aplicação do crédito especializado. Todavia êsse crédito somente poderá beneficiar tão elevado número de propriedades quando for ministrado por um organismo como

o Banco Rural, entidade que a própria Constituição reconhece como indispensável ao desenvolvimento econômico do país e que o atual governo deseja criar, conforme propôs ao Congresso, na reforma bancária. Podemos acrescentar que o presidente da República está vivamente interessado pela imediata execução da nova política de financiamento, devendo realizar no Catete outras reuniões para consolidar todos os objetivos em vista.

Acrescentou o Sr. Correia e Castro que já haviam sido expedidas as determinações do Governo para o imediato financiamento à produção. O titular da Fazenda manifestou sua confiança nos resultados das medidas que serão postas em prática, salientando que as mesmas podem ser consideradas das mais importantes até agora adotadas pelo atual Governo. Acredita o ministro que a produção será grandemente aumentada, a fim de não só melhorar o abastecimento interno do país, mas também permitir maior exportação, com a qual obteremos mais divisas para as nossas importações de artigos essenciais.

Foi o seguinte, o esquema lido e apresentado na reunião do Catete pelo Sr. Artur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

"Foi extremamente honroso para a Sociedade Nacional de Agricultura receber do Exmo Sr. Presidente da República convite para "o estudo do problema do financiamento da produção agrícola".

2. Esse sempre foi pela Sociedade considerado o problema máximo da agricultura nacional, por êle se batendo ardorosamente durante cerca de 50 anos, tendo em vista que com o auxílio para aquisição de terras, para os melhoramentos mobiliários e imobiliários, sem o custeio da produção, a exemplo do que ocorre em outras nações e, bem perto de nós, no Uruguai e na Argentina, não nos será possível a mobilização do trabalho da terra, permitindo ao país melhorar a produção e a vida das populações do interior.

A nossa história econômica demonstra que desde o período colonial, no Império e mesmo na República, tem-se cogitado do crédito para o produtor rural, sem entretanto ter-se conseguido até hoje um regime de assistência permanente, capaz de garantir sua produção, e a movimentação das safras, com lucro razoável para aquele que vive legitimamente do trabalho da terra.

3. E' bem verdade que ultimamente, com a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, deu-se um passo bem avantajado no sentido de proporcionar-se o crédito ao agricultor, o qual, como sabemos, tem que ser feito sob três modalidades: **hipotecária, pignoraticia e pessoal.**

Quando a primeira, para que finalmente se estabeleça entre nós, faz-se mister a criação de

um cadastro rural em bases seguras e será também decisivo para a colonização dos campos, devendo portanto merecer atenção especial, tendo sido na Argentina fator de alto relêvo no fortalecimento da sua economia agrícola; no que toca à segunda fórmula, para a qual temos criado uma legislação especial, estudos terão que ser feitos, de modo a permitir uma aplicação, seja na parte agrícola e pecuária, garantindo por outro lado aos bancos os seus investimentos por meio de cédulas pignoraticias. Neste particular, observei na Argentina uma aplicação generalizada do penhor para colheitas pendentes, produtos armazenados, a prazos longos sob esta forma: quanto à terceira fórmula, isto é, o crédito pessoal, baseado na idoneidade moral e na aptidão profissional do agricultor ou criador, com o pagamento do débito em parcelas durante o ciclo das safras, ou entre uma e outra, com limites variáveis de acôrdo com as regiões, os produtos e outros fatores, é para nós o que se nos afigura mais premente e o que terá maior repercussão nos meios rurais do país. Neste particular, já muito tem feito a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, através de suas agências disseminadas pelo país. Entretanto, o crédito pessoal utilizado exclusivamente em favor dos pequenos produtores, isto é, daqueles que não saem de sua gleba para virem bater às portas dos bancos nas cidades, para esses é que precisamos urgentemente criar um aparelhamento que precisará ser simples, desprovido de formalidades legais e burocráticas, que além de tudo oneram pesadamente os tomadores. Para esse fim, as cooperativas de **crédito agrícola** e somente estas (de que poderão ser citados os exemplos da Paraíba do Norte, Rio Grande do Sul, Pernambuco principalmente, com suas caixas rurais), e as associações rurais — poderão ser os órgãos intermediários e de elevada colaboração com o Banco do Brasil e, futuramente, com o Banco Rural, cuja criação, por feliz inspiração do Sr. Ministro da Fazenda, foi proposta na Reforma Bancária e consta de dispositivo da Constituição.

Posso recordar o fato de que em 1938, as cooperativas de crédito na Paraíba do Norte, através de suas caixas rurais, fizeram 23.474 empréstimos a pequenos agricultores no valor médio de 727 cruzeiros. No Rio Grande do Sul, as 34 caixas de crédito rural fazem anualmente empréstimos a pequenos agricultores de dezenas de milhões de cruzeiros. E' essa, a meu ver, a orientação mais democrática e mais feliz que poderemos seguir em benefício daqueles que ainda labutam na vida árdua dos campos. Mais de 800 Municípios do Brasil reclamam crédito ou facilidades de financiamento para as atividades agrícolas. Basta dizer que as taxas cobradas chegam a 20 e 30% ao ano quando a Agricultura dificilmente poderá pagar mais de 3 a 5%, combinando-se o pagamento em prestações de acôrdo com as áreas cultivadas.

Ponto importante e mesmo decisivo para o êxito do crédito será o da simplicidade de seu mecanismo. E' preciso que o agricultor, em qualquer zona do seu Estado ou Município, em três ou quatro dias, no máximo, tenha solução de sua proposta de empréstimo, feito ao estabelecimento incumbido do crédito agrícola local. Tenho profunda convicção de que presidindo à distribuição dos empréstimos um critério seguro, na conformidade das condições agrícolas e pecuárias locais, sem desvirtuamentos, a classe rural saberá honrar seus compromissos.

4. Infelizmente, o que tem acontecido com o **crédito agrícola** entre nós, é que as instituições cha-

madras a prodigalizá-lo, na sua maioria, atraídos por lucros mais fáceis e até pela especulação, se entregam mais às operações mercantis, deixando inteiramente ao desamparo os pequenos produtores.

É evidente portanto que para haver no país a existência de crédito **realmente beneficiado o lavrador**, aí incluídos o proprietário, o arrendatário, o meeiro, etc., será preciso um sistema bancário abrangendo a extensão do território nacional, no qual além dos estabelecimentos oficiais central e regionais colaborem na distribuição de crédito bancos particulares, locais e regionais, bem como associações rurais, cooperativas, aos quais seriam assegurados recursos e favores especiais. É digno de exame neste particular a lei denominada "Agricultural Credit Act", do Presidente Wilson, dos Estados Unidos. O que é preciso, evidentemente, é canalizar recursos para a lavoura, pois que é dela que tudo emana para a riqueza pública.

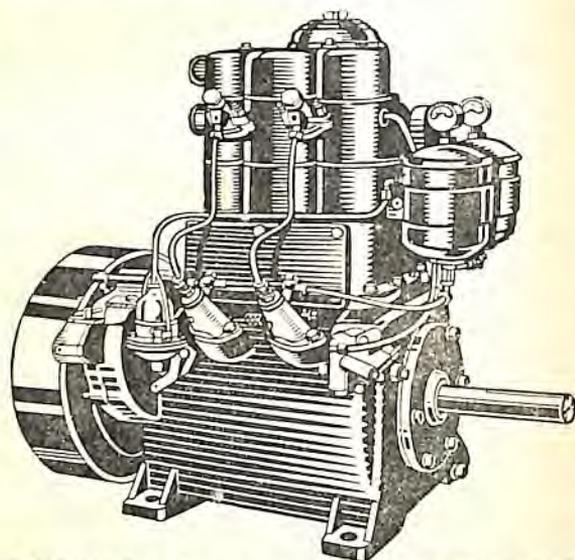
5. É-me grato assinalar, como já ficou perfeitamente acentuado pelo Sr. Ministro da Agricultura na reunião dos Secretários de Agricultura em 1946, no seu projeto de Reforma Agrária, no qual salientou a necessidade de garantia do preço mínimo à produção, pensamento que tem também acompanhado a ação do ilustre Ministro da Fazenda, Sr. Correia e Castro, o interesse do Governo, culminando com a presente reunião, na solução do grave problema do financiamento rural, a cuja deficiência pode-se atribuir em grande parte, o presente mal estar social, com o congestionamento das cidades diante da fuga dos campos.

6. Dentro das idéias expostas, o dado o pensamento de S. Ex., o Sr. Presidente da República, de levar estímulo e amparar os verdadeiros produtores nacionais, ousa a Sociedade Nacional de Agricultura sugerir a seguinte modalidade para atender principalmente à situação do pequeno produtor:

— facilidade, em todo o país, de crédito até o limite de Cr\$ 15.000,00 a todo agricultor, inclusive arrendatários, meeiros, colonos, etc., a ser concedido através das agências do Banco do Brasil e sempre que possível, sob a forma de acordo com cooperativas, associações rurais e mesmo com outros bancos regionais e locais, obedecendo a uma supervisão central, a fim de evitar possíveis desvirtuamentos e, sobretudo, afastar os conhecidos entraves burocráticos que tornam difícil no momento qualquer operação de crédito de que careça a agricultura.

Basta considerar que, em 1947, a Carteira Agrícola do Banco do Brasil forneceu a pequenos produtores apenas 315 empréstimos de Cr\$ 250,00 a 5.000,00; 618, de 5 a 10.000,00; 900, de 10 a 20.000,00; e 458, de 20 a 30.000,00, no total de 2.291 empréstimos, enquanto que na categoria dos **grandes**, de 100 a superiores a 500.000,00, foram realizados 5.793 empréstimos.

Esses algarismos servem para demonstrar que o nosso crédito agrícola ainda não conseguiu penetrar tão profundamente quanto seria de desejar a nossa grande massa rural, espalhada em mais de 2 milhões de propriedade, e cuja maioria é justamente constituída de pequenos agricultores, hoje praticamente desamparados no que toca a esse grande fator de melhoria e aumento de produção, que é o crédito fácil, barato e o longo prazo".



DIESEL deve ser o seu MOTOR HALLETT a sua marca

Assistência técnica eficiente e peças sobressalentes como garantia de bom funcionamento

Distribuidores Gerais no Brasil

G. BORGHOFF & CIA.

R. Evaristo da Veiga, 130 - Tel. 42-3720
End. Telegr. Borgmagneta - Rio

ESPALHADOS SÔBRE A TERRA

Há poucos viventes tão espalhados sobre a terra como o mosquito, pois pode viver tanto na floresta virgem tropical como nas tundras sibéricas. O facto de o mosquito sugar sangue já o torna uma praga para a humanidade, mas este modo de viver que se limita ao sexo feminino, torna-se um perigo da vida porque o mosquito pode transmitir germens de uma doença, que vivem no sangue de um ente, para o corpo de outra vítima mordida.

A doença mais temida que o mosquito transmite, é a malária. Apesar de haver relativamente só poucas espécies de mosquitos que transmitem a malária, eles tornaram inhabitáveis uma terça parte da terra, causando anualmente 200 milhões de casos de malária. Mais de um milhão de homens morre cada ano na Índia, só em consequência desta doença. Cada um, também a população indígena, considera a luta contra o mosquito malarígeno como uma obra de interesse geral. A rega de sítios de incubação com petróleo e outros inseticidas que matam larvas, uma boa drenagem, o uso diário de 400 mg. de quinina, a título de profilaxia durante a estação em que reina a malária e de 1 até 1,3 gr. de quinina durante uma semana, a título de remédio, tôdas estas medidas são agora consideradas pela população como sendo úteis e necessárias na luta implacável contra uma das pragas mais cruéis da humanidade.

Espalham-se os mosquitos sobre toda a terra, mas também se difunde em todo o mundo a convicção de existir uma arma excelente contra a malária, a saber: a quinina.

Açúcar - Algodão - Adubos

Escreve o dr. José Lins do Rego, em 3 do corr. mês no "Globo", recordando "a época aurea, na qual o açúcar dera mais ouro a Portugal do que mesmo o ouro de Minas Gerais", e, após outras importantes considerações da atualidade, diz: "A lavoura da cana se aniquila nas terras, que carecem de homem, as fábricas queimam os últimos gravetos, e a produção encarece assustadoramente. O açúcar, fonte de receita, não pode corresponder ao esforço do homem, desde que A TERRA NÃO RENDE e a concorrência dos novos produtos do sul domina o mercado interno. E assim chega-se ao fim do açúcar pernambucano e ao fim de uma economia. E o triste é verificar que não há remédio para a doença que marcha".

E' verdade que a doença marcha em muitas regiões, entretanto, HÁ REMÉDIO PARA ESTA DOENÇA.

Desejo com esta singela colaboração, que as palavras de terrível e amargo pessimismo, pronunciadas pelo dr. Antigenes Chaves, a que se refere o sr. José Lins do Rego no citado artigo, se tornem palavras de esperança, que iluminem ações renovadoras e fecundas.

Seja-me permitido citar, em seguida, trechos de obras publicadas sobre as atividades agrícolas no Brasil, certo de que, pelos seus autores de há muito, foi indicado o que é imprescindível fazer para melhorar e aumentar a nossa produção.

Escreve o dr. Arthur Torres Filho no "Resumo Histórico da Sociedade Nacional de Agricultura," sob o título = O momento nacional e a mobilização dos campos = a página 174. trabalho executado pelo sr. L. Marques Poliano em 1945, o seguinte: "Questão palpitante e digna da mais elevada atenção dos nossos governantes e dos profissionais de agronomia, é a prática da LEI DA RESTITUIÇÃO, fazendo voltar à terra o que dela é extraído pelas colheitas e pelos rebanhos. A nossa produção agrícola e pecuária retira do solo pátrio, anualmente, milhões de toneladas de Azoto, Ácido Fosfórico, Potássio e Cálcio, cuja restituição é mínima.

Assistimos, assim, a queda dos valores das terras brasileiras com a derribada incessante das matas virgens, o êxodo das populações rurais, o deslocamento das plantações da proximidade das vias de transporte e comunicações, criando um problema social econômico de graves consequências para o futuro do Brasil."

Em sua conferência realizada no Rotary Club de Campos, Estado do Rio de Janeiro, descreve o engenheiro agrônomo Rui da Silva Pinto, a "Situação atual e medidas aconselháveis à melhoria da lavoura canavieira de CAMPOS" citando entre fatos e números o seguinte:

"Qual é o rendimento dos nossos canaviais? A média geral da lavoura campista, incluindo terras melhores e piores, incluindo, ainda, canas plantas e sócas, é aproximada-

F. G. Steinemann

(Membro da Soc. Nac. de Agricultura e do Conselho Florestal)

mente 28 tons. por ha., encontrando-se algumas lavouras de exceção, com rendimento superior, geralmente localizadas em terrenos descansados — antigas pastagens ou lagoas recentemente drenadas.

Para melhor se avaliar quanto é baixa a produção dos nossos canaviais, vejamos alguns dados referentes a outros países:

Argentina	43,3 tons. por ha.
Cuba	50,0 " "
U. S. A.	50,0 " "
Trindade	65,0 " "
Ilhas Mauricio	70,0 " "
Guiana inglesa	96,0 " "
Ferú e Hawai	111,0 " "

De todos esses países o que apresenta menor rendimento, é a Argentina, que ainda assim é superior ao nosso em 50%.

Mas é preciso que se consiga um aumento proporcional da produção da matéria prima — a cana. Para isso ter-se-á que adotar uma de suas soluções: ou aumentar a área das plantações ou aumentar o rendimento dos canaviais."

Referindo-se entre outros fatores ao transporte e à mão d'obra, diz em seguida: "A solução é, pois aumentar o rendimento dos canaviais. E para isso é necessário adubar e irrigar." E mais adiante: "Que a adubação e irrigação podem ser economicamente aplicadas em Campos, conforme se pôde constatar na Estação Experimental ai, com as instalações de irrigação em perfeito funcionamento.

Outro problema importante que a adubação e irrigação podem contribuir para resolver, é o da mão d'obra.

E para isso é preciso adubar e irrigar, porque o número de homens necessário para plantar e tratar um hectare, que produz 28 tons., é o mesmo número de homens necessário para plantar e tratar um hectare que produz 56 tons." (Publicação d'A LAVOURA — março/abril de 1947, pgs. 22 a 24, Rio de Janeiro.)

"FERTILIZAÇÃO DAS TERRAS DA ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO", de Diogenes de M. Vasconcellos, estudo publicado em = A LAVOURA, dezembro de 1947, pgs. 56 a 57, Rio de Janeiro, trás entre outras, as seguintes considerações:

"O panorama canavieiro de Pernambuco é bastante sombrio. Os rendimentos culturais atingem cifras insignificantes. A cultura da cana não corresponde, em absoluto, ao progresso industrial alcançado, marchou quase em sentido oposto, constituindo um sistema de forças que tendem a um desequilíbrio funesto.

As terras estão esgotadas, não produzem mais, **PRECISAMOS ADUBAR**, é o que ouvimos todos dizer.

Sim, o esgotamento é incontestável, representa o fruto de uma prática colonial, primitiva, que, ainda, perdura até os nossos dias.

Vejamos o que nos revelam os dados estatísticos:

Valores experimentais, obtidos pelo Serviço Experimental da Secretária de Agricultura do Estado, na zona Barão de Suassuna, em Escada, evidenciaram um rendimento de 35 tons. por ha. na cana planta, e 11 tos. na sóca, ou sejam 23 tons. em média por ha. A variedade empregada foi a P. O. J.2878, tendo o experimento sido localizado em terreno de encosta.

Dados d'um campo de adubação, feito na Uzina Aliança (zona norte do Estado), revelaram um rendimento cultural de 43,7 tons, por ha. na cana planta, e 35,0 tons. na sóca, ou sejam 39,3 tons. em média nas duas colheitas. Empregou-se no experimento em apreço a variedade C. P.27.139.

São frequentes os terrenos de encosta onde não mais se encontra solo agrícola; plantam-se canas em pleno sub-solo, destituído de matéria orgânica."

Quanto á ACIDEZ, o sr. Adauto Teixeira, num trabalho publicado no Boletim n.º 3-vol. XII, da Secretária de Agricultura do Estado, concluiu: serem ácidos, em geral, os solos de Pernambuco. Apresenta, ainda, os seguintes estudos:

"Um solo ácido, é geralmente impróprio ás plantas, ás calcícolas principalmente. A acidez dificulta o trabalho das bactérias nitrificadoras, impedindo a decomposição normal a matéria orgânica, e, mediante o acúmulo de anidrido carbônico, formam-se substâncias orgânicas tóxicas.

No estudo realizado em 65 municípios, estabelece a seguinte classificação:

d) grupando os valores de pH. de nossos municípios e suas necessidades em CAL:

" Solos muito necessitados em cal	10 = 13,38 %
Solos necessitados em cal	
Solos não necessitados em cal	52 = 80,00 %
	3 = 4,62 % "

Referente aos **FERTILIZANTES** escreve:

"Os insucessos de alguns plantadores de cana no emprêgo de adubos, consistem, principalmente, no uso de fórmulas inadequadas ás necessidades locais, copias, quasi sempre, de folhetos de propaganda de firmas vendedoras de produtos fertilizantes ou de trabalhos estrangeiros.

Os experimentos de adubação de cana que o Serviço Experimental vem executando, tem revelado o seguinte:

a) que as nossas terras necessitam, em ordem decrescente, de Fósforo — Azoto — Potássio;

b) serem as fórmulas mixtas (compostas de adubos orgânicos e inorgânicos), as que maiores rendimentos têm proporcionado em planos de adubação, em que fertilizantes minerais apenas entram também na composição.

c) que o adubo verde e a calagem melhoram consideravelmente o indice de produção agrícola."

E, ainda, em data recente, 6 de setembro no corr. ano, "O GLOBO" sob titulo sugestivo publicou: "AS TERRAS DA BAHIA ESTÃO FAMILIAS DE ADUBAÇÃO", e, em seguida, uma exposição do agrônomo Orlando G. Teixeira, ex-secretário da Agricultura daquele Estado, referente á exploração de jazidas de fosfatos, para serem utilizados como adubos.

Em quanto a nossa situação agrícola se revela nas irases: "As terras estão esgotadas, não produzem mais, e, precisamos adubar", um artigo, publicado no "Reader's Digest" de junho do corr. ano, pgs. 85 a 88, mostra-nos que "O GUANO VOLTA A SER RIQUEZA" na Republica vizinha do PERÚ, pois que "sômente com o auxílio do guano, adubo de prodigiosa riqueza, é possível desenvolver a agricultura na costa seca do Perú. As montanhas fornecem algumas minguadas gotas d'água para a irrigação; mas, espalhando suficiente quantidade de guano, o agricultor peruano consegue cerca de 320 quilos de algodão limpo por ha., enquanto que a media é de 55 quilos no Estado de Louisiana, U. S. A., e de 70 quilos no Egipto."

E continuando, diz o articulista daquela revista: "Conquanto a última colheita de guano tenha sido vendida por US\$ 2.800.000,00 aos fazendeiros do país, poderia ter rendido US\$ 20.000.000,00, se fosse exportada.

"Entretanto, o adubo é tão vital á agricultura do Perú, que o governo dêsse pais permite apenas a exportação de alguns quilos, solicitados por instituições científicas para os estudos. E o governo daquele país tanta importância deu ao assunto, que, em 1909, formou a Companhia Administradora del Guano (com participação de 51%), no propósito de reorganizar a industria e prover adubo para as culturas do algodão e da cana."

Eis aí a explicação do enorme progresso agrícola da Republica do Perú, e a razão das riantas colheitas por hectare: "A APLICAÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO NA AGRICULTURA, PRATICANDO A "LEI DA RESTITUIÇÃO", como recomenda dr. Arthur Torres Filho, no artigo, inicialmente citado.

Em discurso pronunciado pelo Secretário da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, dr. Edgard Teixeira Leite, na ocasião da Exposição Agro-Pecuária na Cidade de Barra do Piraí, insiste esta autoridade, e, também, homem do campo, mais uma vez na necessidade de adubação e diz: "a falta de trato das terras cansadas do Estado do Rio constitui uma das peças de verdadeiro circulo vicioso."

"A QUEDA DA PRODUÇÃO ALGODOEIRA NO ESTADO DE SÃO PAULO" conforme exposição feita pela Sociedade Paulista de Agronomia, publicada na "LAVOURA" julho-agosto de 1948, cita entre outros fatores, por exemplo no item 2.º: "a diminuição da fertilidade média das terras pelo desgaste etc. e a falta de adubação", e recomenda:

"Constituem providências de ação imediata (no item c); aquisição e distribuição pelo custo, aos lavradores do Estado, de fer-

tilizantes etc." e mais: "Devem constituir providências futuras: a) continuidade das medidas de ação imediata." Esta exposição foi apresentada ao Conselho Federal do Comércio Exterior, e subscrita pelos engenheiros agrônomos srs. Linneu Carlos de Souza Dias, como Presidente e Antonio José Teixeira Mendes, como 1.º Secretário.

"O Jornal em 5 do corr. publicou um depoimento do engenheiro agrônomo Renato Gonçalves Martins, enviado especial do Ministério da Agricultura ao Nordeste, às zonas produtoras de algodão, demonstrando os quadros mais negros daquelas zonas. "E' de tal forma brutal o quadro algodoeiro, dessa região, que as cores sombrias do quadro paulista se esbatem e adquirem tonalidades róseas quando postas em confronto com as dominantes na crise nordestina".

Fela leitura de publicações em alguns jornais, ficamos sabendo que o Secretário de Agricultura do Estado de Pernambuco, sr. Barros Barreto, já iniciou "A campanha pelo soerguimento da produção algodoeira de Pernambuco", entretanto, nos diversos itens das medidas propostas e no plano elaborado, não nos consta a inclusão do importante fator "ADUBAÇÃO — FERTILIZANTES".

Os melhores planos, as mais aperfeiçoadas patrulhas mecanizadas e a mais rigorosa seleção de sementes, poucos resultados, compensadores dos esforços e das despesas feitos, poderão produzir, se não forem observadas as palavras e a recomendação do dr. Arthur Torres Filho, quando diz, como anteriormente citado: "QUESTÃO PALPITANTE E DIGNA DA MAS ELEVADA ATENÇÃO DOS Nossos GOVERNANTES E DOS PROFESSORIS DE AGRONOMIA, E' A PRÁTICA DA LEI DA RESTITUIÇÃO, fazendo voltar à ter-

ra o que dela é extraído pelas colheitas e pelos rebanhos." E este desgaste de nossas terras monta, anualmente, em milhões de toneladas de Azoto, Ácido fosfórico, Potássio e Cálcio, cuja restituição é mínima.

Se, entretanto, a nós não foi ainda dada a possibilidade de produzir adubo orgânico de tal eficiência e no volume de 170 mil toneladas anuais como o do Perú, temos, todavia, empreendimentos industriais, os quais, em conjunto, já estão produzindo dezenas de milhares de toneladas por ano, para acudir as necessidades mais prementes de nossa agricultura, especialmente no que se refere ao plantio de algodão e de cana.

Tendo em vista uma dosagem média de 50 gramas por metro quadrado para estas culturas, conforme indicações técnicas, geralmente aceitas, é admissível calcular os milhares de hectares que podem ser adubados.

Esta produção existente, poderá ser aumentada, ainda, com o aproveitamento de novas fontes, como expôs o agrônomo Orlando G. Teixeira, referindo-se às jazidas de Fosfatos na Bahia, e outros Estados, como, por exemplo, às de São Paulo.

Desta maneira, as terras deixarão de ser "Famintas de Adubação", e, sim, corresponderão ao esforço do homem com uma farta renda, pois, o mesmo homem que lhe tirou tudo, compreendeu, finalmente, que lhe devia restituir os elementos principais, como sejam:

Azoto — Fosfato — Potássio — Cálcio,
ESTES SÃO OS REMÉDIOS DA DOENÇA,
QUE ASSIM FICARÁ TOLHIDA EM SUA
MARCHA DEVASTADORA.

Rio de Janeiro, em setembro de 1948.

O Petróleo Auxilia a Criação de Gado

Quando o DDT foi usado nas ilhas do Pacífico durante a guerra, circularam notícias sobre a sua utilização na criação de gado. DDT, como se sabe, é um pó branco e, para ser eficiente como inseticida, deve estar sob a forma líquida.

A Humble Oil & Refining Company, do Texas, afiliada da Standard Oil Company (New Jersey), decidiu emprender trabalhos de pesquisa no sentido de obter a forma líquida do DDT. A Companhia desenvolveu três tipos principais.

No primeiro tipo concentrado, o DDT não se separava da água quando esta não era agitada. Isso significava que, se a chuva causasse transbordamento do reservatório de água por onde os animais deveriam passar, razoável quantidade de inseticida seria perdida. No segundo tipo, o DDT separava-se da

água como creme do leite, ficando na superfície. Novamente, o concentrado seria perdido todas as vezes que as chuvas causassem transbordamento do reservatório. Um animal, também, poderia ficar em contacto com uma forte solução flutuando e sofrer queimaduras. O terceiro tipo foi o que deu melhores provas. Não se estraga com a chuva e não causa danos ao gado.

Esse tipo é representado por uma solução com 35% de DDT, que foi submetida a provas intensivas nos campos e demonstrou ser muito eficiente no combate aos mosquitos, carrapatos, moscas e piolhos. O gado protegido pela solução ganhou, em média, 50 libras por cabeça, durante o período do ataque dos insetos — 90 dias. Não houve efeitos prejudiciais nos animais. O DDT concorreu para tornar os pastos mais pacíficos e mais prósperos.

Progride o Associativismo Rural no País

O desenvolvimento das Associações Rurais constitui uma demonstração de interesse público e das classes produtoras pelos problemas da vida agrária.

As Associações Rurais, entre outras iniciativas para soerguer a economia brasileira, representam verdadeiro estímulo à produção e, consequentemente, à melhoria da nossa balança comercial.

De conformidade com os dados fornecidos pelo Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, acham-se em funcionamento no país 116 Associações Rurais, 27 Associações Rurais Regionais, 7 Associações Rurais Especializadas, 1 Associação especializada, em agronomia e 6 Federações de Associações Rurais no total de 157 entidades, todas elas reconhecidas e registradas nesse Serviço.

As Associações Rurais acham-se assim discriminadas, por Estados: Santa Catarina, 27; Rio Grande do Sul, 24; Minas Gerais, 20; São Paulo, 13; Pernambuco, 6; Paraná, 5; Maranhão, 5; Rio de Janeiro, 5; Mato Grosso, 3; Paraíba, 3; Piauí, Ceará, Espírito Santo, Bahia e Rio Grande do Norte, 1 em cada.

As Associações Rurais regionais estão assim distribuídas: São Paulo 19; Minas Gerais, 2; Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Paraíba e Goiás, 1 em cada.

Existem Federações de Associações Rurais nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Norte e Associações Rurais especializadas nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Pernambuco e Alagoas (1 em cada) sendo que na Bahia existe a única sociedade especializada em agronomia reconhecida e registrada no país.

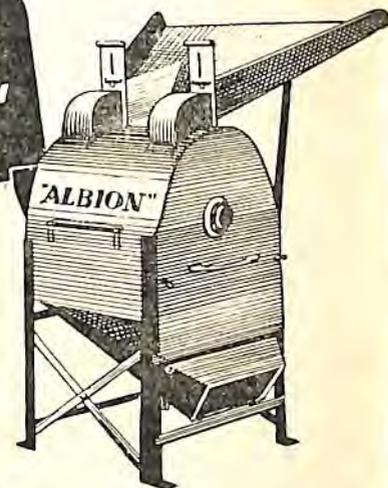


**MOINHOS
"FYNA"**

Trituram, móem, pulverizam, gradúam, misturam, elevam, ventilam e entregam o material numa única operação contínua. Próprios para fins industriais e agrícolas. Tipos de 8, 12 e 20 H. P. - 96 martelos.

**MOINHOS
"ALBION"**

Martelos de aço de têmpera especial. Crivos em forma de barril assegurando trituração mais completa e maior rendimento. Ventilador e ciclone fornecidos separadamente. Tipos 4, 8 e 12 H. P.



Rendimento aproximado:

Tipo H-1	- 110 kgs. de milho p/hora, crivo 1/16 (fino)
310	" " " " " " " " 3/16
Tipo H-2	- 400 " " " " " " " " 1/16 (fino)
630	" " " " " " " " 3/16
Tipo H-3	- 620 " " " " " " " " 1/16 (fino)
1.600	" " " " " " " " 3/16

DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS:

PANOBRA S. A. ENGENHARIA E COMÉRCIO

Av. Graça Aranha, 327 - 8.º - Tel. 42-2537

LOJA: - Avenida Mem de Sá, 72-A - RIO DE JANEIRO

FILIAL de São Paulo: - Rua Aurora, 279

A Lavoura

Órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura. Distribuída gratuitamente aos sócios.

Preço da assinatura anual:

Cr\$ 60,00

O Ovo de Boa Qualidade

O valor do ovo de consumo depende de cinco coisas: frescura, limpeza, tamanho, coloração, e infertilidade.

Ser fresco é a condição primeira para que o ovo seja um bom alimento. Considera-se fresco o ovo recém-posto ou de postura recente. Este recente é variável com o clima. Certamente num clima temperado o envelhecimento do ovo é um processo moroso e um ovo com 8 a 10 dias pode até ser considerado fresco.

A existência de refrigeradores, geladeiras, frigoríficos melhora a situação e permite levar esse limite muito além.

Mas desde a hora da postura até chegar ao consumidor, onde então é conservado num ambiente de baixa temperatura, o caminho é longo, demorado e incerto.

Dai a necessidade de cuidar para que esse ovo, uma vez posto vá ter, o mais breve possível, às mãos do consumidor, nas melhores condições.

Essa vigilância ajudará ainda a criar-se a condição de limpeza, também muito necessária. Ovo sujo ou com casca sem brilho ninguém compra para comer. Além de ser de conservação muito mais difícil.

O ovo lavado (que foi sujo) é fácil identificar: não tem brilho. Sem brilho é ainda o ovo velho.

O tamanho do ovo mostra-se também de influência decisiva no seu valor. Um ovo de 40 gramas é um ovo pequeno, que o consumidor deve aprender a refugar.

Ovos de 50-56 gramas são de peso médio e grandes já serão os de 60 gramas, e mais.

Entre nós não se vende ovo a peso. Mas dia chegará em que teremos de estabelecer uma classificação segundo o peso, a idade e a limpeza.

Quanto à infertilidade do ovo devemos lembrar que se trata de uma condição muito necessária, para que ele seja comestível, de boa qualidade.

Ovo para consumo deve ser "claro".

E' que a fecundação ou galação prejudica esse ovo, devido a possibilidade de contaminação. Se a galinha põe, mesmo sem galo, porque trazer o concurso dêste inútil, senão prejudicial?

OTAVIO DOMINGUES

Professor da Escola Nacional
de Agronomia

Finalmente temos a coloração elemento de apreciação não desprezível visto como influe mais do que se pensa na escolha do ovo que se compra.

As galinhas leves das raças do Mediterrâneo (Legorne, Minorca, La Bresse, etc.) põe ovos de casca branca típica.

As galinhas de dupla utilidade (ovos e carne) como a Rhode Island vermelha, a New Hampshire, as Plymouth, as Orpington, as Light Sussex põe ovos castanho ou rosados, de tonalidade variável até na mesma galinha, conforme a fase da postura.

Em face de ovos brancos e de ovos rosados as donas de casa se dividem: umas preferem os primeiros e, outras, os últimos.

Como os ovos da criolada são coloridos, uma gama que vai do acastanhado ao rosado, e como ovo "caipira" é ovo ruim, parece ter-se estabelecido uma ligação entre uma coisa e outra. Dai a preferência pelos ovos de casca branca. Ovos, na verdade, cuja limpeza será de pronta apreciação e que, em geral, são do bom tamanho e provenientes de galinários bem cuidados, o que pode ser elemento de garantia para a sua boa qualidade.

Mas há também a preferência pelo ovo de casca colorida.

E a razão, que já ouvi referir, é de que esses ovos são mais nutritivos. Creio ser desnecessário negar essa correlação entre coisas tão diversas: certa pigmentação da casca do ovo e maior riqueza nutritiva de seu conteúdo. Isso não existe e não servirá de razão para a sua preferência.

O certo é que a preferência existe. E ela pode se justificar pelo fato dos ovos de casca colorida serem também, quando limpos e grandes, provenientes de galinários bem cuidados, o que lhes pode garantir sua boa qualidade.

A MECANIZAÇÃO

DA

Lavoura



O cliché reproduz uma fase das experiências realizadas na Escola de Horticultura Wencesláo Bello, mantida na Penha pela Sociedade Nacional de Agricultura, do "Jeep Agrícola", que no momento puxa um arado de discos.

A coloração da gema é outra questão que bem pode ser aqui ventilada.

Há gemas desbotadas e há gemas de coloração mais intensa. Diz-se que estão são mais nutritivas do que aquelas. Também é falso.

E' sabido que essa diferença de coloração depende da alimentação que recebeu a poedeira. Os ovos de gema ama-

rela, desbotada, são provenientes de aves que não comem "verde", ou que não recebem ração de milho amarelo ou vermelho.

Há a dizer ainda não haver nenhuma aproximação entre a côr da casca e a côr da gema. Uma não depende da outra. Nem a côr da casca, nem a da gema influem sôbre o valor nutritivo do ovo.

COOPERATIVAS ESCOLARES

As Cooperativas Escolares, sua importância e objetividade nas Escolas Agrícolas.

Engenheiro Agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Professor da E.H.W.B.

1. *Importância as Cooperativas Escolares*

As cooperativas escolares são organizações associativas dos estudantes que, pelas suas elevadas finalidades, pela sua função eminentemente educativa, pela sua importância na comunidade escolar, pelo relevante reflexo sobre a comunidade rural, constituem verdadeiros centros de educação e cooperação que precisam ser intensificados entre nós.

É indispensável que, nas escolas agrícolas de todos os graus, sejam fundadas e auxiliadas as cooperativas escolares porque elas são organizações indispensáveis nas escolas modernas, escolas ativas, escolas que educam para a vida.

As cooperativas escolares cooperam para:

a) despertar, entre os alunos, os princípios sadios da solidariedade humana; princípios elevados que devem ser cultivados com todo o interesse e dedicação.

b) despertar, entre os alunos, as noções de apóio e confiança recíproca, bases de uma perfeita organização social.

c) desenvolver, nos alunos, o senso de responsabilidade, educando-os para a vida prática.

d) desenvolver, entre os alunos, o espírito associativo e de cooperação indispensáveis à verdadeira vida em sociedade, na qual todos trabalham e cooperam para o bem estar comum.

Através de gerações educadas desde os bancos escolares no regime cooperativistas, muito, conseguiremos fazer em prol de uma comunidade rural mais esclarecida, melhor organizada, mais radicada ao solo, etc.

As cooperativas escolares são verdadeiros centros de educação e cooperação, organizações que completam a escola.

De acordo com os dados fornecidos pelo Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, estão registradas 548 cooperativas escolares, congregando muitos milhares de associados.

O número de cooperativas escolares é ainda, relativamente pequeno, mas já representa um índice bastante expressivo do movimento cooperativista que se estende por todo o país, através do trabalho do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

2. *Objetivos das Cooperativas Escolares*

São múltiplas e elevadas as finalidades Escolares, associações de grande alcance social e educacional que precisam ser incentivadas e amparadas.

Através das cooperativas escolares muito conseguiremos fazer em benefício do nosso homem rural, que vive isolado, sem uma conveniente orientação educativa e social, pois os reflexos das atividades das cooperativas escolares far-se-á sentir, de uma maneira muito acentuada, sobre a comunidade rural.

Entre outros, são objetivos das cooperativas escolares:

a) concorrer para a difusão dos elevados princípios da cooperação entre os alunos na escola e fora da escola, promovendo assim uma maior confiança entre os homens.

b) concorrer para a ampliação e elevação do nível cultural dos associados organizando para isso museus, bibliotecas, concursos, exposições, etc., e pro-

Cuidado

COM AS ÁGUAS IMPURAS!

USE EM SUA
CASA UM FILTRO
ESTERILISANTE

SENUN

E BEBA
TRANQUILLO
SUA ÁGUA

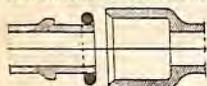
SENUN — Garantia absoluta contra todos os germens da água



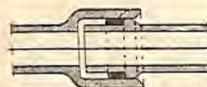
É o que se obtém facilmente nos Tubos de Pressão BRASILIT, de ponta e bolsa. Com um só anel de borracha especial, a JUNTA BRASILIT oferece maior segurança - maior rapidez - maior durabilidade - maior facilidade. E além dessas excepcionais vantagens, OS TUBOS DE PRES-

SÃO BRASILIT apresentam as seguintes características: Inteiriços e Monolíticos - Resistentes e Homogêneos - Inalteráveis e de Duração Ilimitada - Inoxidáveis - Leves - Fáceis de Colocar - Econômicos pelo Fácil Transporte, Colocação e Eliminação dos gastos de conservação.

SIMPLICIDADE E PRECISÃO



A junta Brasilit é executada em poucos minutos, mesmo por pessoal não especializado,



sendo, entretanto, cem por cento estanque e de absoluta segurança.

Arco-Artusi-872

BRASILIT

O MATERIAL PARA SEMPRE

S. A. TUBOS BRASILIT

SÃO PAULO

Rua Marconi, 131 - 7.º Andar

RIO DE JANEIRO

Av. Pres. Antonio Carlos, 201

movendo uma série de palestras, conferências e reuniões educativas.

c) cooperar com as autoridades escolares para a função de outras instituições de caráter educativo, recreativo e cultural tais como Clubes Agrícolas, Grêmios de Estudantes, Clubes Esportivos, Imprensa Agrícola, etc.

d) concorrer para o fomento da produção da região promovendo campanhas, realizando exposições e feiras que demonstram as vantagens da agricultura científica e racional.

e) desenvolver, entre os alunos, o senso da responsabilidade através do desempenho de encargos e trabalhos inerentes aos diferentes postos de direção da cooperativa, concorrendo assim para a formação de homens dignos, responsáveis e trabalhadores.

f) concorrer, para despertar entre os alunos o senso da economia bem orientada, da previdência social, etc.

g) cooperar para o melhoramento das condições sociais, econômicas, etc. da comunidade rural, através de um trabalho esclarecido e orientado.

Em verdade, não se pode estabelecer,

em alguns itens, os múltiplos e elevados objetivos das cooperativas escolares.

Eles são os mais amplos possíveis; abrangem, não somente os associados, mas se estendem, também, a toda a comunidade rural, concorrendo assim para a formação de uma geração esclarecida e capaz, educada nos elevados princípios do cooperativismo, geração que trabalha pelo bem estar coletivo.

As Cooperativas Escolares e os Clubes Agrícolas são organizações de adolescentes com grande acervo de benefícios prestados à comunidade rural, que merecem e devem ser fomentados e estimulados.

Eles constituem centros educativos que não devem faltar nas escolas agrícolas.

As escolas agrícolas não devem ser apenas, estabelecimentos que ministrem o ensino profissional; elas devem cuidar ainda da formação humana dos educando-os preparando-os para a vida; deve centralizar, em torno de si, toda a atenção da comunidade rural; deve irradiar ensinamentos e cooperar ativamente para a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações rurais.

Associações Rurais

A Sociedade Nacional de Agricultura, que há longos anos vem encabeçando o movimento associativo da classe agrícola no Brasil, tomou parte ativa na promulgação do decreto-lei n.º 8.127, de 24-10-46, combatido por alguns, mas louvado por muitos, que felizmente verificam consubstanciar-se nele a orientação vitoriosa na maioria dos países americanos, como são exemplos a "American Farm Bureau Federation", nos Estados Unidos, e as Federações das Associações Rurais, na Argentina e no Uruguai, bem como, na Europa, mais recentemente, à "International Federation of Agricultural Producers", que se propõe organizar os produtores de todo o mundo e que, até agora, já realizou oportunos e proveitosos congressos, nos quais compareceram somente os verdadeiros agricultores, sem intervenção de outras classes aí incluídos os órgãos oficiais.

A Sociedade Nacional de Agricultura e a comissão que orienta a aplicação dessa lei, continuam, em estreita colaboração com o Ministério da Agricultura, a promover a criação de associações rurais municipais e suas federações estaduais, convencidas de que essa é a fórmula mais natural e porisso mesmo mais indicada para a desejada organização da nossa classe agrícola. E essa organização se afigura indispensável e urgente à Sociedade Nacional de Agricultura, como precípua condição para que os poderes públicos nestes tempos de verdadeira fuga dos campos, lhe possam assistir com os meios de que carece, não só para a elevação do seu nível de vida, mas também para que ela assuma o alto papel que lhe cabe na comunhão brasileira.

O ASSOCIATIVISMO RURAL EM SANTA CATARINA

SEGURO COLETIVO NA AGRICULTURA

A Associação Rural de Itaiópolis que se compõe de 478 sócios mantém um seguro coletivo contra acidentes no trabalho. Para manter este seguro coletivo a Sociedade criou uma mensalidade adicional de três cruzeiros. A Diretoria desta Associação está assim constituída: Presidente: Ricardo Paulo Karmann; Vice-Presidente: Pedro Vieira Sobrinho; 1.º Secretário: Francisco Brasinha Dias; 2.º Secretário: Pedro Peres

de Lima; 1.º Tesoureiro: Jorge Piscius; 2.º Tesoureiro: Manuel Martins. Comissão Fiscal: José Sebastião da Silva, Loridano Ruthes, João Correia — Suplentes: Júlio Wosm, Alfredo Veiga, José Sabatke.

A Associação Rural de Orleães já ha tempos vem mantendo uma Apólice de seguro coletivo, contra acidentes no trabalho de seus associados. Segundo o último relatório desta Associação nada menos de 46 acidentes ocorreram em 1947 e todos êles foram prontamente atendidos e liquidados pela Sul América Terrestre, Marítima e Acidentes.

(Do "Noticiário" da Federação das Associações Rurais de Santa Catarina).

PILSEN-EXTRA

Da pureza altamente selecionada dos seus elementos e dos métodos rigorosamente científicos de sua fabricação, resultam a excelente qualidade e o apurado bom gosto da Cerveja PILSEN-EXTRA.

UM PRODUTO DA

ANTARCTICA

Livraria Editora Coelho Branco

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: — EDITOR — RIO. CODS. TELS.: — RIBEIRO, MASCOTTE E BRASIL. TELEGRAMAS: PELO "TELÉGRAFO NACIONAL", "WESTERN TELEGRAPH", "ALL AMERICA CABLES" e "CABO SUBMARINO ITALIANO".

CORRESPONDENTES EM TODOS OS ESTADOS DO BRASIL E NOS SEGUINTES PAÍSES: ARGENTINA, URUGUAI, CHILE, PERÚ, VENEZUELA, CUBA, ESTADOS UNIDOS, PORTUGAL, ESPANHA, INGLATERRA, FRANÇA, ITÁLIA, ALEMANHA, BÉLGICA, PARAGUAI, HOLANDA E MEXICO.

A. Coelho Branco J.º

RUA DA QUITANDA, 9 — TELEFONE: 22-3634 — RIO DE JANEIRO

COMPANHIA DE PROPAGANDA, ADMINISTRAÇÃO
E COMÉRCIO

PROPAC

DISTRIBUIDORES DE

ALLIS-CHARMERS MANUFACTURING CO.

Tratores e Máquinas Agrícolas

BLACKSTONE & CO. LTD.

Grupos Geradores

Material agrícola

Motores à óleo Diesel — Industriais.

” ” ” ” — Marítimos

Bombas (Unchokeable)

R. A. LISTER & CO. LTD.

Auto Trucks

Grupos Geradores a óleo Diesel

” ” ” ” gasolina

” ” ” ” querosene

Material de Lacticínios

Motores a gasolina — Industrial

” a querosene ”

” a óleo Diesel ”

Tosquiadeiras elétricas

” a óleo Diesel

Bombas de sucção para poços

R. A. LISTER (Marine Sales) Ltd.

Motores a óleo Diesel — Marítimo

RANSOMES, SIMS JEFFERIES, LTD.

Ipswich — Inglaterra.

Material agrícola pesado

COCKSHUTT PLOW CO. LTD.

Brantford — Canadá.

Material agrícola

KRAMER BODY & EQUIPMENT CO. INC.

Reboques “Cobey Hi-Speed”

HORN MANUFACTURING CO.

Equipamento “Horn-Draulic”

ESCRITÓRIOS :

AV. RIO BRANCO, 85-14.º

Telefone: 23-2101



PRODUTOS VETERINÁRIOS

○ INSTITUTO PINHEIROS
(Caixa Postal, 951 - São Paulo)

tem o prazer de comunicar aos Senhores Veterinários, Fazendeiros e Farmacêuticos, que está iniciando o lançamento de uma grande série desses produtos.

Os primeiros já a venda são:

- SULFAGUANIDINA:** tubos de 10 e vidros de 100 comprimidos de 0,60 g.
VACINA CONTRA MANQUEIRA: ampolas de 10 cm³ e frascos de 100 cm³
SÔRO ANTI-TETÂNICO: ampolas de 20 cm³
VACINA CONTRA BRUCELOSE: ampolas de 20 cm³ e frascos de 100 cm³
VACINA ANTI-RÁBICA: ampolas de 5 e de 10 cm³ e frascos de 100 cm³

Dos dois últimos, por serem os seus prazos de validade relativamente curtos, o Instituto Pinheiros não manterá grandes estoques, atendendo, entretanto, a qualquer pedido dentro do prazo mínimo necessário ao preparo dos mesmos que, assim, serão sempre fornecidos com absoluta garantia de atividade máxima.

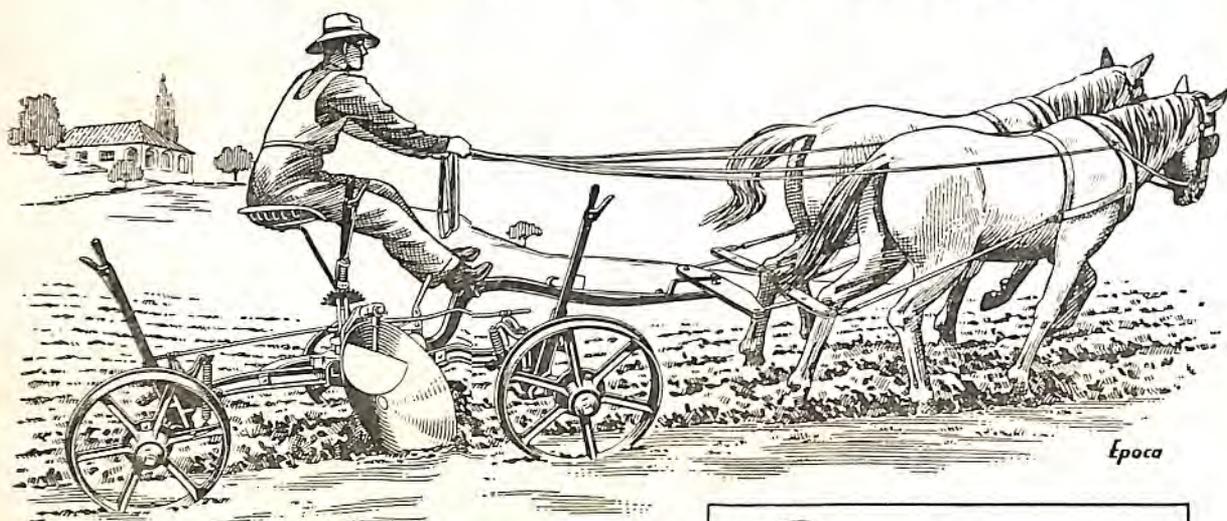
Brevemente o Instituto Pinheiros apresentará outros produtos veterinários de grande eficácia, como: **Ternerina** (Buco-Vacina contra diarreia infecciosa dos bezerros), **Stilbestrol**, e, ainda, **Vacina Contra a Boubá Aviária**, **Vacina Contra a Peste Suína**, etc..

Quaisquer consultas sobre os mesmos bem como sobre as doenças dos animais domésticos, serão prontamente respondidas pelo Departamento de Veterinária.

Pelo sistema de reembolso postal, o Instituto Pinheiros atenderá diretamente a todos os pedidos de seus produtos, quando não encontrados na localidade de residência do solicitante.



FACILITE O SEU TRABALHO



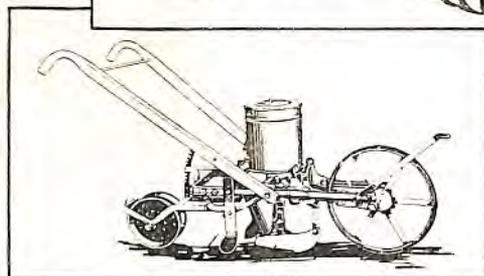
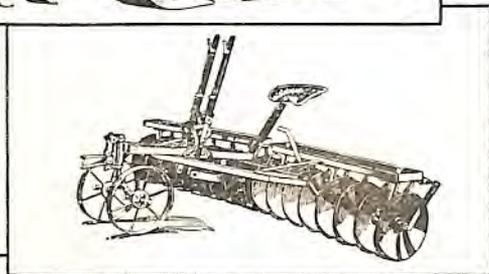
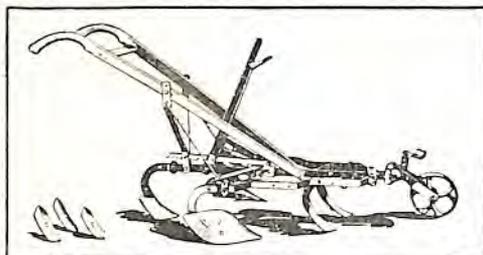
COM MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Mesmo nesta época de mecanização da lavoura, em que o emprego de tratores está revolucionando a agricultura, há sempre lugar nas fazendas para máquinas agrícolas de tração animal.

A série de máquinas agrícolas McCormick-Deering International para tração animal é a mais completa, incluindo vários tipos de arados de aiveca e de disco, grades de discos e de dentes, plantadeiras, cultivadores, etc.

O emprego dos melhores materiais disponíveis e a mão de obra esmerada usada na fabricação destas máquinas asseguram anos e anos de funcionamento satisfatório e maiores lucros para o fazendeiro.

Peça informações ao Concessionário International mais próximo ou às filiais da Companhia.



MÁQUINAS AGRÍCOLAS INTERNATIONAL

INTERNATIONAL HARVESTER MÁQUINAS, S. A.

RIO DE JANEIRO
Av. Oswaldo Cruz, 87

SÃO PAULO
Rua Oriente, 57

PORTO ALEGRE
Rua Gaspar Martins, 203